



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

O Ideólogo com Pele de Tecnocrata

Carolina Mendes Mascarenhas

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia e Políticas Públicas

Orientador(a):

Professora Doutora Ana Cristina Narciso Fernandes Costa, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro 2013



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

O Ideólogo com Pele de Tecnocrata

Carolina Mendes Mascarenhas

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia e Políticas Públicas

Orientador(a):

Professora Doutora Ana Cristina Narciso Fernandes Costa, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro 2013

Ao Círculo,

Agradecimentos

Como tive a sorte de descobrir, o processo de elaboração de uma tese, para além de por vezes penoso, é assaz solitário mas, nem por isso, me senti só. Não é mérito meu, é mérito dos que me acompanham e, por isso, são para eles os meus mais sinceros agradecimentos.

À Professora Doutora Ana Costa, o meu mais profundo obrigado por ter conseguido dirigir, até uma estrutura apresentável e inteligível, o meu entusiasmo pelo tema, sem que nunca o tenha refreado; por ter tido a paciência de me orientar na elaboração da dissertação e nos caminhos da ciência económica; por ter sempre transparecido interesse e ânimo pela discussão das várias etapas do trabalho; e por toda a disponibilidade e ajuda prestada ao longo destes meses.

Ao Professor Raúl Lopes, agradeço por todas as directrizes e recursos de que nos munuiu, a mim e aos meus colegas; por toda a força que foi, desde o início, dada para que conseguíssemos levar o Mestrado ao seu último patamar; e por ter estado sempre disponível para discutir o meu trabalho.

Ao grupo Economia com Futuro, estimo o acolhimento e me ter dado a oportunidade de assistir, através das suas reuniões e da conferência, ao debate de temas que em tudo se relacionavam com as preocupações que eu visava demonstrar.

Ao coletivo de estudantes franceses, PEPS-Economie, pela simpatia e pela disponibilização de materiais, mesmo antes da sua publicação.

Às Universidades que colaboraram na saga da recolha de informação, mesmo quando viram entraves surgir a essa tarefa, o meu profundo agradecimento.

Ao Francisco, o mais carinhoso dos agradecimentos pelo apoio incondicional, pela paciência que o caracteriza, pelos comentários que teceu mas também pelos silêncios que soube fazer e pelo companheirismo de quem é mais que companheiro.

Aos meus pais, por tudo o que me proporcionaram, por toda a ajuda e trabalho que me dedicaram, por se esforçarem sempre para que eu tenha a sensação de partilhar do seu incrível talento e por toda a ternura e auxílio que me prestam, hoje e sempre.

Por fim, à minha família e amigos, em especial à Maria João, Cecília e Raquel, por terem tido a paciência para todos os humores que este percurso me proporcionou, por me terem sempre feito acreditar que se importavam sinceramente pelas problemáticas em que trabalhava e pela amizade e apoio.

Resumo

O percurso da ciência económica tem sido marcado pela sua necessidade de definição e afirmação científica. Definindo-se como ciência social, a área *mainstream* desta ciência procurou adquirir maior robustez científica através da asseveração da sua objetividade, do afastamento das ideologias que a corrompiam, da vontade de ser desprovida de valorações, da aderência a progressivamente mais metodologias quantitativas, em detrimento das demais, munindo-se de modelos virtuosos e da aquisição de competências técnicas que lhe permitissem impactar, de forma consciente, a realidade – realidade essa de que se afastava à medida que assentava em paradigmas que, em nome da objetividade, acabavam por descurar da complexidade deste objeto de estudo da economia.

A presente investigação debruça-se sobre a ciência económica, procurando entender o que ela é, e de que forma se foi cobrindo de mantos técnicos para ocultar as suas valorações, tornando-se vulnerável à ideologia, que queria expurgar mas que apenas mascarou.

É, por isto, indispensável que se olhe para as valorações e ideologia latentes na teoria económica, especialmente da corrente que se afirma menos valorativa. Enfocando alguns dos bastiões das correntes liberais e neoliberais – John Stuart Mill, Friedrich Hayek e Alvin Roth – revelam-se as valorações que sustentam as suas teorias e modelos.

No reflexo mais direto da ciência económica, o seu ensino, haverá que procurar quais os efeitos que tais percursos da ciência económica nele se revelam. Através de uma metodologia de estudo de caso, buscaremos encontrar a pegada que ideologia camuflada de técnica deixa no ensino, assegurando a sua continuidade.

Palavras-chave: Ciência Económica, Economia *value-free*, Ideologia, Teorias Económicas, Ensino da Economia.

Classificação JEL: A10, A22, B00.

Abstract

The economics' path has been marked by its need for definition and scientific claim. Defining itself as a social science, the mainstream area of this science sought to acquire greater sturdiness through the assertion of its scientific objectivity, the detachment of ideologies that corrupted it, by emptying itself from values, by adhering to increasingly quantitative methodologies, and by mustering up virtuous models and technical expertise to enable it to influence reality. Such reality, from which economics walked away as it was being set on paradigms that, in the name of objectivity, ended up neglecting the complexity of the economics' object of study.

This research focuses on economics, seeking to understand what it is, and how it has been covering itself with technical cloaks, in order to hide their values, making it vulnerable to the ideology that it sought to purge but only masked.

It is, therefore, essential to look at the values and concealed ideology in economic theory, especially in the areas that plea themselves as the most value-free. Focusing on some of the bulwarks of liberal and neoliberal schools – John Stuart Mill, Friedrich Hayek and Alvin Roth – their work will show the values that support their theories and models.

In the most direct reflection of economics, its teaching, one has to look for what effects unfolded by these ways of economics. Through a case study methodology, we will seek to find the footprint that ideology, camouflaged in technique, leaves behind in economics education, ensuring its own continuity.

Key words: Economics, Value-free Economics, Ideology, Economic Theories, Teaching of Economics

JEL Classification: A10, A22, B00

Índice

Introdução	1
i) Pertinência e Definição do Objeto de Estudo	1
ii) Explicitação do Fio Condutor	2
iii) Estado da Arte	3
I. A Ciência Económica ou o Jacaré que nunca deixou de ser Lagartixa	5
i) A Ciência Económica: o paradigma da teoria da escolha racional e a objetividade	5
a. O Paradigma da Escolha Racional	6
b. A Objetividade	11
ii) Quando $1+1=1$. A Reflexividade da ciência económica e a capacidade performativa	17
iii) Amoral ou imoral? A economia <i>value-free</i>	19
a. <i>Value-free</i>	19
b. A matematização da Economia. Da Teoria à Técnica	25
II. Por Trás de uma Grande Teoria, Está Sempre uma Grande Ideologia: A	
Ideologia dos Autores	29
i) John Stuart Mill	29
ii) Friedrich Hayek	43
iii) Alvin Roth	51
III. Quem só técnica aprende, ciência lhe parece: O Ensino da Economia no	
Ensino Superior	59
i) <i>Case-Study</i> : Os <i>curricula</i> das licenciaturas de economia em Portugal	60
a. Análise dos Planos Curriculares em vigor (2012/2013)	62
b. A evolução dos planos curriculares nas Universidades	68
ii) Os casos Francês, de Harvard e da London School of Economics (LSE)	70
iii) O ensino face à problemática da tecnicização da ciência económica	75
Conclusão	81
Fontes	85
Bibliografia	86
Anexos	91

Índice de Gráficos

1	– Distribuição dos alunos inscritos na licenciatura de Economia no ano letivo 2012/2013 por Universidades públicas portuguesas	62
2	– Distribuição dos ECTS por tipologia (com optativas)	63
3	– Distribuição das cadeiras por tipologia (com optativas)	63
4	– A distribuição de ECTS das cadeiras optativas por tipologia	66
5	– Distribuição dos ECTS das tipologias por Universidade	67
6	– Evolução do peso das tipologias de cadeiras na licenciatura de economia da Universidade do Porto	68
7	– Evolução do peso das tipologias de cadeiras na licenciatura de economia do ISEG	69
8	– Evolução do peso das tipologias de cadeiras na licenciatura de economia do ISCTE	69
9	– Evolução do peso das tipologias de cadeiras na licenciatura de economia da Universidade de Coimbra	70
10	– Distribuição dos ECTS por tipologia pelas universidades francesas	71
11	– Distribuição das universidades francesas por tipologia de cadeiras com maior peso dos seus curricula	72
12	– Distribuição das cadeiras por tipologia na London School of Economics	73
13	– Distribuição das cadeiras opcionais por tipologia na London School of Economics	73
14	– Distribuição das cadeiras por tipologia na Harvard University	74

O Ideólogo com Pele de Tecnocrata

Introdução

i) Pertinência e Definição do Objeto de Estudo

O rebentar da crise de 2008, trouxe para as luzes da ribalta, ou ajustou o foco no máximo, a ciência económica porque todos correram na sua direção buscando respostas e soluções, mas também satisfações: como é que se justificava a relativa falta de previsão do colapso que se deu? Como poderiam ter ruído, ainda que de forma aparente, os robustos modelos da ciência económica? Haveria algo de podre no Reino da Economia? Por momentos, questionou-se os paradigmas a que as correntes *mainstream* da ciência económica tinham aderido, questionou-se se os seus modelos estavam verdadeiramente alicerçados na realidade, ou estariam antes fundados em quadros valorativos questionáveis e em ideologia que carecia ser debatida.

Findo o barulho inicial, já nem uma agulha bulia – e as que ainda buliam foram remetidas ao desprezo, esperando, talvez, o seu esquecimento.

Ora tal, levou-nos a questionar o seu porquê. O porquê de não haver verdadeiro debate e questionamento radical dos modelos da ciência economia e de esta apenas demonstrar preocupações em rever os seus pressupostos quantitativos e não os qualitativos. Se a ciência económica era ciência, não fazia sentido, dado a gravidade do abalo, ela estar apenas a fazer ajustes à técnica. Tal só podia indicar um caminho da ciência económica em relação à tecnicização.

A par destas questões, estava o ensino da ciência económica que parecia estar encerrado num *bunker*, pois aparentava não ter ouvido o estrondo da crise.

Desta forma, e sendo esta a motivação e pertinência que nos leva à investigação, o nosso objeto de estudo é precisamente o processo de tecnicização da economia e a sua demonstração no plano do ensino da economia.

Ora, na análise desse objeto, e por causa dele, temos de levantar a hipótese que dá o mote à investigação: não será a técnica apenas um manto denso que encobre a ideologia que reside nas correntes *mainstream* da ciência económica? Isto é, levantamos a hipótese de, no percurso para a tecnicização da ciência económica, que tem em vista a objetividade, que tal propósito, não só seja defraudado, como se torne numa mão estendida à ideologia, com a agravante de a proteger, de a escamotear, de tal forma, que é difícil observá-la, muito embora, os seus efeitos – benéficos ou perniciosos – se demonstrem no reflexo que ciência económica tem na realidade. Se tal se verificar, o que acontece é que a ciência económica está a cair num logro

da suposta técnica objetiva. Necessita-se, por isso, que se revise a teoria económica, despiando-a das roupagens técnicas que «teima» envergar.

ii) **Explicitação do Fio Condutor**

A presente investigação reparte-se por três momentos distintos que se ligam e completam entre si, momentos esses que correspondem aos três capítulos.

Desta forma, cada capítulo assume-se como uma forma de exploração da problemática levantada, com o objetivo de a tornar completamente clara, a ela e às suas repercussões imediatas. Para que possamos levar esta investigação a bom porto, estamos seguros de que importa um bom traço organizativo da mesma, para que o encadeamento das várias conclusões que vão sendo passíveis de aludir conduza para uma conclusão final que atenda à nossa questão de partida.

Com esse fim, o trabalho inicia-se com o capítulo dedicado ao entendimento do que é a ciência económica e como esta procedeu, na busca de um certo tipo de objetividade, a um caminho de tecnicização e de afastamento da ciência. Ainda neste capítulo cabe a hipótese que propomos, que se encontra dentro do questionamento deste processo de tecnicização, a discussão do embuste da técnica e de como, através dela, se possibilitou um maior escamoteamento da ideologia latente à teoria económica e sucessivos modelos e técnicas.

Pegando nesta hipótese, de existir valorações e ideologia que a teoria económica esconde e que a técnica esconderá ainda melhor, partimos, no segundo capítulo, para a análise dos autores da economia. Os autores sobre os quais nos debruçamos, John Stuart Mill, Friedrich Hayek, e Alvin Roth, não sendo os mais insuspeitos, são basilares da escola clássica, austríaca e da arquitetura de mercados, escolas que assumem um desprendimento valorativo e ideológico, e que por isso, tomam a nossa atenção; pertencem, também, à área da economia que deseja investir na sua tecnicização.

Poder-se-á entender que, para compreender a ideologia da teoria económica, autores, por exemplo, de tipo marxista seriam a escolha óbvia. Ora, exatamente por serem mais imediatos e por a sua ideologia estar tão à «flor da pele», a sua análise, dentro deste quadro temático, não destaparia nada, pois estes – e outros demais que se encontrem tão abertamente colados a ideologias – costumam, inclusive, trazer o seu quadro valorativo cosido na braçadeira.

Explanada que está a hipótese e parte do objeto de estudo, restar-nos-á, pela mão do terceiro capítulo, compreender os efeitos que, tanto a tecnicização da ciência económica como

o escamotear de ideologias, têm naquele que é o seu reflexo mais direto, até pela relação circular que têm: o ensino da economia.

Neste capítulo, expõe-se o *case-study* que realizámos dos planos curriculares do ano 2012/2013 das licenciaturas nas Universidades portuguesas, francesas, e os baluartes do mundo anglo-saxónico, a London School of Economics e a Universidade de Harvard, bem como a análise evolutiva das principais Universidades portuguesas; e confrontamos os seus resultados à luz da literatura científica que procura dar resposta aos possíveis problemas do ensino, para que possamos retirar não só conclusões sobre o seu estado, mas também apontar caminhos possíveis.

Estamos em crer que através desta estrutura, estejamos capacitados para compreender, e para fazer compreender, o nosso objeto e responder à nossa hipótese.

iii) Estado da Arte

Como investigação científica que esta dissertação visa ser, ela vai beber a investigações já efetuadas no largo espectro em que a sua problemática se insere.

Por isso, ainda que de forma muito sucinta, pois não é nossa intenção fazer aqui uma revisão completa da literatura que toca nos temas tratados, até porque é demasiado vasta; cabe neste espaço a indicação da literatura que se assoma como mais relevante para o nosso objeto de estudo.

Na compreensão da ligação entre a definição de ciência económica e o paradigma da teoria da escolha racional, as leituras de análises como as de Hands (2007), Whitford (2002) ou C. Caldas *et al.* (2007) indicam-nos os trilhos que tal paradigma fez na busca da racionalidade e da objetividade, análises essas que se revelam mais completas aquando o confronto com os problemas dessa objetividade plasmados em C. Caldas e Neves (2012) e Drakopoulos (1997). Ainda sobre os problemas da objetividade e do papel reflexivo da ciência económica, é-nos imperativo referenciar a demonstração problematizadora de Soros (2012) dessas mesmas questões.

Este caminho percorrido desembocará no dilema do *value-free*, que é, de uma forma ampla, mencionado na ciência económica, mas cujos conceitos e dificuldades têm um tratamento aprofundado na obra de Putman e Walsh (2012), enquanto o processo de matematização da ciência económica pode ser apreciado em Bausmans (2005) e Weintraub (2002).

Na parte referente aos autores que visamos analisar, embora seja nossa pretensão fazer uma análise da própria obra, mais significativa, de Stuart Mill, Hayek e Roth, não há forma honesta de contornar, ou ignorar, os contributos significativos que já foram realizados acerca destes economistas; entre eles podemos contar, Nussbaum (2004), Espada (2004) e Santos (2011), entre outros, e com as suas apreciações e incursões na teoria de Mill, Hayek e Roth, respetivamente.

Sobre a questão do ensino, autores como Fullbrook (2002), Reardon (2012), ou Coyle (2013) avisam para os efeitos de um ensino pouco pluralista e desconectado da realidade, sendo que os últimos referem como exemplo dessa desconexão, a total, ou quase total, manutenção do mesmo tipo de ensino no pós-crise de 2008.

Queremos, por fim, salientar os movimentos de estudantes com quem partilhamos a preocupação pelo estado atual do ensino da economia, não só pelo contributo teórico de alguns, mas também pelo facto de estes evidenciarem a atualidade de um tema que, muito embora possa ter raízes no passado, está cada vez mais presente e revela um debate progressivamente mais intenso e alargado. Entre estes, apontamos aqueles que mais se evidenciam, e mais contribuíram para este estudo, como o PEPS-Economie (França), Rethinking Economics Network (várias Universidades do Reino Unido, incluindo a London School of Economics e a Universidade de Cambridge), Netzwerk Plurale Ökonomik (Alemanha), Anti-Mankiw Movement (Universidade de Harvard), New Economic Coalition (EUA e Canadá), Estudio Nueva Economía (Chile) e, o mais recente, Post-Crash Economics (Universidade de Manchester).

Embora, como se vê, exista uma vasta literatura que nos pode conduzir e confluir para a presente problemática, julgamos que tal não atenta contra a singularidade do trabalho a que nos propomos.

I. A Ciência Económica ou o jacaré que nunca deixou de ser lagartixa

O mais espantoso nas operações de Lenz é que, a determinada altura, o bisturi e até a sua mão direita pareciam dissolver-se no corpo do doente operado.

Gonçalo M. Tavares, *Aprender a rezar na Era da Técnica*¹

Antes de iniciarmos a marcha, cabe fazer um apontamento acerca do argumento que aqui pretendemos desenvolver. O nosso foco neste capítulo é a procura do lugar que a economia ocupa na ciência, compreender a posição que ocupa e a posição que tem vindo a assumir.

Para o efeito, levantaremos, inicialmente, uma discussão que tentará separar o que seja a ciência económica do paradigma da teoria da escolha racional, que tendem, a mais das vezes, a ser postos no mesmo saco, e qual a relação que caberá à Economia, enquanto ciência, travar com a objectividade. De seguida, tentaremos perceber a relação entre a ciência económica e a própria realidade, tentando desvendar o impacto que a primeira poderá ter na segunda; para que, apuradas responsabilidades, se possa anunciar as impossibilidades de uma economia *value-free*, que finge sê-lo, e que, para evitar perguntas, se oculta por de trás da técnica.

i) A Ciência Económica: o paradigma da teoria da escolha racional e a objectividade.

A Economia debateu-se, já desde os finais do século XIX, e em especial com a revolução marginalista, com a necessidade de autoafirmação enquanto ciência, de ganhar espaço no panorama científico de forma autónoma, de se desprender da mera ideologia a fim de alcançar uma identidade científica através da declaração de objectividade. É, portanto, fulcral que visitemos esta temática para que se evidenciem os entraves que a ciência económica teve de superar, ou se propôs superar, para que se torne mais claro aquilo que é a ciência económica e o que é um paradigma económico; é impreterível discutir o papel da economia no conjunto das ciências sociais para que se entenda a «tentativa de fuga» desta para as ciências exatas e quais as disputas a que tal leva. Que fique, no entanto, claro: não pretendemos definir a ciência económica (a tanto não vai a nossa afoiteza!) nem de forma original, nem acolhendo como certa uma das definições que já lhe foram atribuídas.

Lionel Robbins foi um dos economistas, no seguimento de outros como Stuart Mill, que se debruçou sobre o problema da definição da ciência económica – não de forma original, como

¹ Tavares, Gonçalo M. (2007), *Aprender a Rezar na Era da Técnica*, Lisboa, Caminho, p. 28.

o próprio esclarece – e a sua importância ecoa até aos dias de hoje, já que é a usualmente lecionada no ensino da economia, tanto no secundário como no universitário, com mais ou menos debate à sua volta. Para este, a economia «é a ciência que estuda o comportamento humano como um relacionamento entre os fins e os meios escassos que têm utilizações alternativas» (Robbins, 1932:15). Acerca desta definição, iremos agora percorrer dois caminhos diferentes que ela nos sugere: o primeiro prende-se com a confusão que esta pode gerar entre ciência económica e o paradigma da escolha racional, e o segundo, com a objetividade da ciência económica.

a) *O Paradigma da Escolha Racional*

Uma das primeiras coisas que esta definição nos sugere, sendo a economia o estudo do comportamento humano face a uma dicotomia meios escassos/objectivos diversos, é que é um estudo de uma parte do comportamento humano e, em termos macro, de um comportamento social; pressupõe a existência de um agente económico que é «um indivíduo com certos objetivos/fins bem definidos e consistentes (usualmente dados pelas preferências do agente), meios alternativos de competir para alcançar esses objetivos/fins e que age de um modo instrumentalmente racional (utilizando os meios mais eficientes) para conseguir esses objetivos/fins» (Hands, 2007:3). Ora, sendo os agentes económicos racionais, ou melhor instrumentalmente racionais², uma teoria que explique esta «face» do comportamento humano é uma teoria da escolha racional, o que faz a definição de economia de Robbins, aos olhos de Hands (2007), ser uma definição do que é a teoria da escolha racional. Quer isto dizer que a teoria da escolha racional, sem prejuízo de outras formas de teorização ou de outras atividades científicas, «é a teoria central da disciplina e fornece a base para toda a análise económica» (Hands, 2007:5). Está a confusão instalada: mistura-se análise económica com teoria da escolha racional e nomeia-se como ciência económica.

Existem duas famílias de críticas, ou de tentativas de desenlear os conceitos, feitas a esta confusão, de prismas diferentes mas confluentes; uma acerca da natureza das ciências sociais (nas quais a economia se inclui) e outra relacionada com as vicissitudes do modelo da escolha racional.

Apuremos, por isso, um pouco do que deverão ser as ciências sociais e o seu objecto. Sedas Nunes (1971) alertava-nos para que uma forma de olhar a realidade que previa uma realidade compartimentada, isto é, que sugeria que a cada ciência social pertenceria a análise

² Segundo Friedman (2001) a racionalidade instrumental é aquela que diz respeito à capacidade humana de deliberação em termos da relação entre meios e fins, numa perspectiva de maximização das hipóteses de sucesso no alcance dos fins e objetivos já definidos.

de uma das áreas do fenómeno social, tinha já sido abandonada desde Marcel Mauss³, e que o correto seria que o objeto real das ciências sociais partia da noção de fenómeno social total, ou seja, a ideia de que «no domínio do humano e do social, não existem campos de realidade e fenómenos que dessa forma se distingam uns dos outros, como se fossem compartimentos estanques: o campo da realidade sobre o qual as Ciências Sociais se debruçam é, de facto, um só (o da realidade humana e social) e todos os fenómenos desse campo são fenómenos sociais totais» (Sedas Nunes, 1971:22). Para tornar mais claro o que são os fenómenos sociais totais, o sociólogo mune-se do exemplo das classes sociais, um fenómeno que não é estudado apenas por uma ciência social mas sim por várias (da economia à sociologia, da demografia à ciência política).

Atente-se que o autor não está a sugerir que as ciências sociais sejam uma ciência social una e que sejam fúteis quaisquer demarcações entre elas. Elas são distintas quanto aos seus fins e objetivos, quanto à sua natureza, aos critérios utilizados pelos investigadores e aos seus métodos e técnicas. O que é comum a todas é o seu objeto, e esse não é destrinchável por se tratar da realidade humana e social e a tentativa de deslindar pode ser um passo em falso em direção à falácia da composição⁴.

Para além do mais, Sedas Nunes (1971) avança que a ciência social é também moldada pelo seu processo histórico de formação, pelas suas «opções» e desenvolvimento destas. Quer isto dizer que a diferenciação entre as ciências sociais se deve também ao seu desenvolvimento enquanto produto histórico, que ela não é estática, mas dinâmica, e que, como veremos de seguida, as suas opções metodológicas deixam marca mas não a firmam em pedra e cal, ou seja, existe espaço para a transformação das ciências, ainda que atendendo sempre à sua construção histórica – que jamais deverá ser ignorada. Para Sedas Nunes, a economia é o derradeiro exemplo disto mesmo: a ciência económica definia-se pelo seu apego à teoria económica e à estatística, definidoras do seu carácter, enquanto ciência social; mas tal carácter seria bem diferente caso o rogo de Joseph Schumpeter⁵ tivesse sido ouvido, caso a ciência económica se constituísse nos alicerces metodológicos que este defendia – na teoria

³ Marcel Mauss (1872 – 1950), considerado o pai da etimologia francesa, foi um sociólogo francês que se revelou grande influência nos trabalhos de autores como Lévi-Strauss.

⁴ A falácia da composição alerta para o erro em que se pode incorrer quando se argumenta que por algo ser verdade em relação aos membros de um grupo, será também verdade para o grupo como um todo.

⁵ Joseph Schumpeter (1883 – 1950) foi um importante economista, não só pela sua teoria dos ciclos económicos, mas também por ter sido em enorme entusiasta da integração da Sociologia na ciência económica.

económica, estatística económica, história económica e na sociologia económica. Enquanto produto histórico que é, o centro de interesse, as variáveis, as problemáticas, técnicas e métodos da economia «não se definem sucessivamente, uns após os outros, mas conjunta e progressivamente» (Sedas Nunes, 1971:28).

No que diz respeito à natureza das ciências sociais, a definição de Robbins inclina-se, efectivamente, para a noção de que toda a realidade pode ser observada por todas as ciências sociais, ou seja, ele abre o espectro da economia a todos os fenómenos da realidade social, desde que se reconduza tais fenómenos à tal dicotomia meios escassos/ objectivos diversos, o que quer dizer que, embora não limite a ciência económica a uma área da realidade, o olhar de toda a realidade é feito, com propósito de análise científica, através de um funil que pressupõe um agente racional que faz escolhas, por isso mesmo, racionais.

Desta forma, o que Robbins faz, ao definir a economia de forma justaposta à teoria da escolha racional, é um alargamento do objeto da ciência económica e um estreitamento da perspectiva, numa espécie de dois em um, uma vez que não só limita a economia ao estudo dos fenómenos que se prendem com esta agente económico, o tal ser instrumentalmente racional apartado de todas as outras considerações que o tornam o homem real, como permite o alastrar desta visão a toda e qualquer área da realidade.

Por outro lado, como já anunciámos, a teoria da escolha racional não existe de forma intocável e acrílica, e não têm faltado dedos a apontar-lhe críticas e a insurgirem-se contra o seu privilégio paradigmático no seio da ciência económica.

Uma das principais críticas, se não a principal ou a que dá o mote às demais, é a que já referimos, ainda que em traços gerais: o objeto de estudo e a sua relação com a realidade ou com os restantes fenómenos sociais. Esmiucemos. Segundo Hands (2007), a teoria da escolha racional parte de uma formulação de um agente económico instrumentalmente racional, o que leva a que, o mais das vezes, os economistas entendam que este tem um substrato baseado, por um lado, no interesse próprio, e por outro, no consequencialismo⁶ das suas ações; quer isto dizer que, embora a estrutura da teoria da escolha racional não restrinja o conteúdo das preferências do agente, «os economistas quase sempre assumem agentes com interesses próprios» (Hands, 2007:4) e pressupõe que a única coisa que importa à economia são os resultados e as consequências do comportamento assumido.

⁶ O consequencialismo, e mais precisamente o utilitarismo, serão discutidos de forma mais aprofundada no ponto i) do Capítulo II - Por detrás de uma grande teoria, está sempre uma grande ideologia – A Ideologia dos Autores.

Ora isto quererá significar que, no limite, este será o quadro de análise de todos os comportamentos chamados à colação pela ciência económica, tratem-se estes da fundamentação da teoria da procura, sejam a análise da «produtividade» dos bombistas suicidas⁷ – o comportamento do agente é semelhante, esteja ele a fazer as suas compras na mercearia ou a cometer um atentado terrorista, é um comportamento instrumentalmente racional e baseado no interesse próprio. Tal concentração absoluta no instrumentalmente racional pode acabar por deixar de lado um rol de fatores associados à tomada de decisão que potencialmente conduzam a uma perceção do comportamento humano um tanto ou quanto desconectada da realidade.

A verdadeira crítica que aqui jaz não é a de que o agente económico da teoria da escolha racional é egoísta e mau, quando ele na verdade é altruísta e «bonzinho» munido de altas preocupações sociais. Isso é uma redução – diga-se, um apoucar – da questão. Como nos sugere Whitford (2002) introduzir as coisas nestes termos é não só degradante, como também, por outro lado, «as críticas padrão⁸ [que contra ela se sublevam] não põem em risco a escolha racional de modelos de comportamento humano» (Whitford, 2002:325). Este autor aponta como solução uma teoria de ação pragmática, que contrariamente às desavindas críticas ao modelo da escolha racional, parte de um pressuposto diferente: deixa, assim, de aceitar uma modelização do agente, o que quer dizer que abandona a ideia de que «os indivíduos levam consigo um conjunto preexistente relativamente estável de crenças e desejos de contexto para contexto» (Whitford, 2002:325). Esta teoria, com raízes em Charles Sanders Peirce e em John Dewey, questiona a sustentabilidade do dualismo proposto na teoria da escolha racional entre meios e fins, interroga a ideia de que os desejos ou crenças dos atores estejam compartimentados num nível independente das condições da ação, afirmando que, mesmo assumindo que o comportamento do agente que seja intencional e derivado de uma escolha, os fins deste não são desligados das suas condições de ação. Quer isto dizer que os hábitos, as condições, têm um papel fundamental nas escolhas, mas que não se opõe à racionalidade, pois

⁷ Sobre este tema, ver Benmelech, Efraim e Claude Berrebi (2007), «Human Capital and the Productivity of Suicide Bombers», *Journal of Economic Perspectives*, 21(3), pp.223-238.

⁸ De entre as outras críticas à teoria da escolha racional, Whitford dá especial relevância às críticas parsonianas (Talcott Parsons) que se opõem aos teóricos da escolha racional por estes presumirem que «os objetivos dos atores realmente exigem uma descrição adequada do sistema de valores, uma espécie de índice a ser consultado por teóricos da escolha racional quando necessário» (Whitford, 2002:355); e às críticas «*tinkering*», que ganham o seu nome uma vez que o que fazem é essencialmente remendar (*tinker*) a estrutura de preferências ou os mecanismos de decisão do agente.

a própria racionalidade está «moldada» a essas condições, logo, a proposta aqui é, por isso, uma racionalidade como a acção inteligente dos hábitos.

No entanto, de entre as críticas que o autor apelida de críticas de remendo – as tais que se mantêm numa espécie de modelização do agente – existirão, talvez, alguns remendos que farão sentido fazer, sem cair na discussão do agente económico «bom» ou «mau», pois não nos parece que, como Whitford preconiza, o facto destas críticas ao traço do perfil do agente partirem de pontos em comum com a teoria da escolha racional signifique, paulatinamente, que elas não sejam uma mais-valia para a discussão, ou seja, ou pelo menos, numa lógica de pluralismo teórico da economia, julgamos valer a pena questionar e emendar o quadro valorativo a que a teoria da escolha racional se reporta, porque ele gera deturpações da realidade e incompreensões da mesma, mesmo que tal emenda não seja ainda o suficiente.

C. Caldas *et al.* (2007) apontam o dedo a esta problemática através da limitação de soluções da ordem social que a teoria nos traz: segundo ela – e o seu quadro de preferências – os princípios da ordem social, as únicas formas de nos afastarmos da ruína social, apenas podem ser pensadas através da separação, que funciona com base na criação de sistemas de incentivos (através da propriedade privada) que alinhe o auto-interesse com o interesse de todos, ou através da coerção, na qual uma «agência externa» cria e aplica leis, numa coerção mútua. Para além de ambas poderem necessitar uma da outra, «pressupõem que os indivíduos seguem os seus próprios interesses, mesmo que sejam capazes de perceber que a sua busca venha a prejudicar o interesse de todos; e, conseqüentemente, ambos excluem a possibilidade de cooperação voluntária, que é a associação» (C. Caldas *et al.*, 2007: 26). A teoria da escolha racional não pode agraciar a associação porque o seu *homo economicus* não tem a capacidade (humana) do compromisso⁹, e a associação depende dele. O seu agente instrumentalmente racional, não acolhe um conteúdo motivacional que esteja para além do interesse próprio, um incentivo que se prenda com obrigações de carácter moral, porque essas não se coadunam, ou podem não se coadunar, com o seu auto-interesse, que deverá ser a sua única bússola, apontando-lhe os caminhos da razão instrumental.

O compromisso, avisa Sen (1977), não é possível a este *rational fool* porque ele ignora a possibilidade da escolha da opção que, por estar afeita à acção com que se comprometeu e que está ancorada no seu quadro de valorações morais, possa conter um menor nível de utilidade para si. Pois bem, desta forma, a leitura que se faz dos bombistas suicidas, introduzidos

⁹ *Commitment*, em inglês.

anteriormente, seria radicalmente diferente da pessoa que realiza as suas compras do mês: não se usaria o mesmo barómetro para ambas.

Acautele-se, no entanto, que o acima descrito sobre a teoria da escolha racional provém de uma certa desvirtuação contemporânea do que foi o espírito clássico da economia liberal dos seus antecessores: este que é o *homo economicus* não é, ao contrário do que possa ser proclamado, o mesmo homem a que Adam Smith se referia, um homem pleno e com ponderações morais.

Por todas estas razões, deve existir uma clara distinção entre a teoria da escolha racional de ciência económica, coisa que Robbins não minudeou na sua definição, acabando mesmo por nela colapsar. Existem diversas perspetivas da ciência económica, como tentámos esclarecer, e diversas discussões acerca do verdadeiro objeto da ciência económica. Estaremos a pedir a demissão da teoria da escolha racional? Não, concordamos com Whitford quando este sustenta que «apesar de negar que a teoria da escolha racional deva ser a teoria da ação privilegiada de “primeiro recurso”, não desejo cair na mesma armadilha e sugerir que encontrei “a” unificadora teoria da ação, a pedra filosofal de toda a teoria social» (Whitford, 2002:326). Apenas instamos a que perca o seu lugar de paradigma privilegiado e seja tomado entre os seus pares. A teoria da escolha racional terá com certeza as suas virtualidades e a sua validade mas, como em tudo, terá de ser utilizada com conta, peso e medida, até porque «a escolha racional, como foi originalmente concebida, não visava ser aplicada a contextos carregados de força moral e de dilemas sociais» (C. Caldas *et al*, 2007:25).

Assim, e atentando ao quadro de especificidades de Sedas Nunes (1971), a teoria da escolha racional poderá ser uma das metodologias da ciência económica, mas não será a ciência em si nem a definidora do objeto da ciência – até porque esse, como observámos, será o fenómeno social total.

b) *A Objetividade*

Eis que damos agora entrada a um outro trilho de análise que a definição de Robbins nos sugere e que aponta a questão delineadora da nossa pesquisa: a objetividade.

Hands (2007), ao sugerir que nos debrucemos sobre o que a definição não diz, aponta-nos para a ideia de objetividade que Robbins queria assegurar. A noção que nos é dada nada nos diz sobre o pleno emprego, a estabilidade de preços, nem sequer nos fala de mercados, juros, preços – na verdade, não nos fala do capitalismo, nem tampouco do comunismo ou outro qualquer sistema económico – pois a definição aplica-se «igualmente bem às pessoas na Roma Antiga ou na União Soviética, em meados do século XX» (Hands, 2007); está

preocupada com a relação entre fins e meios escassos (com usos alternativos) e não com a determinação dos fins. Portanto, a definição elegida guia-nos para a universalidade da ciência económica, e a sua necessária objetividade.

Objetividade. Cientificidade. Factualidade. Positivismo. Estas são algumas das palavras que normalmente estão ligadas à ciência, ao conhecimento. Quando nos referimos à ciência, por norma, não abrimos mão da objetividade, seguramo-la com veemência. No entanto, se não entendermos bem do que se fala, se não preencheremos este conceito, habilitamo-nos a não ter mais que do que uma mão cheia de nada, e pior ainda, um nada que juramos que nos define. A objetividade é um conceito que tem dado azo a enorme confusão, pelo que estamos em crer que uma breve incursão por ele deixa bem aberta, e bem mais clara, o debate do *value-free*, da tecnocracia, da ideologia camuflada (que de tão bem camuflada, até se confunde a ela própria).

Sabemos, no entanto, que a questão da objetividade não é nada linear. Segundo Drakopoulos (1997), a objetividade é um conceito bem mais complexo do que aquele que parece que foi tratado pela grande maioria dos cientistas económicos que a ele se referiram. É possível distinguir três tipos de objetividade: a objetividade «sem perspectiva»¹⁰, que pretende eliminar as idiossincrasias individuais ou de um grupo, ou seja, o oposto da subjetividade; a objetividade ontológica, que aponta a estrutura última da realidade; e a que nos impede de fazer julgamentos e interpretações, a objetividade mecânica. As discussões sobre a objetividade da ciência económica centram-se na primeira e na última tipologia, como veremos de seguida.

Socorremo-nos, para o efeito, de C. Caldas e Neves (2012) que nos deixam entrever o papel da objetividade na ciência económica através de dois (supostos) polos antagónicos: o sempre presente Lionel Robbins e Gunnar Myrdal¹¹. O primeiro, como já sabemos, apresenta-se como o defensor da objetividade, o outro parece defender que o conhecimento científico não é objetivo.

Inicialmente, ambos os autores concordavam acerca da situação da ciência económica: consideravam que ela não estava a conseguir atingir o estatuto de ciência económica, por parte do seu discurso e análise estar preso a considerações ético-morais, e que, para se afirmar no seio científico, teria de se apartar da ética e da política, o que era tanto possível quanto desejável; e, paralelamente, defendiam que a ciência económica deveria apontar para

¹⁰ Em inglês, *aperspectival*.

¹¹ Gunnar Myrdal (1898 – 1987) foi um economista sueco laureado com o Nobel da economia em 1974.

problemas práticos – «a economia “pura” ou “positiva” poderia ser útil a este respeito, ajudando a estabelecer factos, relações causais, a adequação de meios a objetivos declarados, a consistência dos objetivos ou a identificação de interesses e dos consensos e conflitos presentes» (C. Caldas e Neves, 2012:49) – sem que, no entanto, invocasse para tal estatuto de ciência, isto é, enquanto economia aplicada, a economia não seria ciência.

Façamos um pequeno parêntesis, que não será de todo um à parte. Podemos aqui denotar algum conflito nesta separação de águas com a nossa problemática da tecnocracia, uma vez que os pretensos tecnocratas quando se dispõem a elucidar os problemas práticos, não o fazem evidenciando as suas ponderações ético-políticas, nem sequer acautelando que tais possam existir; pelo contrário, fazem-no esgrimindo lá bem alto a sua bandeira da cientificidade, da sua objetividade, indicando que o seu caminho é o único que poderá ser corroborado pela ciência, esbatendo a distinção do que é economia aplicada e do que será a ciência económica.

Uma coisa é certa, embora estes economistas tenham posteriormente seguido caminhos diversos, naquela altura (inícios da década de trinta), as suas inquietações eram semelhantes. As soluções propostas, porém, não o foram.

Para Myrdal, o problema da falta de objetividade alcançada pela ciência económica revelava-se pela própria teoria económica que transbordava de ideologia política; a ideologia *mainstream* assente no *laissez-faire*, embrenhava-se na teoria económica e apelidava-se de ciência, o que acossava especialmente o jovem economista que estava no trilho do institucionalismo¹². O autor defendia que a teoria económica provinha da evolução de sistemas de ética e metafísica com reivindicações de objetividade, tal como a filosofia da lei natural ou o utilitarismo, o que significaria que enquanto a economia permanecesse umbilicalmente ligada a estas não conseguiria granjear o plano científico que, inicialmente, Myrdal considerava ser necessariamente avalorativo. O autor tinha, desta forma, em mãos, as linhas daquele que seria o seu grande debate, que era como conciliar a impossibilidade de uma ciência ser normativa (por oposição a positiva) com a vontade geral da economia dar respostas práticas. Em jeito de esboço para futura teorização mais completa, a sua resposta inicial foi que a economia só poderia dar uma resposta universal aos problemas práticos quando existisse uma harmonia dos interesses; quando tal não se desse, o único papel seguro

¹² O institucionalismo económico, de forma muitíssimo abreviada, é uma corrente da ciência económica que se foca na compreensão dos papéis do processo evolutivo e das instituições para analisar os comportamentos económicos, vendo o mercado como o resultado de uma interação complexa das instituições.

que caberia à economia era o de apresentar uma série de respostas, tendo por base os diversos interesses confrontantes. Então, as soluções que tratam de problemas com interesses contrastantes «podem invocar a objetividade, não porque exprimam normas políticas objetivas, mas porque estão na sequência de premissas de valor explicitamente declarado que correspondem a interesses reais. As soluções são de interesse prático na medida em que as suas premissas de valor são relevantes para as controvérsias políticas», tal como escreve Myrdal, citado por C. Caldas e Neves (2012:51-52)¹³. Percebe-se aqui que a objetividade, para este, já não é mais a observação avaliativa dos factos.

Mais tarde completou esta ideia, na sua obra *Objectivity in Social Research*¹⁴, na qual refere que é exatamente a existência de uma estrutura conceptual e teórica *a priori* que permite a ciência, pois a mera observação de factos e acontecimentos é o caos, o que quer dizer que as apreciações valorativas¹⁵ são parte da ciência – não só das conclusões que retira da realidade, mas também das perguntas que faz. Note-se que o autor considera que as apreciações valorativas fazem parte da realidade e, como tal, podem ser objeto de estudo e escrutínio, embora assuma que se trata de uma tarefa assaz difícil devido à natureza dos próprios valores.

Assim – tendo em linha de conta que a ciência não é passível de se remeter aos «puros factos» porque a sua mera organização implica apreciações valorativas (e quando se passa para a análise destes, imagine-se!), e que é também impossível (e indesejável) que não se retirem conclusões práticas e políticas – a resposta do agora amadurecido economista para a manutenção, ou melhor, para a criação de um princípio de imparcialidade, análogo à objetividade, da ciência económica, é simples: deixar claro quais as apreciações valorativas em jogo na análise científica. Claramente, isto não pretende ser carta-branca para que todo o tipo de análise ou pensamento possa levar o carimbo da ciência. Portanto, o autor estipula certos princípios de seleção¹⁶ de premissas valorativas, para que não crie o caos valorativo de análise do caos factual.

Esta é uma visão do problema. Vamos ao contraditório.

¹³ Da obra: Myrdal, Gunnar (1990 [1930]), *The Political Element in the Development of Economic Theory*, London, Transaction Publishers.

¹⁴ Myrdal, Gunnar (1969), *Objectivity in Social Research*, London, Pantheon Books.

¹⁵ Em inglês: *valuations*.

¹⁶ *Relevance, significance and feasibility*.

Robbins considera que não há qualquer relação, nem deverá haver, entre a ciência económica e a ética¹⁷; a ciência económica deverá ser uma compilação de generalizações avalorativas acerca da escolha de meios para aplicações alternativas, lida com factos e não com valores. Tal não quer dizer que o autor estivesse alheado do facto de a ação humana intencional, que a economia observa, implicar valorações; mas defendia que estas deveriam ser tratados como factos e que não cabe à ciência fazer um julgamento valorativo de tais comportamentos individuais peçados de valores mas sim revelar que esses comportamentos são levados a cabo, ou seja, os julgamentos valorativos ficam com quem os faz e não com quem os observa. Desta forma, a economia deve labutar com o que é e o que pode ser mas não com o que deve ser, até para preservar a testabilidade que o autor defende caber à ciência económica, já que «relacionamentos causais e declarações positivas podem ser testados, pelo menos em princípio (isto é, estabelecida a sua verdade ou falsidade); os juízos de valor e declarações normativas não o podem» (C. Caldas e Neves, 2012:53).

No entanto, na visão de Robbins, a ciência económica não tinha o exclusivo da economia; o que pode parecer contraditório, ou no mínimo confuso, até por uma questão de tradução conceptual ardilosa entre a língua portuguesa e a inglesa (*economy, economics, economic science, political economy*). Tentemos perceber o teor da afirmação: o que está aqui em causa é a ciência económica, à imagem da definição do autor, que não tem como tarefa a tentativa de compreensão de todo o universo económico, mas sim o primeiro passo para a compreensão de algo mais lato: a economia política. Neste âmbito caberiam interpretações políticas e valorativas, se bem que a ciência económica *stricto sensu* não deixaria de prestar o seu *input*, de ter também aqui algo a dizer; um âmbito que não se poderia considerar ciência. Está então criada uma separação entre a economia positiva e a normativa, e só a primeira merece a nomenclatura de ciência.

Confrontado com os argumentos de Myrdal acerca da ingenuidade empirista latente da tentativa de olhar factualmente a realidade, de observar e analisar factos de forma objetiva e avalorativa, o autor manteve-se firme na sua posição. Nas suas palavras, aqui citadas através de C. Caldas e Neves (2012:58)¹⁸, o economista ilustra o assunto afirmando: «Não penso que

¹⁷ Atente-se que Robbins trata a ética como algo profundamente subjetivo e aproximado da *opinião*; à semelhança (embora com diferenças) do que faz, aliás, Myrdal. Tal subjectivismo ético não é, de forma alguma, consensual, pelo que bastará que se considere correntes universalistas, como suas opositoras por natureza.

¹⁸ Robbins, Lionel (1981), «Economics and Political Economy», *American Economic Review*, 71, pp. 1-10.

tenha qualquer conteúdo ético a proposição de que, se o mercado é livre e a procura excede a oferta, os preços tenderão a subir.» Sublinha, assim a sua fé num certo positivismo da ciência económica, ou por outra, da possibilidade de destrição entre dois tipos de economia, entre os quais apenas um merece o nome ciência.

Face a esta contenda, e não querendo entrar em demasia no tema do ponto seguinte, o conjeturado *value-free* da ciência económica contemporânea, cabe-nos ainda dizer que o que apoquentava ambos autores era, de facto, a mesma coisa: a tentativa de fazer passar ideologia por ciência. As «soluções» é que eram divergentes, já que um apelava a uma espécie de declaração de intenções – que terá fragilidades pois basta pensar no subjectivismo em que se pode enveredar, bem como o problema do pensamento maioritário – enquanto o outro separava as águas do que era profundamente ideológico e do que a ela estava imune – que, seguida, veremos os problemas que levanta.

Claramente, é este o debate que abre as portas ao que queremos aqui tratar. O nosso é, no entanto, um pouco diferente. É distinto do anterior mas é devido a ele, devido à «vitória» de Robbins neste (foi a sua posição, e não a de Myrdal, que mais se difundiu), devido à separação da economia em dois, e devido à mutação do ramo que seria a ciência económica, numa técnica económica. Se para estes autores o que era aflitivo era a ideologia que, através da teoria, tentava falar com uma voz científica, para nós é essa mesma ideologia envergar o manto da técnica para que ainda mais científica se tornar; o que nos leva a ter ainda presente a ideologia, mas agora ainda mais bem disfarçada pois na teoria haveria ainda um espaço de discussão que a técnica suprime, uma vez que a economia que quer «vingar» no mundo atual não se pode apresentar como teórica, terá de ser prática, técnica. Foi o que fez: desfez-se das suas composições teóricas, ou pelo menos afastou-as do seu discurso e envergou roupagens mais cientificamente exatas, elaborando modelos matemáticos, cada vez mais complexos e extensivos na matéria que abrangem. Já não é uma ciência social, nem ciência exata (que nunca foi), é técnica, ou pelo menos, por isso se quer passar.

Para melhor compreender estas questões, é-nos imperativo que, de seguida, façamos uma incursão pela grande fragilidade de Robbins, sobre o ramo da economia que julgava estar a salvo, na torre da cientificidade, da terrível ideologia mas que, à imagem da história infantil da Rapunzel, estava tão protegida, tão protegida, que resolveu lançar o seu próprio cabelo para trazer a ideologia até si. Falamos da reflexividade da ciência económica.

ii) Quando $1+1=1$. A Reflexividade da ciência económica e a capacidade performativa.

O que queremos significar quando referimos que um mais um é igual a um? Queremos aqui introduzir a ligação estreita da ciência económica com a economia, da *economics* com a *economy*, queremos averiguar a sua relação e questionar até que ponto existe uma fusão entre as duas para que vejamos qual o papel que as valorações aqui assumem; buscamos entender em que sentido é que o bisturi de Lenz – que representa a ciência económica – se perde no corpo do paciente operado – a economia como um todo.

Para tal, interessa-nos compreender um pouco daquilo que é a teoria da reflexividade e como ela pode ser aplicada à economia numa noção cunhada e desenvolvida por George Soros, muito influenciado por Karl Popper, a qual tanto êxito financeiro lhe trouxe, quando da sua aplicação aos mercados financeiros, e que aqui será «emprestada» à ciência económica.

A teoria da reflexividade, atualmente com vasta, se não total aceitação, alude à circularidade das relações causa e efeito, isto é, que estas não se processam apenas em um sentido, como a nomenclatura dos próprios termos da ligação parece indicar, da causa para o efeito. Sendo circular, ela é bidirecional, o que significa que tanto as causas infligirão consequências no seu efeito, como os efeitos influenciarão as causas, ou seja, as causas são também efeitos e os efeitos são também causas, o que torna, talvez, estas denominações um pouco redutoras. Ora, se à teoria da reflexividade adicionarmos o princípio da falibilidade e se, posteriormente, «ignorarmos» que ambos existem, caminhamos a passos largos para a ação distorcida; mas lá iremos, a seu tempo.¹⁹

Soros (2010) defende que teorias que sustentem o equilíbrio dos mercados, que estipulem que os mercados caminham em direção ao equilíbrio, são inconsistentes com a ideia de reflexividade. Porquê? Porque, simplificada, estas teorias defendem que, no longo prazo, os preços refletirão os princípios básicos subjacentes ao mercado, mas que estes não serão afetados pelos preços. Por seu lado, a reflexividade defende que os preços influenciam, eles também, os princípios e, como tal, estes fundamentos, agora influenciados, irão modificar as expectativas e, por isso, criar novos preços, e por aí em diante. Ora, a continuidade deste padrão de comportamento – um altera o outro e o alterado altera o outro, de forma sucessiva – leva os mercados, não ao equilíbrio, mas sim ao desequilíbrio dinâmico.

¹⁹«Por exemplo, tratar toxicodependentes como criminosos cria um comportamento criminoso. Distorce o problema e interfere no tratamento adequado» (Soros, 2010: 18)

Mutatis mutandis, voltando à ciência económica, segundo a reflexividade, ela não é apenas recetora das influências do mundo real, da economia. Ela é também emissora de influências nele. Então, mas esta relação pode ser aplicada à ciência económica? A relação entre a ciência e a realidade é sempre reflexiva? Sim e não, respetivamente. A reflexividade não pode ser assumida em todas as relações da ciência com o real, porque depende dos fenómenos que são estudados, isto é, nos fenómenos naturais, o pensamento não desempenha um papel causal e tem apenas função cognitiva. Nas questões humanas, o pensamento é parte do assunto e tem uma função cognitiva e manipulativa (Soros, 2010:26). Podemos, então supor que, embora as ciências naturais não possuam esta capacidade reflexiva, as ciências sociais têm-na e, conseqüentemente, a economia também.

A ciência económica e a economia não são uma relação em que a segunda «fala» e a primeira «ouve» e analisa o que ouviu. A ciência económica ouve e analisa, está claro, e «face a uma realidade de extrema complexidade, somos obrigados a recorrer a vários métodos de simplificação: generalizações, dicotomias, metáforas (...). Esta estrutura mental adquire existência própria» (Soros, 2010:19), mas esta sua existência não é inócua em relação à realidade, influencia-a, modifica-a e, por isso mesmo, quando a realidade volta a falar, já conta uma nova história. Atente-se, porém, que não se trata de uma conversa, não «fala» uma e depois a outra, é um processo simultâneo, daí o ser, por vezes, impercetível.

Faltarão apenas sobre este assunto, fazer um brevíssimo apontamento acerca da capacidade performativa da ciência económica²⁰, isto é, até que ponto a aplicação da noção de reflexividade da ciência económica dá aval à arquitetura de mercados.

Face a esta relação entre a ciência económica e a economia, entendeu-se que, tendo a economia em si uma relação complexa entre a sua ciência e o real, quer dizer, já que «[as ciências] económicas (...) não se limitam a representar o mundo: realizam-no, provocam-no, constituem-no também, pelo menos numa certa medida e sob certas condições» (Muniesa e Callon, 2008:1), poder-se-ia «usar» essa influência para impactar, de forma consciente e organizada, a realidade económica, ou seja, abria-se a possibilidade de a ciência não estar meramente a analisar o real, ou de estar a influenciá-lo inconscientemente. Era a arquitetura de mercados a bater à porta, era o abrir a porta para a economia performativa e para «promover uma crença alargada na capacidade técnica dos economistas para conceber

²⁰ Voltaremos a este tema no ponto iii) do Capítulo II, no qual confrontaremos a teoria de Alvin Roth com a problemática possibilidade da ciência económica ser performativa.

mecanismos na linha do mercado para resolver vários tipos de problemas socioeconómicos» (Rodrigues e Santos, 2009:999).

A questão é que vai um passo de gigante entre afirmar que a ciência económica afeta a economia e a vida económica e afirmar que ela pode moldá-la. E, para responder, introduzimos aqui um conceito que, para Soros, vai de mão dada com a reflexividade, e que, propositadamente, ainda não tínhamos chamado à colação: o princípio da falibilidade e da incerteza humana. O facto de existir uma relação reflexiva não é indício de que possamos andar a construir e a arquitetar o real, significa antes que se deverá ser mais cuidadoso, e que existe mais um fator a ter em linha de conta, quando se analisa a realidade, até porque a incerteza ordena que «há sempre um desfasamento entre as intenções e as ações, e ainda mais entre ações e resultados» (Soros, 2010:21).

Não queremos, contudo, afirmar que esta abordagem não possa ter dado frutos na economia. Deu, dá e é uma área em expansão. Mais uma vez, reiteramos que aquilo que julgamos ter vindo a provar-se errado, foi esse aperfeiçoamento ter sido feito à margem da ética e da compreensão da incerteza humana, intentando criar mercados na realidade mas sem verdadeira atenção à complexidade dessa mesma realidade e, por isso mesmo, «em vez de tentar encaixar a realidade no quadro da economia neoclássica, esta agenda iria dedicar-se ao exame das consequências das tentativas de tornar a realidade conforme com as teorias económicas» (Rodrigues e Santos, 2009:999).

Ao contrário do que os economistas performativos parecem querer indicar, a existência de uma reflexividade da ciência económica não abre portas à engenharia dos mercados, lá bem longe das ponderações morais, já que «se realmente construímos realidade com os nossos pensamentos e ações, em vez de “descobrir” leis que apareceram não sabemos de onde, então temos uma bem responsabilidade moral diferente por aquilo que dizemos e fazemos» (Gutenschwager, 2012:1)

iii) Amoral ou imoral? A economia *value-free*.

a) Value-free

Assumindo, tal como fizeram as correntes *mainstream* (e não só) da economia, a separação proposta por Robbins, resta-nos a economia *value-free*, ou a economia positiva, como o único caminho possível para assegurar a cientificidade da economia²¹.

²¹ «A maior parte dos economistas atuais, no entanto, concordaria que uma teoria económica livre de valores é essencial para o estabelecimento da natureza científica da disciplina.» (Drakopoulos, 1997:1)

Ora, aquilo que é hoje considerado *value-free* é fruto de uma mutação daquilo que era considerado pelos clássicos, isto é, falar de *value-free* hoje, não tem o mesmo significado que tinha na obra do filósofo empirista David Hume – esse bastião do *value-free*, a crer nas interpretações das suas palavras por diversos economistas – que, embora defendesse uma objetividade da perspetiva, não assegurava a sua possibilidade epistemológica; ou mesmo em Stuart Mill que, mesmo defendendo que a economia deveria ser positiva, à semelhança da geometria, considerava que o uso de «conceitos como prazer, dor, utilidade e ideias como A Maior Felicidade eram, em sentido algum, juízos de valor» (Drakopoulos, 1997:6).

De acordo com Drakopoulos (1997), com o aparecimento dos economistas marginalistas²², a ideia de *value-free* era já outra. Se, para autores como Jevons, a economia dever-se-ia purificar de todo o tipo de valorações morais, separando, por completo, o que fosse facto (a verdade científica) do que fosse valor (moral), para autores como Pareto, Walras, ou Fisher, a purificação passava também por um afastamento de suposições psicológicas. Finalmente, com os neoclássicos, dá-se uma consolidação da, já iniciada, expurgação dos «estados mentais», excluindo a possibilidade de comparações interpessoais de utilidade, já que estas necessitariam, em última análise de ponderação.

Note-se que este processo de «aperfeiçoamento» científico coincide com o ganhar de terreno dos filósofos lógico-positivistas, o que quer dizer que tal luta não era de todo um exclusivo da economia. Muitos economistas juntaram-se à «festa» dos lógico-positivistas, talvez sem grande questionamento, mas não ficaram até ao fim – não a viram acabar e não ajudaram a arrumar. Quer tal dizer que aquilo que segurava a aplicação do positivismo na economia, aparentemente caiu, e a economia nem deu por isso, porque, como nos avisam Putman e Walsh (2012:1), «parte desta longevidade era provavelmente devida – ironicamente – ao facto de *a maior parte* dos economistas da *mainstream* nunca ter dominado realmente os fundamentos lógicos e filosóficos do positivismo lógico». O que os economistas não perceberam, ou parecem não ter percebido, é que na ânsia de fugirem às ideologias, foram a correr para os braços de uma: é que o positivismo lógico, nada mais é do que um movimento, uma ideologia filosófica²³. Ao tentarem fugir da ideologia e da valoração, embateram em ambas, até porque «a ideologia envolve um conjunto de valores (juízos morais, largamente compreendidos), habitualmente com uma perspetiva de mudança da sociedade. Mas o termo

²² O Marginalismo é uma teoria económica que procura explicar a discrepância entre o valor dos bens e serviços através da sua utilidade marginal.

²³ Positivismo: «As a philosophical ideology and movement, positivism...» in Encyclopaedia Britannica (2013) (<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/471865/positivism>)

também integra um modo de entendimento do mundo (uma ontologia) que talvez transite mais genericamente para a moral» (Dow, 2012:20).

O que tinha acontecido, então, ao positivismo lógico? O mote supostamente dado por Wittgenstein²⁴ e a euforia lançada pelo Círculo de Viena (que contava com Rudolph Carnap e Bertrand Russell, entre tantos outros) acerca da cientificidade possível, tinha esmorecido, «a “morte” do movimento era devida, no entanto, não apenas à dispersão dos seus membros como também a um reconhecimento alargado dos defeitos das suas ideias» (Hanfling, 2003:193). Algumas das suas ideias mais basilares, como a relação dicotómica entre ser e dever ser, ou facto e valor, observação e teoria foram postas em causa por autores como Putman, Quine e Popper; apreciações estas que parecem ter sido ignoradas pela maior parte dos economistas, uma vez que foram estes aspetos criticados que eles tinham retirado da filosofia positiva, isto é, «a afirmação de que uma ciência respondia a questões acerca do que é, mas era de todo silenciada quanto ao que *deve ser*» (Putman e Walsh, 2012:1), a tentativa de remeter a ciência económica para os meros factos, admitindo que estes existem ou que nos são perceptíveis, e afastá-la de ponderações éticas e valorativas.

Esta dicotomia entre facto e valor tem vindo a ser, cada vez mais, posta em causa, e o colapso dela deve-se, por um lado, ao emprego de argumentos metafísicos, mas por outro, à queda das antigas razões que a sustentavam, pois se anteriormente se debatia que as afirmações de carácter ético eram desprovidas de cognoscibilidade, isto é, elas não podiam ser tidas como falsas ou verdadeiras, hoje fala-se da impossibilidade de elas serem falsas ou verdadeiras sem ter em conta a perspetiva. A discussão mudou. Admite-se agora, mesmo aqueles que não acolhem a universalidade, e conseqüente verdade ou falsidade das afirmações éticas, que estas podem ser cognoscíveis desde que se tenha em conta o seio em que estas são proferidas, posição esta a que se dá o nome de relativismo. Podemos, portanto, dizer que a prévia dicotomia deu o seu lugar ao relativismo, mas não a um subjectivismo como Myrdal parecia apontar, como já falámos anteriormente.

Abre-se, assim, a possibilidade de existência de valores na economia, não só de valores morais que se refiram à própria identificação da economia como ciência, tal como referem Hausman e McPhearson (1996:212), como sejam as ponderações ético-morais que impedem os economistas de «cozinhar» os dados que obtém; mas também no âmbito da tal economia

²⁴ Dizemos «supostamente» porque, muito embora seja verdade que este tenha celebrenemente escrito que «acerca daquilo de que não se pode falar, tem de se ficar em silêncio» (Wittgenstein, 1995 [1961]:142), o que foi sempre tido como um apelo ao positivismo lógico, o filósofo sentiu-se mal interpretado e «retratou-se» em diversos textos posteriores.

positiva, isto é, considera-se que não só a ética tem um papel nas perguntas que a economia faz, como também nas respostas a que chega. Quer isto dizer que se esbate um pouco mais a fronteira entre a economia positiva e a normativa, pois não se considera que apenas a segunda necessite de ponderações morais, ou melhor, que a segunda seja a soma da primeira com a ideologia ou a ética; julgando-se, sim, que a economia positiva é, muitas das vezes, lugar de valores e de ética. É que, ao que parece, a economia não é botânica ou geologia, é ciência social, não tem como tarefa observar orquídeas ou massas de granito, mas sim pessoas, que fazem escolhas pejudicadas de valorações, o que quer dizer que o que os economistas observam, os seus factos, são valorativos; tal como será a sua análise e eles próprios.

Eis que é trazida ao debate uma nova posição: a possibilidade de discussão racional de valores, a possibilidade de a ciência económica alargar o seu espectro de reflexão a áreas como a teoria da justiça, da natureza e comportamento humano ou da liberdade, entre outras. Ou por outra: a possibilidade de debate «às claras» destas questões, em vez de uma infiltração de algumas posições éticas e ideológicas naquilo a que, tão insistentemente, chamam factos.

Como muitos economistas comportamentais defendem, as disposições morais das pessoas afetam os resultados económicos, mas também existem outros fatores influenciadores, o que significa que se poderia argumentar, numa tentativa de rebater a importância da ética na economia, que o clima ou a fisiologia das pessoas impactam os resultados económicos, o que levanta a questão de por que razão devemos prestar mais atenção à ética do que à biologia ou à física, ou a qualquer outra ciência, visto que, como já vimos e discutimos para o caso das ciências sociais, o mundo para o qual a economia olha é o mesmo do que aquele para o qual olha toda e qualquer ciência. Por que merece a ética um lugar de relevo? É que a ética e as decisões éticas diferenciam-se das demais pois elas não são apenas fornecedoras de dados, são também fruto das instituições económicas e dos resultados económicos, em parte devido à reflexividade da ciência económica, razão pela qual a ética está envolvida e embrenhada na economia num nível diferente e superior do que as outras ciências e saberes. Por isto, os «economistas precisam de se preocupar não só em alimentar estes recursos morais vitais como em melhorá-los. Melhores princípios morais permitem às pessoas coordenar melhor o seu comportamento» (Hausman e McPhearson, 1996:220).

Há, no entanto, outra problemática que é preciso analisar para que possamos compreender a onda de questões que se levanta ao separarmos categoricamente os factos dos valores: é que na busca de uma ciência amoral, podemos muito bem estar a criar as bases para uma ciência imoral. Auxiliemo-nos da conclusão de Block (1975), quando este procura averiguar a possibilidade do *value-free* na ciência económica e de como o caminho para a amoralidade

pode levar a um destino bem diferente e indesejável. Escreve, então, o autor, acerca da hipótese de um economista analisar e aconselhar, de forma estritamente económica, a construção de um campo de concentração: «Aqui, parece claro que teríamos de dizer que, embora o economista se esteja a limitar a afirmações isentas de valores, não está de modo algum isento de mácula. Ele não pode ser descrito como um cientista isento de valores» (Block, 1975:41). A ideia aqui subjacente é que a demanda da objetividade, pelo positivismo, pela separação do campo ético e da economia, pode muito facilmente resvalar para o uso dessa ciência para uma área que está tão afastada da moral e da ética²⁵ que se torna no seu oposto: imoral.

Mas não é só em casos extremos que a ética terá uma palavra a dar no discurso da economia. Como já adiantámos, ela poder-se-á também pronunciar em questões mais diretamente ligadas à economia, mais ligadas às próprias instituições da economia. A Economia não sabe se a fome é pior do que suficiência de comida? Não sabe se a saúde constitui uma melhoria do bem-estar? Não pode responder a isto? Parece-nos deveras improvável intentar que a ciência económica esteja tão afastada da realidade, que a estas questões possa apenas responder: «Depende, o que é que é mais eficiente?». Aliás o próprio conceito de eficiência terá de conter em si valorações; essas valorações podem, no entanto, estar no lado oposto daquilo que é ético.

Felizmente, não estamos sozinhos quanto a tal afirmação pois, trepando para os ombros de Sen (2012 [1988]:22), podemos observar que existem duas razões fundamentais para a ética ter de estar enredada na economia: a primeira é a própria motivação humana relacionada com a forma como se *deve* viver²⁶, e a segunda está arrolada com o juízo do sucesso social, quer isto dizer, a ideia que a sociedade deve ser justa e próspera, o que impede que a «avaliação se fique por algum ponto arbitrário como a ‘eficiência’ satisfatória» (Sen, 2012 [1988]:22). O autor vai mais longe ainda, afirmando estas são as tarefas incontornáveis da economia.

Amartya Sen tem vindo a demonstrar, inclusivamente, que este caminho para a ética que a economia deve percorrer, mais do que um novo desígnio, é um regresso a casa: não é um abandono da economia clássica, especialmente presente em Adam Smith, mas sim um

²⁵ Filosoficamente existe distinção entre o que seja a moral e a ética. No presente trabalho, e face àquele que é o seu objectivo, somos levados a esbater tal diferença, uma vez que, aqui, ela não suscita problemas maiores na questão.

²⁶ O que «não é o mesmo que afirmar que as pessoas agirão sempre de modo a que possam ser moralmente defendidas; significa apenas que as deliberações éticas não podem ser totalmente inconsequentes para o comportamento humano» (Sen, 2012 [1988]:22).

reaproveitar dela, pois a reintrodução de problemáticas e conceitos éticos «é uma característica chave de distinção do que tenho vindo a referir como o “enriquecimento” da teoria clássica nos dias de hoje (Putman e Walsh, 2012:29).

De acordo com Sen, Putman e Walsh, e até como julgamos já ter descrito, não é uma novidade a existência de valorações na ciência económica. Nem tampouco é novidade que essa não esteja explícita na teoria económica, quer isto dizer, as valorações, éticas ou ideológicas estão lá, como de resto sempre estiveram, e continuam escamoteadas, como já há muito estão. A problemática é antiga, a solução é que ainda não foi atingida e, como veremos no ponto seguinte, a própria ciência tem ganho cada vez mais escudos para proteger as suas valorações dos olhos mais desatentos, ao mesmo tempo que tem vindo a hastear, cada vez mais alto, o estandarte da imparcialidade e objetividade.

Mas sejamos cautelosos aquando da defesa do espectro moral na economia. Não se confunda a posição que aponta para uma ligação real e necessária entre a economia e a ética ou moral com uma visão moralista da economia: a economia é uma ciência social com uma metodologia própria que será mais completa, e até mais capaz de descrição da realidade, se se aliar às valorações e admitir que elas estão presentes no seu discurso. Nas palavras do anterior Papa, que não nos parece poder ser acusado de tecnocrata, «uma moral que se considera por si própria capaz de dispensar o conhecimento técnico das leis económicas não é moral mas moralismo» (Ratzinger, 2009). É certo que ambos são dois dos aspetos da ciência económica, mas tal como não se deverá admitir que o moralismo se imponha sobre ciência, também a técnica não se deverá impor, numa ânsia de protagonismo, de forma a mascarar as valorações que a sustentam.

É por isso que, ao invés de aceitar a dicotomia facto/valor, economia positiva/normativa, será mais prolífero que se admitam ambas, já que a exclusão de uma delas não só não é possível cientificamente, como não é desejável para uma ciência de tanto impacte reflexivo como é a economia. Por essa razão, «o normativo está envolvido (eticamente e de outras maneiras) na teorização económica e não se pode sequer começar a avaliar esses envolvimentos até que sejam reconhecidos, e o reconhecimento seria muito mais fácil se a profissão económica tivesse vontade de esvaziar a dicotomia positivo/normativo no sentido de uma distinção mais útil, mas mais flexível» (Hands, 2012:235).

Saliente-se, por fim e em jeito de passagem para o ponto seguinte, que não só na teoria existe a ideologia. Sabemos já que a teoria tem em si presente valorações, mas é imperativo refletir, principalmente levando em conta o percurso que a ciência económica tem vindo a

seguir, pela mão das teorias neoclássicas e do paradigma da teoria da escolha racional, sobre a modelização matemática e a estatística, das quais tanto uso faz a economia.

b) *A matematização da Economia. Da Teoria à Técnica.*

Ainda acerca da objetividade e do *value-free*, apraz-nos ainda averiguar a ligação da ciência económica com os métodos quantitativos, pois, sendo certo que voltaremos a mencionar tal conexão aquando do tratamento da Academia, estamos certos que um tratamento mais abstrato da questão apenas beneficiará esse mesmo *case-study*.

Genericamente existe uma tendência para crer que a quantificação e a objetividade andam de mãos dadas, pois assume-se que a primeira é uma garantia de imparcialidade, isto é, a matemática não é boa nem má, ela apenas é. Voltando à dicotomia, que anteriormente tentámos abandonar, ela é facto, não valor.

A economia ouviu objetividade, imparcialidade, factualidade, cientificidade, exatidão e mais uma vez, saltou a pé juntos para ela. Se é claro que o uso da matemática, da modelização e da estatística foi benéfico para a economia, deve, no entanto, ponderar-se, porventura, se não é também verdade que «a profissão económica se extraviou porque os economistas, enquanto grupo confundiram a beleza, vestida de impressionantes aspetos matemáticos, com a verdade» (Krugman, 2009:1), isto é, que uma confiança cega na modelização matemática de fenómenos que são humanos e sociais não pode levar a erros.

A economia insiste em ser jacaré, em ser ciência *value-free*, querendo, para isso, abandonar aquilo que vê como lagartixa, a ciência que assume as suas valorações, minorando a segunda em relação à primeira e, por isso, não só não se torna jacaré, pois nem lhe é possível, como desaproveita os seus «recursos» de lagartixa, que na escala da cientificidade poderá até ser maior que os do jacaré. A economia é uma ciência social e em nada beneficiará com esta tentativa de «arrivismo científico»: «A imitação servil das ciências sociais conduz inevitavelmente à distorção dos fenómenos humanos e sociais» (Soros, 2010:31).

A exatidão da matemática não pode ser aplicada à economia, sem cautela, até porque ela é também falível, no sentido em que se está a transpor uma realidade que não é numérica em «números», porque ela é a mais pura das abstrações e, como tal, passível de erro sobre o real, visto que ela carece de uma convenção quantitativa para que traduza de forma perceptível, a natureza não quantitativa do real.

Quando falamos de tal matematização da economia, estamos a falar da modelização económica que tem em conta os dados empíricos da estatística. Desta forma, na especificidade da economia, leva a que a «modelização económica [seja] um tipo específico de mapeamento

na qual a explicação padronizada de como os modelos são obtidos e avaliados não se aplica (...) Os instrumentos são construídos integrando ideias e requisitos teóricos e empíricos de maneira a que o seu desempenho corresponda a um padrão previamente escolhido» (Bausmans, 2005:427-428), ou seja, a metodologia quantitativa da economia é levada a cabo através da integração da teoria no levantamento e tratamento empírico dos dados, bem como de convenções, que são o resultado de discussões sobre a forma correta de quantificar; não se trata de tudo da tal pura abstração matemática – o que seria muito pouco frutífero para a compleição dos objetivos da ciência económica. Embora possa parecer quase ridículo, é necessário deixar claro: a economia não é matemática, a economia não é estatística; elas são apenas instrumentos metodológicos dos quais esta ciência dispõe.

Sendo instrumentos, é necessário salvaguardar que, mesmo necessários e auxiliares, estes não devem ser tidos como os únicos a dispor da economia e, nem sequer, como os merecedores de destaque pela sua fiabilidade. Já Sedas Nunes (1971:43) avisava que «contra o que um empirismo ingénuo poderia ser levado a supor, das fontes estatísticas não brota informação pura. Os dados que nelas se podem colher estão inevitavelmente “inquinados”, desde a sua própria nascente, de elementos conceptuais construtivos, que lhes atribuem o seu exato significado e alcance analítico».

Exatamente por este acautelamento quanto à estatística não ter sido realizado devidamente é que, autores como Krugman (2009) reivindicam a responsabilidade dos economistas na crise de 2008, já que estes, muito por causa daquilo que aparentava ser prova estatística, sustentaram (e muitos ainda sustentam) a total eficiência dos mercados. Não se duvidou o suficiente destes instrumentos, tomaram-se como incapazes de erro e por isso, «para ser justo, teóricos das finanças não aceitavam a hipótese do mercado eficiente meramente porque era elegante, conveniente e lucrativa. Também produziam grandes provas estatísticas, que a princípio pareciam fortemente demonstrativas» (Krugman, 2009:4).

Mantemos, no entanto, que a economia beneficia da quantificação, da técnica, da criação de um «mecanismo que pode ser comunicado a outros sem a necessidade de mencionar ou explicar questões exteriores ao mecanismo» (Bausmans, 2005:448) mas julgamos que tal não a torna menos passível de escrutínio, bem pelo contrário. Exatamente pela sua comunicação estar encriptada, a capacidade de reconhecimento de erros pode ficar toldada, exatamente porque apenas se comunica o mecanismo e não o que envolve, todas as falhas que estejam aquém da sua construção ficam encobertas.

Por outro lado, a tecnicização necessita de um cuidado extra: não basta a coerência interna dos modelos, há que existir uma coerência externa, uma ligação à realidade, sob pena de erros

crassos, matemáticos e de interpretação do real. «No entanto, para conseguir este objetivo [ser rigoroso] é necessário compreender as finalidades para as quais o economista utiliza a análise matemática (...) [porque] a incapacidade de compreender o enquadramento económico do problema em discussão pode muito bem levar a... erros matemáticos» (Weintraub, 2002:174).

Contudo, julgamos que existe outra problemática acerca desta matematização que, a par com a confiança cega nela depositada, leva não só a erros como, mais uma vez, à camuflagem da ideologia. Se tal se passava já no caso da teoria, a tecnicização da economia tem vindo a abrir novas possibilidades para que se esconda valoração, intencionalmente ou não. Na ciência há debate, discussão; na técnica, se o há, é muito limitado. É, por isso mesmo, um melhor esconderijo para ela, porque, a bem da verdade, ela não está lá. Quer dizer, está. Está e não está. Não está porque se tratam de modelos quantitativos e até, muitas vezes, numéricos – e não nos parece sensato assumirmos que o número 6 tem uma posição definida, ou não definida, acerca do funcionamento do mercado. Está porque, como já foi dito, estes modelos não brotam da terra, eles estão impregnados de considerações e valorações acerca do objeto de estudo, estão assentes numa base teórica, organizados segundo uma certa metodologia.

Assumindo uma couraça que não é sua, a couraça da técnica, a economia encontrou o esconderijo quase perfeito para difundir ideologia e chamá-la «facto», ao mesmo tempo que impede a discussão sobre a sua ideologia. Aliás, se afirmam que é técnica, o que é que há para discutir? Como se podem discutir valorações ou ideologias, se nem sequer se assume que elas estão presentes? Aqui está o grande benefício de usar pele de tecnocrata: não se pode sequer iniciar a discussão.

As discussões que podem ser levadas a cabo ficam presas no meio científico, ou pior, ficam apenas por debates acerca da estrutura interna do modelo, tornando-se completamente vedadas aos demais, o que devido ao papel desempenhado pela economia e pela sua reflexividade é desprovido de cabimento. Limita-se a discussão, afasta-se a possibilidade de participação e, tudo isso, sustentado por um engodo tecnocrata: «A ausência de conhecimento público e de discussão respeitantes a convenções de quantificações ajuda-nos a compreender porque é que o público está hoje em dia muitas vezes carregado de números que não têm a virtualidade de estabelecer discussões» (Centemeri, 2012: 122).

Resta-nos assumir uma posição de D. Dinis: apontamos para o regaço da economia e acusamo-la de carregar valorações e ideologias; os economistas, julgando-se igualmente capazes do milagre das rosas, clamam: «Não senhor, é técnica, é ciência exata! Vede com vossos olhos!»; mas, ao contrário de D. Isabel, por falta de graciosidade, ou por falta de razão nobre para a mentira, o milagre não se concretiza e quando abrem seu regaço não cai o que

prometeram. Nem o que nós acusámos. Do regaço da economia cai a ciência social: tem ideologia, tem valorações, tem técnica(s) – o importante para que seja rigorosa e científica não é que seja apenas uma, nem que se imponha uma separação, que não existe, entre elas pois as suas relações complexas, desde que admitidas é que formam o campo da ciência económica.

* * *

Pelas razões que já mencionámos acima não pode a economia fazer-se passar por mera técnica, por conjunto de modelos avalorativos, por tarefeiro de calculadora em riste, quando se pronuncia sobre a realidade. A economia, quer queira, quer não, tem mais responsabilidade do que isso, não pode sacudir os ombros e fazer ouvidos moucos à ética, sob pena das suas relações sobre o real não só estarem a anos-luz do mesmo, como infligirem consequências imorais nele. O caminho da tecnicização em nada afasta a ideologia, ela fica lá, invisível aos olhos, mas lá; torna-se num novo tipo de ideologia, a «ideologia técnica», que executa sem nunca questionar – e daí podemos depreender o sucesso da sua execução.

Importa que consideremos a posição que a economia assume na esfera política social, em grande parte devido ao positivismo que aparenta. «Sob o manto da neutralidade científica, os economistas envolveram-se na política e adquiriram uma influência com que nenhuma outra ciência social pode sequer sonhar» (C. Caldas, 2011:117), e se assim é, independentemente das causas, os economistas terão de assumir uma responsabilidade redobrada e, nas palavras de John Hicks, aqui citado de Koslowski (1993:1), «o economista que apenas faz declarações de eficiência na linha de Pareto não se eleva à altura das suas responsabilidades».

Ora, se é verdade que «a adoção da moralização explícita em vez de implícita não é, no entanto, isenta de custos; não mais o prestígio não desprezível dos economistas pode ser colocado às ordens dos economistas que poderiam tirar proveito do seu uso, mas parece-me claro (juízo de valor) que a profissão ganharia globalmente com isto» (Block, 1975:41), cabe-nos agora rumar até à obra de três economistas para que tentemos trazer para a luz da discussão as valorações subjacentes às suas teorias económicas.

II. Por detrás de uma grande teoria, está sempre uma grande ideologia – A Ideologia dos Autores.

«É melhor ser um humano insatisfeito do que um porco satisfeito;
um Sócrates insatisfeito do que um idiota satisfeito»

John Stuart Mill, Utilitarismo²⁷

Vista que está a relação da ideologia com a ciência económica e desta com a técnica, parece-nos agora de suma relevância que vejamos como tal se processa nos autores, como é que as suas teorias económicas estão também sustentadas em valorações, que apresentam uma visão mais *mainstream* da economia – até porque acerca dos heterodoxos, a ciência económica está de acordo: nas suas teorias pesam valorações ético-morais.

Não é nossa tarefa, aqui, expor toda a teoria de cada um dos autores, não só pela impossibilidade logística de tal empresa, mas também porque o que se quer que fique aqui plasmado, é o facto de existirem valorações que merecem ser discutidas, por nós e pela ciência económica, e não tidas como aspetos factuais.

i) John Stuart Mill

Stuart Mill foi um grande nome da filosofia do século XIX e os ecos do seu nome chegam-nos ainda nos dias de hoje porque é o que acontece a quem trata de problemas intemporais, o que acontece a quem se debruça no plano das ideias teóricas que são pertinentes agora como seriam há dois séculos. Se pode haver questões económicas cuja resposta não encontraremos em Mill, essas são as que se prendem com um avanço tecnológico que estaria a anos-luz de qualquer previsão plausível de ser feito na altura – e, mesmo para essas, não se poderá dizer que a sua teoria era inútil a proporcionar soluções (não duvidamos que Mill teria uma resposta para o problema da pirataria virtual, assim que lhe explicassem o que é a Internet). Porquê? Porque Mill estruturou a sua teoria económica num quadro valorativo, porque os seus modelos económicos estão, o mais das vezes, em concordância com a sua «teoria moral», e esse é o maior seguro contra a usura do tempo sobre a obra. Os problemas morais ou éticos não perecem com o avanço tecnológico; multiplicam-se.

É, pois, indispensável socorrer-nos de Stuart Mill para a investigação que temos em mãos, já que associada aos seus *Princípios de Economia Política* está toda a sua visão sobre a questão da moral e da liberdade. Há, aliás, quem admita que foi essa a contribuição de Mill para a Economia, foi essa adição, esse âmbito humano, que tornou a sua teoria única, pelo que

²⁷ Mill, 2005 [1871]:54

Laughlin afirma que «ele só apresentou os princípios de Ricardo de uma forma melhor e mais atrativa, recorrendo principalmente a um método de tratamento sistemático mais lúcido e prático do que o utilizado até então, aperfeiçoando enormemente os estudos secos do seu predecessor (mesmo sendo Ricardo conciso e insípido) ao introduzir um elemento humano nos seus desígnios e recorrendo a ilustrações e exemplos concretos» (Laughlin 1885: 30).

O caminho que entendemos que nos poderá trazer mais frutos para a discussão acerca da tecnicização da economia, embora não seja estanque – até porque há confluência entre os temas e as obras –, teria início na teoria utilitarista, passando pela liberdade e chegando, por fim, à teoria económica, principalmente às questões que tocam a propriedade e a distribuição.

Iniciemos a marcha. De que falamos quando referimos o Utilitarismo? Quais as suas raízes? Embora haja uma ligação com a filosofia de Epicuro, será mais acertado apontarmos como os dois autores que dão o mote à filosofia de Mill, David Hume – que não poderá, no entanto, ser apelidado de utilitarista – e Jeremy Bentham. David Hume, de forma muito abreviada, é um opositor ao racionalismo moral que sustenta que a razão é a forma de acesso ao bem e ao mal. Segundo este, os valores só terão realidade em relação a um acordo dos espíritos sobre a aprovação (ou desaprovação) que merece uma determinada ação e apenas o sentimento de prazer é que fundamenta a aprovação moral, aplicando o conceito de simpatia. Assim sendo, o autor, quando se debruça sobre a justiça, trata-a como uma virtude artificial, afirmando que «temos de admitir que o sentido de justiça e de injustiça não deriva da natureza, mas surge artificialmente, por isso necessariamente através da educação e convenções humanas» (Hume, 1739:251). Por outro lado, Bentham, ele sim, é um utilitarista, determinando como fim último do Homem a felicidade: desta maneira, também a moral se deve subjugar a este conceito, isto é, os motivos das ações serão a procura de prazer e a fuga da dor. «A Natureza colocou a espécie humana sob a governação de dois chefes soberanos, *dor e prazer* (...) O princípio da utilidade traduz o princípio que aprova ou desaprova qualquer ato, de acordo com a tendência que parece aumentar ou diminuir a felicidade do grupo cujo interesse está em questão» (Bentham, 1982 [1789]:15). Embora os dois autores, entre outros, tenham exercido influência em Mill, há que ter sempre em conta que existem diferenças fundamentais entre eles, que tornam a sua teoria profundamente original. Mas falaremos sobre isso atempadamente.

O utilitarismo, como teoria consequencialista²⁸ que é, é uma perspectiva através da qual, sendo o bom equiparado à felicidade, a maximização do bom (felicidade) é a ação correta.

Vejamos o que nos diz Mill: «A doutrina que aceita como fundamento da moral a utilidade, ou os princípios da maior felicidade, defende que as ações estão corretas na medida em que tendem a promover a felicidade, e incorretas na medida em que tendem a gerar o contrário da felicidade» (Mill, 2005 [1871]:51,52). Entendido que está que esta teoria se baseia na maximização da felicidade, segue-se precisar esse conceito pois ele não foi cunhado pelos utilitaristas – já Aristóteles se referia à felicidade – mas foi imputado a estes devido à generalização da sua aceção. O nosso autor trata de responder logo de seguida, escrevendo que «por felicidade, entendemos o prazer, e a ausência de dor; por infelicidade, a dor, e a privação de prazer» (Mill, 2005 [1871]:52), deixando, por enquanto, em aberto o que seja o prazer.

Ora estas são questões de enorme pertinência porque abarcam em si uma das maiores diferenças entre Bentham e Mill e por serem definidoras da teoria única de Mill.

Felicidade, como foi já referido, é um conceito central em Aristóteles, Bentham e Mill e, no entanto, nenhum deles fala exatamente da mesma coisa, como aliás refere Nussbaum (2004). Para o primeiro, este conceito era a *eudaemonia*, «uma certa atividade da alma de acordo com uma excelência completa» (Aristóteles, *Ética a Nicómaco*:39), e estava associado a uma pluralidade de valores, ou melhor, de ações valorativas – o prazer não era equiparável à felicidade, poderia até usualmente acompanhar a felicidade, mas não era felicidade. A felicidade é aqui tida como algo de muito mais grandioso: alguém feliz será como o «guerreiro feliz» de Wordsworth, alguém cuja «vida é feliz porque é preenchida e rica, apesar de algumas vezes poder conter dor e perda» (Nussbaum 2004:61).

A felicidade em Bentham é idêntica ao prazer, ainda que considere quatro tipos de prazer (físico, político, moral e religioso) e diversas escalas para o avaliar – sempre quantitativas.

Regressemos a Mill. Nas suas palavras, a «sua» felicidade é a mesma de Bentham. Mas será isso coerente com o seu pensamento? Isto é, embora à partida afirme que felicidade é prazer, o que de seguida diz sobre o prazer, as modificações que vai introduzindo a este conceito tornam claro que não se trata da mesma felicidade que encontrávamos em Bentham. Mill não considera os prazeres algo de homogéneo e defende que há «tons» qualitativos para

²⁸ Teoria composta do bom e do correto, da determinação do que é bom e de como devemos agir, na qual o correto consiste na maximização do bom.

além de quantitativos²⁹, que serão reconhecidos por um juiz competente que, tal como em Aristóteles, deve planejar a vida como um todo, «que deve ser aperfeiçoada como um todo e inclusive com todas as maiores fontes de valor» (Nussbaum, 2004:65). Também introduz um sentido de dignidade que todos os seres humanos possuem, de uma forma ou de outra, que é tão essencial que nada do que possa contrariá-lo pode ser um objeto de verdadeiro desejo – o que nos faz quase aspirar a um certo universalismo, a um «quase princípio básico» da moralidade humana, ao qual Mill tão vigorosamente aparentava opor-se.

Contudo, sobre a acusação, feita aos epicuristas, de que para estes a vida não tem fim mais elevado do que o prazer, Mill responde que «os epicuristas sempre responderam que não foram eles, mas os seus acusadores, quem representa a natureza humana a uma luz degradante; uma vez que a acusação supõe que os seres humanos são incapazes de prazeres além daqueles de que os porcos são capazes» (Mill, 2005 [1871]:51). O autor avisa, então, que existe uma distinção entre felicidade e contentamento, e que é à primeira que o bem se deve reportar.

Mas seria errado «colar» Mill a Aristóteles pois, mesmo atendendo ao que foi já mencionado, há uma persistência de Mill no que toca à ênfase no prazer uma vez que «uma vida cheia méritos éticos e intelectuais e atuação de acordo com esses méritos não basta para a felicidade se o prazer estiver insuficientemente presente, ou se existir demasiada dor» (Nussbaum, 2004:66), pondo assim de parte a possibilidade do «guerreiro feliz» e afastando-se de Aristóteles.

Temos, portanto, um Mill que está entre o prazer de Bentham e a virtude de Aristóteles, como aponta Martha Nussbaum, muito embora «Mill pareça nunca atingir completamente o alcance da tensão entre as duas concepções [...] dando à riqueza da vida e à complexidade de atuação um lugar que não têm em Bentham, e dando ao prazer e ausência de dor e depressão um papel que Aristóteles nunca delineou completamente» (Nussbaum, 2004:62).

Importa ainda notar de «quem» é a felicidade tão prezada pelo utilitarismo de Mill. Que felicidade deve ser maximizada? Ou por outra, a que escala se deve reportar a maximização da felicidade? Para Mill, tal era claro. A nossa compreensão do mesmo é que talvez não seja assim tão clara. Mill clarifica que não se deverá utilizar como padrão a felicidade do próprio agente, antes a maior porção de felicidade no todo – parece, por isto, que se refere à maximização da unidade total. E é aqui que se geram algumas complicações, é na unidade

²⁹ «Seria absurdo que a avaliação dos prazeres dependesse apenas da quantidade, dado que ao avaliar todas as outras coisas consideramos a qualidade a par da quantidade»

total: na introdução da obra de Mill (2005 [1871]), Pedro Madeira exemplifica a questão com a opção entre A e B, na qual, se A, temos uma grande maioria muito feliz e uma minoria muito infeliz; se B, a população era toda medianamente feliz; a maximização da felicidade total escolhe A. Ao mesmo tempo, afirma que a regra de ouro está presente no utilitarismo: «Na regra de ouro de Jesus de Nazaré vemos o espírito completo da ética da utilidade. Fazer aos outros o que queremos que nos façam a nós, e amar o próximo como a si mesmo, constituem a perfeição ideal da oralidade utilitarista» (Mill, 2005 [1871]:64). Qual é a contradição entre a maximização total e a «regra de ouro»? A contradição é aquela que John Rawls percebeu e que o ajudou a construir o seu princípio do *maximin*³⁰: é que se nos colocarmos na posição original para observar a regra de ouro, sabemos que podemos ser nós na «minoría infeliz», e que será uma melhor demonstração do nosso amor ao próximo – de nos colocarmos na pele do outro – a consideração de uma solução que atribua a maior recompensa ao que se encontrar na posição menos vantajosa. Mill confunde-nos um pouco mais quando reconhece a imparcialidade com que o agente deve observar a relação entre a sua própria felicidade e a dos outros, uma vez que tal imparcialidade terá de ser um conceito diverso daquele utilizado por Rawls.

Colocada que está esta questão – embora certos de que viremos a colher ainda os seus frutos – debrucemo-nos sobre a ligação entre o utilitarismo e a justiça. O utilitarismo não é uma teoria da justiça. Não pode ser. Não entendemos sequer que aspire a ser. O seu objeto é outro, é a felicidade, com todos os contornos que já discutimos, mas não é a justiça. De qualquer forma, e também porque é um tema de relação estreita com a economia política, Mill dedica um capítulo à ligação entre as duas que merece o nosso respeito e atenção.

Enceta a discussão, afirmando que não há uma necessidade de ligação entre a origem da justiça e a sua força vinculativa, e que mesmo que se considere a justiça como um sentimento natural, tal não significa que as suas inclinações estejam legitimadas. Prossegue, propondo-se uma missão: a missão de «determinar se a realidade à qual o sentimento de justiça corresponde necessita de tal revelação especial; se a justiça ou injustiça de uma ação é uma coisa intrinsecamente peculiar e distinta de todas as suas qualidades, ou apenas a combinação de algumas dessas qualidades, apresentadas sob um aspeto peculiar» (Mill, 2005 [1871]:100),

³⁰ «Devemos adotar a alternativa cujo pior resultado seja superior aos piores resultados das outras» (Rawls, 1971:165)

o que irá realizar, a partir da observação de casos empíricos³¹. Depois de aferir que há diversos usos do termo de justiça sem que este seja ambíguo, procura na etimologia da palavra, entre outros, o «elo mental» que mantém todas as aceções unidas. Conclui que a justiça é um nome para certos preceitos morais mais elevados, embora passíveis de serem revogados – em certos casos particulares – quando em conflito com um dever social que se arrogue da maior importância, passando isso a ser designado como justiça, «mediante esta útil adaptação da linguagem, o caráter de inviolabilidade atribuído à justiça é mantido» (Mill, 2005 [1871]:128). Para concluir, e para ligar a utilidade à justiça, o autor desliga-se de uma ideia de justiça que possa ser um impedimento à ética utilitarista, para abraçar a ideia de que a justiça é uma classe de utilidades sociais mais importantes, mais absolutas e mais imperativas que as demais; a não ser quando não são, isto é, a não ser quando, de forma particular, outra classe de utilidades se torne mais importante. Para terminar o assunto e a obra, afirma que estas utilidades da classe da justiça são distintas do «sentimento menos intenso que se liga à mera ideia de promover o prazer humano ou a conveniência, simultaneamente pela natureza mais definida das suas exigências e pelo caráter mais severo das suas sanções» (Mill, 2005 [1871]:129).

Embora admiremos a ginástica argumentativa a que Mill se dispõe nesta parte, há um certo tumulto nesta parte da obra que é, em grande parte, devido a uma falta de clareza deste autor sobre o que seja a felicidade e o prazer – e consequentemente, a utilidade.

Muito próxima destas questões, e muito necessária para fazer uma ponte para o pensamento económico do autor, está a questão da liberdade, da liberdade civil (ou social).

A liberdade que Mill trata é aquela que compete com uma autoridade, isto é, que se opõe a ela. Autoridade não significa aqui algo fora do povo – a imagem do poder absoluto, ou tirânico, separado e contraposto ao povo – significa, sim, algo que emana, de forma mais ou menos direta, do povo; mas mesmo assim, o autor é lúcido quanto à verdadeira natureza dessa relação: «O “povo” que exerce o poder não é sempre o mesmo povo sobre quem o poder é exercido; e o “governo de si” de que se fala não é o governo de cada um por si mesmo, mas sim o governo de cada um por todos os outros. [...] a vontade do povo significa, na prática, a vontade da *parte* mais numerosa ou mais ativa do povo: a maioria, ou aqueles que conseguem fazer-se aceitar como maioria; consequentemente, o povo pode desejar oprimir uma parte do

³¹ Cinco casos: a privação da liberdade, propriedade ou qualquer outro pertence individual definido por lei; o caso da má lei; a importância do merecimento (de algo bom ou mau); a deslealdade; e, por último, a inconsistência da parcialidade com a justiça e a relação da igualdade com a justiça.

povo» (Mill, 2010 [1859]:31). A preservação de uma esfera de liberdade³², de independência absoluta do indivíduo é da máxima importância para o autor, mas tal não advém de um direito abstrato, independente da utilidade: é a moral utilitarista aplicada à liberdade.

O objeto é, portanto, a liberdade individual e a necessidade existente de limitar a legitimidade coletiva face a esta. E se este é o objeto, o objetivo do autor é demonstrar que a única justificação para entrar na esfera da liberdade de outrem é a autoproteção, é a prevenção do dano – o conhecido *princípio do dano*.

O princípio do dano funcionará tanto na ação quanto na omissão, quer isto dizer, a abertura da exceção através da qual o coletivo pode agir sobre o indivíduo não se limita a poder ser posto em prática aquando a ação danosa de um indivíduo; a inatividade se pode qualificar como igualmente danosa, embora de tipo mais excepcional, face à qual este pode ser forçado a agir. Entre essas atividades, esses deveres sociais, Mill indica «apresentar provas num tribunal; arcar com a sua quota-parte da defesa comum, ou de qualquer outro trabalho conjunto necessário para o interesse da sociedade de cuja proteção ele goza [...], salvar a vida de um semelhante, ou interpor-se para proteger os indefesos de maus-tratos» (Mill, 2010 [1859]:42). No entanto, admite que, no caso da omissão da ação, não deve haver interferência caso esse controlo origine males maiores do que o visa tutelar.

O que abarca esta esfera individual intocável? Esta esfera que afeta *apenas a si mesma, diretamente e em primeiro lugar*? Abarca o domínio da consciência (liberdade de opinião, sentimento, pensamento, expressão e publicação³³); o domínio do gosto e dos objetivos (ação); e o domínio da liberdade de grupos de indivíduos, ou seja, da união e associação.

O não respeito por estas liberdades condiciona a própria liberdade da sociedade, qualquer que seja o seu tipo de governo, e para uma sociedade poder ser considerada plenamente livre, estas liberdades terão de existir de forma absoluta.

Mas debrucemo-nos agora sobre as liberdades do domínio da consciência, pois são os seus princípios basilares que Mill «aproveita», de seguida, para fazer o elogio da individualidade – estando esta ligada à liberdade de ação, do domínio do gosto e da determinação dos objetivos.

A premissa de que Mill parte, como já avisámos, não deriva de um princípio universal, nem faria sentido que partisse, a bem da coerência do pensamento deste. A sua premissa é, como não poderia deixar de ser, utilitarista: a liberdade de consciência (aqui tida em *lato*

³² O autor salvaguarda que os possuidores de tal liberdade serão todos os seres humanos, desde que maiores de idade, capacitados das suas faculdades mentais e «não-bárbaros»

³³ De referir que as duas últimas nunca poderão ser afastadas das anteriores, pois assentam sobre os mesmos princípios.

sensu, abarcando a liberdade de opinião e de expressão) é maximizadora da utilidade total. Poder-se-ia pensar que, neste caso, a maximização da utilidade de que Mill fala já seria da utilidade mínima (ou média), até porque, quando o assunto é a liberdade, é esse o princípio aplicado por muitos³⁴, a maximização da liberdade daqueles que se encontram numa situação de minoria, daqueles que podem ser mais facilmente oprimidos e roubados da sua liberdade. Mas não. Não é esse o caminho de Mill, muito embora nada indica que tal caminho o repugnasse de alguma forma, até porque afirma que «se todos os seres humanos, menos um, tivesse uma opinião, e apenas uma pessoa tivesse a opinião contrária, os restantes seres humanos teriam tanta justificação para silenciar essa pessoa como essa pessoa teria justificação para silenciar os restantes seres humanos, se tivesse poder para tal» (Mill, 2010 [1859]:51).

Vejam qual o seu caminho, observemos a maximização da utilidade total. A questão que o filósofo levanta é que privar alguém da sua liberdade de consciência, e consequente expressão não afeta apenas o agente que é privado, ou dito de outra maneira, o maior problema que acarreta a supressão da liberdade de expressão é que o dano que produz não pode ser individualizado ou apostado a uma fatia, de espessura variável, da humanidade: o dano será para toda a humanidade, «constitui um roubo à humanidade, à posteridade, bem como à geração atual» (Mill 2010 [1859]:51).

Ele, porém, vai ainda mais longe. A relação com a verdade dessa opinião expressa é irrelevante para a sua proteção, por duas razões que partem do mesmo postulado da incerteza da verdade de uma opinião. A primeira é que, no caso de ser verdadeira – ou parcialmente verdadeira –, estamos a privar a humanidade em geral de se corrigir pelo confronto da sua opinião (errada) com a verdadeira; e a segunda é que, caso seja falsa, voltamos a impedir a humanidade de se confrontar com o erro e avivar a sua verdade. O benefício que ambas são capazes de proporcionar é idêntico.

Em suma, dever-se-á observar total respeito por esta liberdade, ainda que sempre em atenção ao princípio do dano³⁵.

Passemos à ação, isto é, passemos à liberdade de agir consoante as opiniões. Embora considere, logo à partida, que as ações (leia-se a liberdade destas) não estão em «pé de

³⁴ A liberdade pode ser pensada, de forma análoga, aos direitos fundamentais: como um «trunfo contra a maioria», como são descritos por Reis Novais (2006), baseando-se na teoria de Ronald Dworkin.

³⁵ Mill desenvolve mais esta questão mas, para os efeitos que pretendemos, a discussão que se levanta não é de importância vital.

igualdade» com a liberdade de opinião, até porque as primeiras são capazes de dano que as segundas não são, Mill anseia transpor as razões que protegem as segundas para as primeiras.

O nosso utilitarista passa então a ideia da falibilidade humana, *mutatis mutandis*, para o contexto da ação, dos diferentes almejos de vida que cada um possa ter (e agir segundo), das diferentes opções; ressaltando sempre que também a liberdade de ação tem como limitação extrínseca o facto de não poder prejudicar os demais. Ora, «já que é útil que enquanto a humanidade for imperfeita haja opiniões diferentes, também o é que deva haver diferentes experiências de vida [...] É desejável, resumidamente, que em coisas que não dizem primariamente respeito a outros, a individualidade se imponha» (Mill, 2010 [1859]:106).

Lança-se, agora, na exultação da individualidade para que se possa afirmar não só que ela é um dos elementos do bem-estar como também força motora do desenvolvimento da sociedade. Pedindo «emprestados» os postulados de Humboldt³⁶, Mill afirma que as condições para o desenvolvimento humano são a liberdade e a diversidade de situações, e é por isso que quanto mais originais (sem que se suscitem rumores depreciativos) forem as condutas humanas, quanto mais desprendidas do costume (sem que dele estejam desligadas), quanto maior assunção haja das diferenças entre os homens, mais a sociedade irá beneficiar; contando ainda que o próprio sujeito enriquecerá a sua vida no seu caminho para a individualidade. Hospeda, no entanto, a possibilidade de haver quem se recuse à conduta que ele compara à heroica; mas mesmo estes poderão beneficiar da conduta dos «heróis», nem que seja pelo exemplo que os outros lhes são capazes de providenciar.

A pergunta que se impõe acerca da individualidade é saber como é que esta é garantida face à autoridade, ou por outra, quais são os limites da autoridade da sociedade sobre o indivíduo. Claramente, precede a esta questão a definição do âmbito de cada um: da sociedade e do indivíduo. O autor, numa analogia com o princípio «*Dai a Deus o que é de Deus e dai a César o que é de César*», sustenta que à individualidade pertencerá o que diz respeito ao indivíduo, e à sociedade o que a ela diz respeito. Convenhamos que a resposta não é a mais esclarecedora e, por isso, ele aprofunda a sua análise.

Para tanto, define que a conduta que deve ser adotada por todos os que recebam a proteção de uma sociedade deve consistir em não prejudicar os direitos dos outros e em cumprir a sua parte, «a ser estabelecida por um princípio de equitativo» (Mill, 2010 [1859]:135), na defesa da sociedade, e dos seus membros, de qualquer dano. Começa a tornar-se claro (caso não

³⁶ Wilhem Von Humboldt (1767-1835) foi um filósofo alemão que dedicou grande parte do seu trabalho à área da Filosofia da Linguagem.

estivesse já) que a concepção de Mill de individualidade não se cruza com uma doutrina egoísta, de uma indiferença egoísta, que traz consigo a convicção de que os seres humanos nada têm a ver com os outros, e que por isso não deverão preocupar-se com nada a não ser com o seu próprio interesse. Por outro lado, na relação inversa, da sociedade para o indivíduo, Mill já não considera que haja muito interesse da parte da sociedade acerca da pessoa, caracterizando-a como um interesse insignificante e indireto e, conseqüentemente, muito aquém daquele que a pessoa é capaz de ter sobre si mesma.

Partindo da ideia de que o homem não é uma ilha isolada no mar da sociedade, o autor compreende que os seus atos, mesmo que só a si digam respeito, podem ter conseqüências indiretas sobre os outros mas defende que «em relação ao dano meramente contingente ou, como pode ser chamado, estrutural, que uma pessoa causa à sociedade através de conduta que nem viola qualquer dever específico para com o público, nem dá azo a danos perceptíveis para qualquer indivíduo definido senão ele mesmo, a sociedade pode dar-se ao luxo de suportar essa inconveniência, tendo em vista o bem maior da liberdade humana» (Mill, 2010 [1859]:143), ou seja, para este a defesa da liberdade individual assoma-se de uma grandiosidade mestra, que não deve ser subjugada à sociedade, ou ao crivo desta. A sociedade teve um tempo durante o qual teve total controlo sobre o indivíduo (infância e adolescência) e será nesse lapso que deverá elevar os seus membros mais fracos a um padrão mais elevado de conduta, através da sua educação e instrução³⁷; por isso não deverá ser na sua vida adulta que lhe exige um tipo de comportamentos que, na sua opinião, não são da esfera da sociedade.

Por outro lado, ao contrário da esfera individual, em que «cada um sabe melhor de si», no que toca a questões de moralidade social, são questões nas quais a maioria, embora possa falhar – e falha, terá mais frequentemente razão, pois estarão aí em concorrência os interesses de diversos indivíduos³⁸.

³⁷ Note-se que o autor atribui uma enorme importância à questão da educação e defende até que o Estado deverá exigir que a sociedade eduque as suas gerações mais novas. Não se confunda, no entanto, isto com a ideia de uma educação fornecida pelo Estado, que tão criticada foi por este, devido ao seu medo que uma «educação mental» proporcionada por instituições estatais «cortasse as asas» a qualquer possibilidade de individualidade da população. Para os casos daqueles que não pudessem garantir educação à sua prole, para esses sim, deverá o Estado cumprir o seu papel.

³⁸ Refira-se ainda que a opinião de uma maioria, sobre aquilo que só diz respeito a uma minoria, terá a mesma hipótese de estar certa quanto tem de estar errada. Aponta que este caso se situaria num meio caminho entre a relação sociedade – interesse/moral individual e a da sociedade – interesse/moral da sociedade.

De entre outras aplicações que Mill faz da sua teoria, consideramos que a de maior pertinência para o fim desejado são as questões acerca do controlo do papel do Estado: de um prisma, a sua relação com o comércio, e de outro, as «ajudas» que presta aos indivíduos.

Trataremos a questão do comércio de forma muito breve, já que terão um espaço de destaque já de seguida: o comércio é um ato social logo cairá na jurisdição desta, mas tal não implica que deva ser regulado pelo governo. Há um outro princípio que deve ser aqui chamado à colação, a doutrina do comércio livre – que Mill parece adotar – que difere, embora com as semelhanças óbvias, do princípio da liberdade individual. Aqui voltaremos.

O outro prisma será o que inclui os «casos em que as razões contra a interferência não dependem do princípio da liberdade; em que a questão não tem a ver com restringir as ações dos indivíduos, mas sim ajudá-los» (Mill, 2010 [1859]:180). O autor indica três tipos de objeções a esta interferência: a ideia de que o que tem de ser feito será melhor feito por indivíduos do que pelo governo; a ideia de que, mesmo no caso de o governo poder fazer algo melhor do que o indivíduo, continua a ser preferível que o faça(m) o(s) sujeito(s), pois tal é parte inerente da sua educação mental, do seu fortalecimento enquanto indivíduo; e, por último, a mais importante, é que o aumento desnecessário do poder do Estado será nefasto. Postas estas, afirma ainda que é da maior importância que o governo ajude e estimule os esforços e o desenvolvimento das pessoas, mas recusa a ideia de este se substituir aos indivíduos.

Se por aqui deixássemos o assunto ficaríamos com a impressão Mill teria uma posição muito vincada acerca do funcionamento dos mercados e de quais deverão ser as preocupações que pertencem ao Estado em matéria de economia. Mas não seria intelectualmente muito honesto que, ao encontrarmos o que é aparentemente a chave que buscávamos, nos abstivéssemos de buscar um pouco mais – até porque as aparências podem iludir.

Eis que somos chegados, pela necessidade de esclarecimentos, aos *Princípios de Economia Política*. Embora fosse interessante uma análise de toda a obra, esse não seria um trabalho exequível, nem tampouco necessário para os nossos objetivos; por essa razão, trataremos de ideias que se extraem de alguns dos capítulos dos Livros II e V («Distribuição» e «Sobre a Influência Governamental», respetivamente). Esta opção é, aliás, sustentada por Mill, que afirma que são estas questões que estão em aberto para a opção humana, para a sua intuição. Não quer isto dizer que os outros aspetos estejam desligados da humanidade: por exemplo, a produtividade, dependerá de outros fatores, de fatores sociais – afirmação que o autor aceitaria de bom grado.

Como metodologia, o autor escreve que é de maior importância que se discutam as consequências dessas opções e não as suas causas, para que se limite a arbitrariedade. Não estamos em perfeita sintonia com esta afirmação mas ela não nos levanta problemas maiores pois estamos em crer que as causas foram já discutidas acima³⁹.

A primeira coisa que importa discutir, para efeitos da distribuição, é a propriedade privada, na qual residem a maior parte dos arranjos económicos, embora não sem exceção. «A propriedade privada, como uma instituição, não deve a sua origem a nenhuma dessas considerações de utilidade que defendem a sua manutenção uma vez estabelecida» (Mill, 1885:183), quer isto dizer que não é uma consequência moral utilitarista, que a sua instituição não está revestida de necessidade. Mas como já referimos, a origem, a causa, não é o assunto que sobre o qual Mill se propõe.

Discute-a através dos argumentos, e contra-argumentos, de (diversas) ideologias comunistas e socialistas, contrapondo os regimes «no seu melhor» e não na sua prática para só depois os transpor para a realidade. Mill – embora sobre vários assuntos quase pareça pender para concordar com estes, e mesmo afirmando que o grande mal de um tipo de socialismo à escala da comunidade é não poder ser confirmado por verificação experimental – critica veementemente a sua «tirania de um senhor de maior multiplicidade nos membros do governo» (Mill, 1885:190); a ideia de ser o trabalho que define, exclusivamente, o valor (portanto, incapaz de diferenciar aptidões e capacidades); a exacerbada confiança na sua sabedoria; e o desprendimento pelo sofrimento alheio.

Admitindo, assim, a propriedade, delimita-a aos seus elementos essenciais, como o reconhecimento de um direito de disposição exclusiva daquilo que produziu pelo seu esforço, ou que lhe foi transferido⁴⁰ por outros, ou seja, não há nada que esteja contido na ideia de propriedade para além das capacidade de cada um de produzir e angariar o que conseguir numa lógica de mercado livre, e de oferecer e receber isso de outrem. Por esta razão, a herança, embora possa ser instituída, não faz parte da lógica intrínseca de propriedade; e, no caso de propriedade de terreno, só se considera proprietário aquele que melhora esse terreno através da agricultura (logo, nenhum homem deve ter a pretensão de apoderar-se simplesmente da Natureza). O proprietário, em Mill, «está moralmente comprometido e

³⁹ Trataremos as questões relacionadas com a metodologia do autor nesta obra na Parte II deste trabalho.

⁴⁰ Esta transmissão pode ser «recebida por dádiva ou por um acordo justo, sem força ou fraude» (Mill, 1885:200)

deveria, sempre que a situação o permita, ser legalmente obrigado a fazer coincidir o seu interesse e prazer com o bem público» (Mill, 1885:203).

Acerca dos salários, defende que estes deveriam estar, idealmente, nas mãos da concorrência. Mas não estão⁴¹, isto é, não estão só nessas mãos. O filósofo não nos confronta apenas com o problema com os monopólios ou as interferências da autoridade nas liberdades do mercado. Não, a dificuldade que sugere é o costume, elemento inibidor ou de distorção da concorrência⁴². Ora, este costume, no entender de Mill, tendo em conta Adam Smith, e aliado à teoria de Malthus⁴³ (da qual Mill era defensor), faria que a classe trabalhadora estivesse condenada a salários muitas vezes abaixo do nível mínimo de subsistência. Por esta ordem de razão, o autor discute a imposição geral salarial por parte do governo (que oprimiria a sociedade, por interferir com a liberdade de contrato), e a definição de um mínimo de subsistência que, caso a livre concorrência não assegurasse, seria da responsabilidade do governo (que sendo dado consoante as necessidades, não resolveria em nada o problema apontado por Malthus, uma vez que não se sentiria a necessidade de redução da prole). Mill acreditava que, através da educação, a população das classes trabalhadoras entenderia que teria de restringir o seu próprio número de pessoas com vista a aumentar o seu salário – para isso, o autor contava com incentivos governamentais para que tal classe saísse de situações de pobreza impeditiva de educação⁴⁴, entre as quais a divisão de parte da propriedade pública em pequenas partes «para criar uma classe de pequenos proprietários» (Mill, 1885: 236), e do aumento dos salários atuais dos trabalhadores para que estes possam operar uma mudança na sua classe, nos seus filhos e gerações vindouras, que depois estaria apta para a o mercado livre. Neste aspeto, e tendo em conta o que foi dito no parágrafo anterior, é-nos legítimo admitir que, caso os empregadores não elevassem os salários, o governo poderia intervir aqui, com vista no desenvolvimento da humanidade.

Se o ponto acerca da propriedade suscitava já alguma preocupação de Mill com as classes mais desfavorecidas, a questão acima não deixa dúvidas. Para este, tais injustiças – como o próprio as descreve – iriam ser inevitáveis enquanto a natureza do homem não fosse aperfeiçoada, e «enquanto ele [o trabalhador] continuasse um mero recebedor de salários»

⁴¹ Embora admita que, como ciência abstrata, a economia política deva trabalhar com o cenário hipotético no qual os salários são, de facto, determinados pela concorrência.

⁴² «Toda a remuneração profissional é regulada pelo costume.» (Mill:1885, 206)

⁴³ Thomas Malthus (1766-1834) foi um economista britânico, apelidado de «pai» da demografia pelos seus extensos estudos na área.

⁴⁴ «Educação não é compatível com a pobreza extrema» (Mill, 1885:235)

(Mill, 1885:598). Pois bem, como caminho para sair deste flagelo, o filósofo aponta a cooperação⁴⁵, e se rejeita a ideia dos trabalhadores partilharem lucro com o detentor do capital (até pela questão do risco do investimento que recai sobre último), já não se opõe à ideia de uma maior equidade salarial entre os trabalhadores e os *managers*⁴⁶, uma vez que os salários deles são da mesma natureza.

Esta preocupação de Mill leva-nos também a ter de questionar, uma vez mais, a influência do governo na sociedade. Uma dessas formas de influência, que é salientada, é a taxação da população: Mill partilha dos quatro princípios de Adam Smith sobre o assunto (a equidade no sacrifício requerido aos cidadãos; a certeza; o serem temporalmente oportunos para os contribuintes; e o evitar o desperdício das receitas obtidas). Mill prolonga-se na diferenciação dos tipos de taxa que podem ser aplicadas e levanta os prós e contras de cada um deles, sem nunca indicar, de forma inquestionável, uma escala estanque de justiça face às taxas. No entanto, avisa que a taxação direta do rendimento seria a melhor opção, caso as pessoas fossem honestas, e dever-se-ia manter sempre uma fatia do rendimento, suficiente para as necessidades básicas, isenta de taxação, aplicando o imposto apenas ao *surplus*, ao excedente, do total do rendimento – mas como nem todas as pessoas são honestas, esta taxa seria injusta porque recairia sobre os «melhores homens» cumpridores do dever e, como tal, «deveria de ser reservada como uma fonte extraordinária para grandes emergências nacionais» (Mill, 1885:639).

Para além das taxas, mantém o que já nos tinha dito, neste e noutros seus textos: que a interferência do governo poderá ser sempre nefasta devido à possibilidade de erro mas que, apesar de tudo, em certas circunstâncias deverá o governo fazer cumprir aquilo que é melhor, mais útil, para toda a sociedade.

* * *

Como procurámos demonstrar, Mill apresenta alguns conflitos internos na sua teoria, mas isso não significará jamais que se possa fundamentar nela uma coisa e o seu contrário. Mesmo

⁴⁵ Esta cooperação pode ser levada a cabo de quatro maneiras principais: uma cooperação distributiva (na qual os bens produzidos são objeto de compra e venda aos membros, sem a colaboração de uma terceira parte); uma produção cooperativa (são criadas associações para a produção dos bens); cooperação parcial na forma de uma parceria entre trabalhadores e empregadores); e cooperativas (ou seja, os *People's Banks*). De entre estas, o autor afirma a sua preferência pela primeira por esta ser «a forma simples e mais em sucedida, não apenas porque requer menos para o capital do que qualquer outra para a sua implementação, mas também porque requer menos capacidade de negócio e executiva» (Mill, 1885:606).

⁴⁶ Gerentes, Administradores, Gestores.

admitindo que várias conclusões díspares se retiram da sua leitura, existem determinadas ideias que não lhe podem ser atribuídas, como o facto de o homem ser egoísta (e dever sê-lo) ou que o mercado deve funcionar sempre sem qualquer intervenção.

Bem pelo contrário, o autor afadiga-se em insistir que o homem para o qual o utilitarismo olha não é egoísta e está longe de buscar apenas o seu prazer, o utilitarismo é feito para um homem mais completo e que deverá atender aos princípios de justiça que nele se espera existir, até pela educação que deve ter. O que pode, na verdade, ser dito é que, porventura, o homem ao qual Mill dirige a sua formulação moral, o homem que mantém em constante equilíbrio a sua felicidade e a de todos os outros, o homem que a filosofia utilitarista exige – para que não seja injusta – não corresponde ao homem real, isto é, o homem por quem o utilitarismo clama, pode muito bem não ser o homem que depois se apresenta. O utilitarismo necessita, para que se concretize, da educação, de homens de espírito educado, pois são eles as engrenagens do motor de desenvolvimento social – mas parece estar constantemente a esbarrar com o «porco» de que tanto foge.

E o autor entende isto. Mesmo que não o confesse, parece entender. Essa compreensão dá-se exatamente quando passa da moral para as questões do mercado: percebe aí que para o desenvolvimento pessoal (que marcará o ritmo de evolução da sociedade) não é só a liberdade económica que importa, importará muito mais a liberdade política, e que uma não leva, obrigatoriamente, à outra. A liberdade política, a tal que Mill quer preservar e observar em todos os elementos da sociedade, está vedada a todos os que não dispuserem da oportunidade e de segurança económica. É nesta lógica de igualdade de oportunidades que Mill quer promover a qualidade de vida da classe trabalhadora, para que esta possa estar habilitada a fazer uso livre do mercado livre. Sim, Mill quer um mercado livre. Sim, Mill quer pessoas livres. Não, Mill não supõe que eles já o sejam, pessoas e mercado.

Finalizando, diremos que Mill é um defensor da liberdade, mas da liberdade na sua verdadeira aceção: uma liberdade que não subjuga o homem, mas uma liberdade que o liberta e eleva.

ii) Friedrich Hayek

Hayek, muito embora a sua obra tenha sido marginalizada durante a maior parte da sua vida, se não na totalidade dela, ocupa um lugar de destaque na teoria económica – foi parte integrante, tendo com grande opositor Keynes, de um dos grandes debates do liberalismo, acerca da possibilidade e/ou desejabilidade de implementação de reformas no mercado, foi

alto precursor da escola austríaca⁴⁷, figura do paradigma neoliberal, embora constasse de uma corrente um pouco heterodoxa dentro dele, e «livro de cabeceira» de diversos líderes mundiais (entre os quais, Margareth Thatcher e conselheiros de Ronald Reagan) – como tal, a análise deste avulta-se necessária para compreender como também a teoria económica de Hayek está pejada de considerações éticas, valorativas e ideológicas que devem ser trazidas para a discussão dos seus próprios modelos, quer se concorde com elas ou não.

Existem duas questões gerais, que se cruzam entre si e que alcançam outras, que considerámos fulcrais na sua obra e que cremos que são elucidadoras dos caminhos de Hayek: a liberdade e os direitos e justiça sociais.

Das mais importantes contribuições de Hayek para a ciência económica, mas também para a filosofia e para a ciência política, foi o crivo de importância que este se esforçou para dar à questão da liberdade individual. Hayek sentia que todas as conquistas feitas até então neste campo, já desde o Iluminismo francês, estavam a ser perdidas com o alargamento do papel do Estado, e que havia uma certa apatia em relação a tal facto porque não havia a compreensão de quão interligadas estavam os diferentes tipos de liberdade, isto é, a falta de resposta áquilo que o autor chamava de perda de liberdade económica pela coerção do Estado, punha também em causa as demais liberdades humanas, uma vez que «abandonámos essa liberdade das questões económicas sem a qual a nossa liberdade política e pessoal nunca existiriam no passado» (Hayek, 2009 [1944]:38).

Refira-se que a liberdade que Hayek toma, é uma aceção negativa da liberdade, não num sentido de ser pífida ou maliciosa, mas sim no de conceptualizar a sua negação, ou seja, define-se pela sua falta, define-se pela sua negação: será a área na qual nenhum terceiro invade a sua existência, o que quer dizer que quanto maior for a área em que alguém pode agir, sem a interferência do outro, maior será a sua liberdade. Está despida de ligações com a felicidade, justiça ou mesmo com o bom e com o mal. Como já tivemos oportunidade de discutir no anterior ponto, esta é uma versão muito discutível, e até limitada, do que é ser livre, no entanto é aquela à qual o autor se reporta.

Partimos deste receio de Hayek para analisar, não só o que sustenta esse medo, mas também as soluções que propõe a uma sociedade que queira orgulhar-se de ser livre, pelo menos na aceção que este tem do que será ser livre.

⁴⁷ Escola de pensamento económico na qual se destaca a sua posição de defesa da existência de uma organização espontânea do mecanismo de preços no mercado. De entre os importantes economistas que participaram nesta escola, cabe-nos evidenciar Carl Menger e Ludwic von Mises, pela sua ligação estreita com a teoria de Hayek.

Qual era a ameaça a que Hayek se referia? O que punha, verdadeiramente, em causa a liberdade – não só a económica, mas todas? A ameaça que o economista vislumbrava era o socialismo⁴⁸, e mantinha que este, que em pouco diferia do Nacional-Socialismo, conduziria inequivocamente à servidão, pois seria sempre a supressão das liberdades, ou de um dos tipos de liberdade e como estas não poderiam ser dissociadas, pois elas completam-se e necessitam-se, o retirar de liberdade económica, levaria à supressão de todas as liberdades, ou por outra, da verdadeira liberdade.

Ora, se muitos – de entre a «bancada» liberal e neoliberal, e até fora dela – estão de acordo quanto ao destino a que leva o caminho do socialismo, nem todos poderão afirmar o mesmo quanto ao abrangimento do alerta que Hayek fazia, ou seja, existe quem defenda⁴⁹ que cabe fazer uma distinção entre os perigos que se apontam ao socialismo daqueles que o autor imputava a toda a intervenção do Estado na economia⁵⁰. Note-se, porém, que, para o autor, a intervenção do Estado não era perniciosa pela sua quantidade, mas pela sua qualidade, o que significa que não se está a falar do número de medidas que o Estado toma em relação à economia mas o próprio facto deste se imiscuir no campo que Hayek considerava pertencer ao mercado.

Ora, este via qualquer passo na direção da intervenção estatal na economia como um passo em frente para esse abismo que é a servidão e a restrição da liberdade humana. Porquê? Porque a intervenção do Estado era uma interferência na liberdade dos agentes, e como tal, ato de coerção por parte do Estado, pois Hayek considerava ser esta a forma de atuação do Estado na ordem social, ele agia por meio da coerção.

Assim sendo, qualquer atitude tomada pelo Estado, por meio de um governo, que tenha em vista modificar ou regular o mercado, é uma coerção e não pode por isso ser vista como positiva, pois ela não implica uma verdadeira aderência dos agentes à regulação, mesmo que ela melhore as condições de justiça social e de equidade da dita sociedade. Hayek aponta aqui para uma ideia pouco consequencialista e muito mais dentro da velha máxima «a intenção é

⁴⁸ Para Hayek não se poderia realmente distinguir do totalitarismo e do caso soviético pois «o estalinismo é socialismo, no sentido de ser um acompanhamento político inevitável, ainda que imprevisto, da nacionalização e da coletivização com que ele contara como parte do seu plano para criar uma sociedade sem classes» (Max Eastman citado a partir de Hayek, 2009 [1944]:53)

⁴⁹ Das mais famosas contendas de Hayek é a que travou com Keynes, exatamente pela defesa que este último faz do papel regulador do Estado.

⁵⁰ Note-se que Hayek defendia que não se poderia falar, verdadeiramente, de economia pois ela não era uma unidade mas sim uma rede entrecruzada de múltiplas economias individuais. No entanto, por uma questão de facilidade de discurso, utilizaremos a expressão «economia» para referir tal rede.

que conta» pois avalia que uma sociedade não se eleva em nada por ser coagida a fazer algo, mesmo que esse algo seja bom ou equitativo, afirmando que «Não temos o direito de ser altruístas à custa de outrem, nem há qualquer mérito em ser-se altruísta caso não tenhamos outra hipótese. Os elementos de uma sociedade que são obrigados, em todos os sentidos, a fazer o que é correto, não merecem louvor» (Hayek, 2009 [1944]:251), ou seja, tal como aquele que faz o bem, obrigado, não merece aplauso, também a sociedade que toma posições de justiça social porque o seu Governo a tal impele, não é justa. Para o autor há que sublinhar a ligação da liberdade com a própria moral, afirmando que «o que a nossa geração corre o risco de esquecer é que não só a moral é, necessariamente, um fenómeno de conduta individual, mas também que ela só é concebível na esfera em que o indivíduo é livre de decidir por si e solicitado a sacrificar voluntariamente o benefício pessoal para observar uma regra moral» (Hayek, 2009 [1944]:251).

Em Hayek, existe, por isso, uma constante dicotomia entre o indivíduo e a sociedade, entre a liberdade e um objetivo de justiça social, já que não se poderá falar em verdadeira liberdade numa sociedade com um fim comum, pois «não se pode conciliar a liberdade individual com a supremacia de um só propósito a que toda a sociedade tem de estar subordinada permanentemente» (Hayek, 2009 [1944]:245).

Para além da questão da coerção, existem também os problemas que uma ação humana possa infligir no bom funcionamento do mercado, até por aqueles que são responsáveis pelas decisões políticas. No caso do socialismo, e por isso, também dos que ambicionam a intervenção na economia, aqueles que conseguem atingir o topo são, nas palavras do autor, sempre os piores. Não se está aqui afirmar a «convicção de que muitas das características repulsivas dos regimes totalitários se devem ao acaso histórico de terem sido estabelecidos por canalhas e rufiões» (Hayek, 2009 [1944]:169), bem pelo contrário: a culpa é do próprio modelo que chama a si e garante lugar de direção a tais pessoas.

Se esta é uma das razões que Hayek teme a intervenção ou o planeamento estatal na economia, a segunda terá que ver com a sua visão acerca dos direitos sociais, ou seja, é sobre esta relação entre o que é a liberdade individual, e qual a importância que ela possui na sociedade, e da sua formulação de ordem social e dos direitos que dela se inferem, juntamente com uma «pitada» de contexto histórico – referimo-nos concretamente, claro, ao medo de um socialismo soviético – que Hayek alcança a sua argumentação contra a intervenção estatal, contra aquilo que ele definia como uma forma de coerção das liberdades dos indivíduos.

Percebemos já a importância atribuída à liberdade económica. Mas pode esta liberdade ser usada como escusa para a injustiça? Mas então e a justiça? Como é pode o mercado assegurar a justiça? Como assegurar que os direitos sociais se encontravam devidamente protegidos?

Para o autor, a ideia de justiça social, aparentemente, nada poderia dizer à economia, não poderia ser razão invocada para regular a economia, não deveria ser tomada como objetivo da economia, e muito menos do mercado. Porquê? Teria Hayek alguma «queda» para a injustiça, quer isto dizer, por excluir a justiça do mercado, tomava o seu contrário como opção? Não. Para ele a questão era anterior, ou melhor, não se punha: não se pode avaliar o mercado nos parâmetros da justiça ou da injustiça, «segundo Hayek, o conceito de Justiça Social é simplesmente desprovido de sentido numa ordem social de mercado» (Espada, 2004:71). «O conceito de «justiça social» é necessariamente vazio e desprovido de sentido» (Hayek, 1976:70), porque a justiça social não poderá ser atribuída a circunstâncias que não foram deliberadamente provocadas pelos homens, e o mercado capitalista, para ele, era espontâneo. Quer com isto dizer que a única forma de o mercado ser «justo», é exatamente ignorando as questões de justiça que não lhe pertencem e regulando-se apenas pelos seus princípios caracterizadores – no mercado a verdadeira justiça é, por isto, a ausência dela.

O padrão distributivo, caro da justiça social, é designado pelos homens, é por ele desenhado e, para o autor, terá obrigatoriamente de se reportar a um padrão valorativo, padrão esse que não pode ser encontrado de forma universal na natureza, o que leva a que, «no caso de Hayek, na medida em que não pode nem deve haver um padrão comum de distribuição, e porque os direitos sociais envolvem necessariamente esse padrão, o conceito de direitos sociais deveria ser abolido» (Espada, 2004:277).

Não quer isto dizer que o autor defendia que o mercado livre contribuía para a equidade, ou para a justiça social. Tal não é a sua função, não seria a ele que caberia regular essas questões, mas também não deveria ser através do mercado que o Estado podia resolver tais questões, até porque na ânsia de o fazer, devido à ignorância de tal instituição espontânea faria mais mal que bem, ou melhor, faria mal, uma vez que mexeria com uma estrutura que visa apenas responder às liberdades económicas.

Não cremos, no entanto, que existe em Hayek nenhuma ingenuidade, o que pode ser constatado no brilhante encadeamento e lógica interna da sua teoria. Ele sabia que existiam ganhos e perdas adjudicados ao funcionamento do mercado mas «Hayek argumentou que o mercado atribui recompensas com base em critérios neutros» (Espada, 2004:73).

Muito embora isto, o economista defendia também que não era função principal do mercado enriquecer uns ou empobrecer outros, isto é, não se deveria olhar o mercado como

fonte geradora de rendimentos, mas como veículo de progresso, pois só através dele e das liberdades que ele deve conter em si, como por exemplo a de iniciativa, que pode a humanidade progredir e criar remédios para os seus males, avançando técnica e socialmente para um mundo mais livre.

Retenhamo-nos um pouco nesta ideia de progresso, pois ela é, em certa medida, a chave do quadro valorativo de Hayek. Se até aqui, pretendemos demonstrar que Hayek queria afastar os conceitos de justiça social do mercado, da ciência económica e, aliás, de tudo o mais; a questão do progresso aparece como mais uma justificação da sua posição: a justiça social era tida, pelo autor, como um entrave ao progresso, aos avanços económicos, uma vez que as preocupações de natureza social comprometeriam um instrumento necessário a tal progresso: a desigualdade, esse motor do progresso. Hayek é, neste aspeto, perfeitamente claro, ao afirmar que «os rápidos avanços económicos, com os quais temos vindo a contar, parecem ser, em grande escala, o resultado desta desigualdade e serem impossíveis sem ela» (Hayek, 1960:42). O progresso não só, não pode ser para todos, como necessita que esses todos sejam desiguais, para que se possa realizar, «o que significa que haverá sempre pessoas que já beneficiaram das novas conquistas, que ainda não foram alcançadas por outros» (Hayek, 1960:42). Há aqui uma escolha latente: o autor, como não podia deixar de ser à luz da sua teoria, privilegia o crescimento, que admite ser de alguns, em detrimento de um progresso social que mereça tal nomenclatura.

Desta forma, Hayek integra no mercado duas preocupações, uma relacionada com o resultado dos processos que nele se dão, incluindo, por isso, o que pode gerar a prosperidade económica e como ela pode beneficiar os avanços da humanidade, ou de parte dela – nos quais se devem incluir os avanços das liberdades; e a segunda, relacionada com os próprios processos através dos quais esses resultados se dão, como seja a liberdade de ação. «O princípio orientador – que a única política realmente progressiva é uma política de liberdade para o indivíduo – continua a ser tão verdadeiro hoje quanto o era no século XIX» (Hayek, 2009 [1944]:280).

Como defensor acérrimo do sistema capitalista, de um sistema de mercado guiado pela cataláxia⁵¹, Hayek não parece olhar para este como um modelo entre vários, já que este não é uma criação humana, a par das demais, este é natural: «A ordem alargada denominada «capitalismo» não é fruto do desígnio humano, tendo antes surgido espontaneamente, ou seja,

⁵¹ A cataláxia é uma teoria praxeológica – da estrutura lógica da ação humana – introduzida por Mises e defendida pela Escola Austríaca, que Hayek utilizou para descrever «a ordem trazida pelo ajustamento mútuo das diversas economias individuais num mercado» (Hayek, 1976: 109)

os homens adaptaram-se a determinadas práticas tradicionais e em grande parte morais. Essas práticas consistem, principalmente, naquilo que David Hume denominou as «três leis fundamentais da natureza»: «estabilidade de propriedade, a sua transferência por consentimento e o cumprimento das promessas»» (Espada, 2004:128).

Então, a ordem espontânea do mercado não pode possuir fins específicos, não tem objetivos definidos, alcançando uma panóplia de fins individuais dos diversos homens que nele participam. Existem apenas as tais regras de conduta abstratas, que nos são dadas pela própria natureza, o que levará a uma maximização da potencialidade da ação de cada indivíduo, porque este é livre de prosseguir os seus próprios fins e fazer com que os outros atinjam também os seus fins, sem que os sequer conheça. Quer isto dizer que «o ponto importante acerca da cataláxia é que reconcilia conhecimentos diferentes e propósitos diferentes que, quer os indivíduos sejam egoístas ou não, variam de uma pessoa para outra. É porque na cataláxia, os homens, enquanto prosseguem os seus próprios interesses completamente egoístas ou grandemente altruístas, contribuem para os objetivos de muitos outros, a maioria dos quais nunca conhecerão, que esta é uma ordem global tão superior a qualquer organização deliberada: na Grande Sociedade os diferentes membros beneficiam dos esforços de cada um, não apenas apesar de, mas frequentemente até por causa dos seus objetivos serem diferentes» (Hayek, 1976:110), compactuando por isso com a lógica de mercado, defendendo que os vários interesses que se apresentam no mercado são a melhor forma de contribuição para o interesse geral.

Nesta questão, no facto de Hayek apontar o mercado como espontâneo e afastado de qualquer tipo de ideologia, ou por outra, de qualquer avaliação de justiça, é-nos imperativo salientar como o autor reforça a ideia de que poderá ser danosa a intervenção humana, seja ela racional ou não, pois trabalhará como uma entidade de difícil conhecimento, visto não advir nem de modo intencional, nem de criação humana.

O mercado era por isso, ao mesmo tempo, espaço e veículo de liberdade, pois buscava a ação livre e baseava-se nela para o seu bom funcionamento. Era este o mercado que Hayek defendia e, como já vimos, que queria proteger da intervenção, para que pudesse ser realizada, verdadeiramente, a liberdade. Participava, por isso do «programa do liberalismo [que] tem de variar consoante as circunstâncias e só é possível definir a sua atitude geral: visa a preservação de uma sociedade livre, governada por leis e não pelos caprichos dos homens» (Espada, 2004:158).

É em democracia que o autor quer que o mercado se realize, aliás porque só o próprio mercado assegura o real funcionamento da democracia, já que concordava que «o socialismo

conseguido e mantido por meios democráticos parece pertencer ao domínio das utopias» (Chamberlim, 1937:203). Por seu lado, a democracia não partilha, de todo em todo, desta característica de espontaneidade. A democracia, em Hayek, é a melhor forma praticável de governo, desde que a maioria da comunidade se comprometa com a defesa da liberdade individual, com o Estado de Direito e com os limites do governo. Não é considerada algo de natural, como é o capitalismo no seu sentido lato, mas sim uma definição de procedimentos para organizar e tornar funcional a governação, o que significa que não existe um conjunto de valores essenciais à existência do modelo democrático, razão pela qual, Hayek evitou sempre o uso do argumento democrático para a defesa da própria liberdade.

Certamente, concordaremos todos que o caminho a ser tomado, tanto pelo Estado como pelos indivíduos, é aquele que desemboca na liberdade e não na servidão, mas como julgamos ter aqui ficado demonstrado, o caminho de Hayek é um, e pretende que ele indique o trilho da liberdade, restará saber se o fará.

* * *

Como pudemos ver, existe uma forte carga valorativa e ideológica na teoria de Hayek. As suas visões acerca do que são a ordem social, a liberdade, a justiça e os direitos impregnam as suas teorias, bem como a sua posição histórica.

Ora, tal nunca seria admitido pelo economista: Hayek não veria as suas posições como ideológicas, até pelo certo desprezo que nutria por tais posições. Ele julgava o seu ponto de vista como algo que decorria da observação das forças espontâneas da sociedade, ou seja, denota-se que existe uma certa prisão do seu pensamento dentro das barras do paradigma da teoria da escolha racional e da tradição⁵², que o autor parece não se aperceber – a sua ideia de coerção como única solução organizativa da sociedade possível é demonstrativa disto mesmo⁵³. Também a sua perceção de liberdade está ancorada a esse paradigma e difere, em muito da anteriormente apresentada por Mill, ao mesmo tempo que advém de uma leitura, a nosso ver errónea, do filósofo – para Hayek, será melhor o porco satisfeito, desde que este tenha livremente decidido enveredar pelo caminho que o conduziu ao ser suíno, visto não importarem os resultados que se conseguem através do uso dessa liberdade. A liberdade é um

⁵² Note-se que as posições de Hayek não indicam sempre uma posição racionalista, até pela sua consideração da importância da tradição, ou seja, a racionalidade em Hayek prende-se mais com a tradição incorporada na ordem espontânea e na actividade humana.

⁵³ Acerca da relação entre a Teoria da escolha racional e a ordem social ver o Capítulo I do presente trabalho e C. Caldas *et al.* (2007).

fim em si, concordamos. O que nos causa algum desconforto é a aceção de liberdade individual destrincada de fins e de imperativos de moral e ética, como seja a justiça. É certo que o nosso autor se defende bem desta questão apontando que as escolhas humanas serão também compostas de tradição, e não só por uma razão instrumental, que pode conter valorações; mas também aí, poder-se-á dizer que se a tradição for a injustiça, a perspectiva não é grandemente animadora para a concretização da justiça.

Acerca da injustiça social, cabe também referir que a sociedade, pensada por Hayek, é uma sociedade cujo principal objetivo é um «progresso» em termos de crescimento e maximização económica, olvidando-se que «uma sociedade pode ser Pareto-ótima e continuar a ser perfeitamente repugnante» (Sen, 1970:22).

Por fim, não resistimos a este último apontamento, até pela relação que tem com o seguinte autor⁵⁴. Hayek impulsionou, ou foi apontado como impulsionador, de reduções drásticas da intervenção estatal na economia, queremos dizer, foi apontado como especialista técnico económico capacitado para apontar caminhos políticos, o que não deixa de ser irónico já que «Hayek repudia a visão platónica de um planeamento social que pode ser efetivo, geralmente, levado a cabo por um grupo de especialistas que pronunciam prescrições que possam ser executadas mecanicamente por não-especialistas» (Miller Jr., 1983:36).

iii) Alvin Roth

É pela mão de Alvin Roth, um economista norte-americano laureado com o Nobel da Economia de 2012, cujas principais contribuições foram nas áreas da teoria dos jogos e da arquitetura de mercados⁵⁵, que alcançamos a nossa época, isto é, que chegamos à atualidade da ciência económica e da sua teoria.

Porquê Alvin Roth? Porque «a investigação de Alvin Roth sobre novos sistemas económicos e as suas conceções teve um vasto impacte no bem-estar humano, desde a adequação de residentes a programas médicos, à fixação de estudantes nas escolas, até à maneira como os rins são atribuídos a doentes que precisam de transplantação» (Jackson, 2013:619), o que cremos que seja um perfeito exemplo dos efeitos de uma tecnicização da economia. Mais do que a análise dos mercados que cria, interessam os momentos anteriores à sua feitura, ou seja, importa entender, através da leitura de Roth, o que sustém e contém esta formulação do *market design*.

⁵⁴ O seguinte autor, Alvin Roth, parece não se defender verdadeiramente desta questão como veremos de seguida.

⁵⁵ Em inglês, *market design*.

Roth preconiza a resposta económica como resposta à generalidade dos problemas sociais, isto é, de como a ciência económica, ou a técnica que ela é capaz de criar, visto que pode não só ser um reflexo da realidade social, mas também ela influenciar a realidade⁵⁶, estar habilitada para a criação de mercados, para criação de realidade. Ora, como foi já referenciado, existe uma distância entre o que é a reflexividade e a performatividade da ciência económica⁵⁷, até devido à falibilidade; mas é a performatividade que dá azo à engenharia ou arquitetura de mercados, ou seja, ignorando a possível falibilidade da ciência económica, cria realidade sem atentar que «a engenharia dos mercados é um empreendimento complexo cujo resultado final é muitas vezes imprevisível» (Rodrigues e Santos, 2009:998).

É necessário que se precise a relação da performatividade, da arquitetura de mercados, com a economia neoclássica, pois ela é estreita, uma vez que, como apontam Santos (2011), Rodrigues e Santos (2009), Christophers (2012), ou Mirowski e Nik-Khah (2007), ou até Callon (2007), a arquitetura de mercados tem em vista o agente económico da economia neoclássica, tem em vista, ou melhor, dirige-se para o homem instrumentalmente racional.

Tal relação estreita poderá revelar-se uma fragilidade da maior importância, já que «a economia neoclássica falha tanto que, pura e simplesmente, não é possível pô-la a funcionar – isto é, a “realizar” mercados – mais do que no mais parcial e efémero dos sentidos» (Christophers, 2012:2544).

Olhemos, então, para Roth de forma a compreendermos se existe ou não, mesmo que adormecida, alguma carga ideológica, nos mercados que cria e, principalmente, na forma que os cria. Roth (2008) extrai também conclusões da arquitetura de mercados, pois afirma que através do estudo do mercado é possível conhecer «os pormenores das instituições do mercado e as tarefas gerais que o mercado tem de desempenhar» (Roth, 2008:33), ou seja, o desenho de mercados não é apenas um verbo, mas também um substantivo, que ele aplica mas que também carece de estudo acerca dele. Da sua observação, do tratamento da arquitetura de mercados como substantivo, Roth conclui que problemas como a atribuição de espessura (*thickness*) ao mercado, a fluidez das transações que nele se dão ou tornar a participação nele o segura e simples, por oposição ao risco e custos, são as principais tarefas com as quais a arquitetura de mercados se deve preocupar.

Tal como afirma Santos (2011), existe uma posição de rejeição de alguns dos princípios fundamentais daquilo que é o *mainstream* da economia neoclássica por parte da arquitetura de

⁵⁶ Sobre a questão da reflexividade da ciência económica ver Capítulo I, alínea ii).

⁵⁷ De forma bastante análoga à nossa distinção entre Reflexividade e Performatividade, Rodrigues e Santos (2009) separam águas entre, respetivamente, a noção fraca e forte de Performatividade.

mercados, como sejam aspetos da teoria da escolha racional. Roth (2006) não tem a ideia de que a lógica dos incentivos (monetários ou outros) consiga servir completamente os mercados, entende que, num dos casos sobre o qual se debruça, a criação de um mercado para a transplantação de rins, existem fortes argumentos contra a existência de transação monetária nele, como a objetificação da vida humana, a possível coerção de que os mais desprotegidos possam ser alvo e o facto de poder abrir portas à monetarização de outros aspetos da vida e da ação humana.

Não se confunda o reconhecimento do autor a estes entraves ao mercado, no entanto, com uma validação dos mesmos. São aspetos da irracionalidade humana que se devem atentar, mas continuam a ser apenas isso.

Insiste, também, em que existem certos aspetos humanos que servem de constrangimentos à arquitetura de mercados. Um desses constrangimentos, ou melhor, o principal constrangimento, com que Roth se depara é a repugnância em relação a certos tipos de mercado. Embora afirme que «muitas vezes verificámos que o desagrado por certo tipo de transações é um constrangimento real, em tudo tão real como os constrangimentos impostos pela tecnologia ou pelas exigências de incentivos e de eficiência» (Roth,2006:2), vai um pouco mais longe, assumindo que os constrangimentos associados à repugnância de certo tipo de mercados⁵⁸ acabam por ter impactes – sobre se são ou não desejáveis, não se pronuncia – na economia como um todo. Note-se, ainda, que a repugnância, embora se costume prolongar no tempo, pode vir, ou ter vindo a sofrer alterações, isto é, estas repugnâncias não são apontadas como algo de universal, no espaço e tempo.

Existe, por isso mesmo, uma grande diferença entre Roth e os teóricos do paradigma da escolha racional, até porque o primeiro não sustenta que o homem é instrumentalmente racional, ele compreende que há outras motivações nas escolhas e comportamentos humanos, que existem «descrições mais realistas do comportamento humano que poderiam explicar a racionalidade limitada das pessoas e outras considerações relacionadas» (Santos, 2011: 710); sustenta, sim, que era «melhor» que o fosse. O homem para que se dirige não é completamente racional, Roth sabe disso; é preciso compreender que existe uma panóplia de motivações para o comportamento humano, Roth estuda-as; os resultados da ação humana são muitas vezes restridentes do mercado, Roth aceita. Mas há uma coisa que une fortemente Roth e os teóricos do paradigma da escolha racional: ambos sabem que os mercados só

⁵⁸ Entre os diversos mercados que Roth (2006) aponta como os que foram ou são considerados «repugnantes» podemos encontrar a par com a venda de órgãos, os mercados de poluição, o mercado da droga, a venda do perdão religioso, a prostituição, o tráfico humano e até o arremesso de anões.

funcionarão adequadamente se os seus participantes forem instrumentalmente racionais. Ora, se assim é, haverá que tornar o homem em *homo economicus*, ou seja, Roth não vê a realidade como o habitat do *homo economicus*, o que vê é que a realidade seria mais «funcional» com estes.

Admitindo, com Roth, que não existe o tal desejado *homo economicus* mas que estes são preferíveis para o bom funcionamento dos mercados, que solução se avista? Obviamente, há que criá-los. Não, não falamos de uma resposta à Dr. Frankenstein, de uma criação literária de um novo ser, até porque, como este exemplo demonstrou, a criatura pode revoltar-se. Também não se trata de uma resposta mais dentro da teoria de Stuart Mill, criando um homem mais racional através da educação, porque também esta é falível e não se presta à criação de *homo economicus*. O importante, a solução, será criar uma estrutura à prova da irracionalidade humana, quer isto dizer, se os mercados forem criados no seio da própria ciência económica, se os mercados forem reflexo do trabalho que a ciência desenvolve, eles serão capazes de lidar realmente com as escolhas humanas, portanto, se a sociedade for o espelho da ciência económica, ela tomará, como um todo, melhores decisões, se por melhores considerarmos o que seja equivalente ao do bom utilitarista⁵⁹, claro. Callon (1998:51) afirmava, sobre o *homo economicus*, que «se existe, não se encontra obviamente no seu estado natural [...] está formatado, enquadrado e equipado com próteses que o auxiliam nos cálculos e que são, na sua maior parte, produzidas pela economia». Temos, por isso, esta ideia de que se podem criar estes agentes instrumentalmente racionais, mesmo que de forma artificial, e como já vimos, «ajudar a promover a ficção do *homo economicus* pode acarretar todo o tipo de repercussões nos estudos das ciências, que necessitam de ser pensadas mais cuidadosamente» (Mirowski e Nik-Khah, 2007:217).

De mão dada com a arquitetura de mercados, até porque se utiliza dela para a sua construção de mercados, costuma andar a arquitetura da escolha, isto é, estes que «sabem» lidar com as irracionalidades humanas, com base na economia comportamental, e nas ilações que esse estudo da conduta humana retira, e que têm a possibilidade de influenciar as escolhas dos agentes, de forma a estas serem de acordo com o resultado pretendido.

Vejamos o exemplo de Johnson e Goldstein (2003). Neste trabalho os autores procuram demonstrar como pode ser de maior importância a definição da alternativa *status quo*⁶⁰, no caso, na doação de órgãos. A alternativa *status quo*, ou *default*, é aquela que surge na

⁵⁹ Aqui não na sua aceção restritiva, utilizada na economia neoclássica, mas sim no sentido que Stuart Mill lhe imputava.

⁶⁰ Em inglês, *default*.

inexistência da opção tomada, é o caminho que se toma se nenhuma decisão é feita de forma intencional. Ora, como sabemos, a teoria da escolha racional diria que, visto os agentes racionais procederem sempre à maximização da escolha, eles escolheriam a alternativa que estivesse de acordo com a sua maximização, que coincidissem com as suas preferências. Então, no caso de as preferências do agente não serem consistentes com a alternativa *status quo*, este irá escolher a hipótese apropriada às suas preferências, e a existência do *default* não condicionaria a escolha do agente.

No mencionado estudo, o que os autores demonstram é que tal não é de todo linear, ou seja, que a definição do que é padrão tem enorme influência, pois na questão da doação de órgãos é possível observar que os países que apresentam uma maior taxa de assentimento na doação dos seus órgãos, como Portugal (99,64% são doadores), França (99,91%) ou Bélgica (98%), são aqueles cuja alternativa *status quo* é ser doador de órgãos, o que significa que quem não quiser ser terá de fazer essa escolha alternativa; ao passo que os países com taxas mais baixas – Holanda, Dinamarca, EUA – são aqueles em que o padrão é não ser e quem quiser ser terá de tomar essa opção. Tais valores percentuais de doadores não representam as preferências dos habitantes desses países mas sim a procrastinação da escolha e a concordância, mesmo que não racional ou sequer consciente, com aquela que é a alternativa *status quo* desses países. Temos então que tornar a alternativa *status quo* em «todos são doadores», faz que haja mais pessoas a doar os seus órgãos para salvar a vida de outros, e que, por isso, «os decisores políticos neste ou noutros domínios deveriam considerar que o *default* faz a diferença» (Johnson e Goldstein, 2003:1339).

Pode, por isso, dizer-se que é uma forma de controlar a irracionalidade para o lado que se quer, isto é, assumindo que o melhor é que as pessoas sejam doadoras – para que vidas possam ser salvas – impõe, de forma quase impercetível, essa moral aos agentes, que podem até não ser favoráveis a essa decisão, mas que são levados a ela⁶¹. Então também aqui, está a arquitetura da escolha a avisar como moldar as situações, por forma a evitar, ou melhor a conduzir de forma racional a irracionalidade dos agentes⁶². É verdade, são ambos, a arquitetura do mercado e da escolha, construções políticas e valorativas, mas a diferença está em que não se está a criar mercado algum, está-se a analisar a realidade e não a criá-la, isto é,

⁶¹ Note-se, no entanto, que, nesta situação, caso haja uma preferência forte que não coincida com o *default*, o agente irá contra a alternativa *status quo*.

⁶² Sobre esta questão avulta-se referir a obra de Thaler, Richard e Cass Sunstein (2009), *Nudge*, London Penguin Books, que defende um entendimento paternalista da forma de conduzir a ação irracional dos agentes.

existe aqui uma preservação das possibilidades da escolha, que não está presente na arquitetura dos mercados que «pode ser mobilizada para produzir uma importante mudança institucional, alterando a colocação das oportunidades económicas e políticas entre grupos de indivíduos diferentemente situados» (Santos, 2011:724).

Estas duas áreas da economia, ao criar mercados ou comportamentos, não o fazem, nem poderiam, de forma isolada, isto é, não se trata de um grupo de economistas que «montam» estas artificialidades por seu desejo e de forma autónoma. Não. Como aliás se pode ver no textos de Roth, e até de Johnson e Goldstein, elas são dirigidas ao decisor político, isto é, são dirigidas para aqueles que, estão encarregados, no mundo democrático, de implementar políticas que não deverão apenas ter em vista o aspeto económico mas sim a globalidade de impactes relevantes, para as quais foram eleitos, que as pessoas, conscientemente, decidiram investir do poder de decisão. Como concordamos que «a decisão política não é um mero exercício técnico» (Santos, 2011:725), temos alguma dificuldade em aceitar que tais decisores se prestem a acatar estes desígnios técnicos, que sejam o veículo para que a técnica económica impere na sociedade⁶³.

* * *

Todo este âmbito da arquitetura de mercados tem, claro, uma capacidade de causar admiração nas pessoas. O querer tornar os mercados mais funcionais e eficientes, o querer salvar vidas humanas (seja nos transplantes ou com os doadores), a tentativa de alocar crianças nas escolas ou médicos em empregos, tudo isto são esforços que, pelo menos, postos desta forma, são objetivamente bons. O seu objetivo de «melhorar o quadro institucional como ajudar as pessoas a fazer as melhores escolhas para si próprias e estarem mais em linha com o que se exige para alcançar os desejáveis objetivos socioeconómicos» (Santos, 2011:724) até pode ser tido como «nobre». Merecem admiração. No entanto, não serão as únicas coisas acerca desta performatividade que nos causam admiração, ou melhor, pasmo.

Pasma-nos um pouco que os mesmos que tanto defendem que a economia, melhor, que os mercados devem ser livres e que deverá permitir-se que a «mão invisível» – esse conceito de Adam Smith, que é continuamente, e erradamente, tido como o seu reduto teórico – tome as rédeas e «decida» os rumos da economia, sejam os que avançam com a tese performativa, com a arquitetura de mercados. Pasma-nos, porque não deixa de ser interessante, que não

⁶³ Não obstante, existem casos em que as entidades públicas fazem uso desta criação de mercados. Exemplo paradigmático disto, para além de Roth, foi o desenho de mercado levado a cabo por Paul Milgrom na FCC (Federal Communications Commission), muito embora o seu sucesso seja alvo de aceso debate – ver Nik-Khah (2006) e Guala (2006).

apreciem o paradoxo pelo qual enveredam: se o mercado é de origem espontânea, como vimos em Hayek, e não deve ser influenciado pela ação humana, através da mão do Estado, devido à impossibilidade de conhecimento acerca de uma estrutura que nos é externa; como é que podem justificar que, pela mão dos economistas, já se pode influenciar os mercados e ir até mais longe, retirando qualquer sentido à ideia de espontaneidade do mercado – podendo criá-los!

Julgamos digno de atenção que tais teóricos não se oponham à artificialidade que a arquitetura de mercados impõe, que não contestem um desenho da economia, desde que este provenha da ciência económica. Isto supõe um lugar de relevo da ciência económica, e de superioridade às demais ciências, já que esta é capaz de criar e moldar, de forma alinhada ao paradigma da escolha racional, mercados ditos eficientes.

A tese performativa forte é o exemplo acabado da tecnicização da economia, de como os próprios decisores políticos, que procuram arquitetos da escolha e economistas da arquitetura de mercados para aconselhamento na construção de várias configurações institucionais, com o objetivo de dirigir o comportamento humano definido» por eles (Santos, 2011:724), utilizam esta técnica como meio ideal de camuflagem da ideologia: através dela dá-se a possibilidade à ciência económica de criar, de moldar mercados, de forma profundamente ideológica – não fosse ela assente na suposição da possibilidade, e desejabilidade, de tornar o homem em *homo economicus* – sobre o manto da cientificidade – o que afasta as decisões dos demais mortais, devido à sua complexidade científica, tornando completamente escudada de críticas que não provenham do seio da ciência económica. Ora, apartando as questões sociais da própria sociedade, a ciência económica toma de assalto as decisões coletivas, isto é, as decisões que deveriam ser feitas num âmbito democrático são feitas de forma supostamente técnica, que como já vimos está pejada de ideologia, o que leva a que exista uma tomada de poder da técnica, ou melhor, da ideologia de alguns, num completo ataque à democracia, visto que, de tão escondida, essa ideologia, ou essas valorações éticas não estão ao alcance de qualquer escrutínio público. É, no limite, a «ditadura da técnica» que apenas apresenta umas roupagens mais contemporâneas e liberais mas que, a bem da verdade, nada difere de uma qualquer ditadura ideológica, sendo que a investida contra a democracia é patente nos dois.

Platão defendia a imagem de um Rei-filósofo, alguém que saberia melhor as direções que a sociedade deveria tomar. Esta posição da ciência económica traz consigo uma ideia parecida: o(s) Rei(s)-economista(s).

* * *

Como pudemos ver, no decurso deste capítulo, os três autores, do liberalismo ao neoliberalismo, alcançando até a corrente que se começa a impor às correntes mais *mainstream* da ciência económica; do mais filósofo ao mais técnico; todos eles contêm na sua teoria, que está subjacente aos seus modelos, valorações, questões éticas, ideologias.

III. Quem só técnica aprende, ciência lhe parece: o estudo da Economia no Ensino Superior

*«O fim da arte inferior é agradar,
o fim da arte média é elevar, o fim da arte superior é libertar»*

Fernando Pessoa, *Páginas de Estética e Teoria Literárias*⁶⁴

Com o eclodir da crise de 2008, o mundo vira-se para a economia em busca de respostas, procurando entender o que falhou e como é que poderia dela sair. A ciência económica pareceu buscar respostas: pega-se na técnica para a corrigir mas algo de estranho acontece; revê-se a matemática, refazem-se as contas mas as respostas técnicas deixam de solucionar. O grave é que os problemas não eram técnicos, o problema não estava na conta, estava no raciocínio – estava nas teorias. A ciência económica não conseguia responder. Parecia ser necessária a reforma da economia. Mas tal não aconteceu. A economia manteve-se muito colada à técnica e muito longe do mundo.

Porquê? Por que é que isto acontece? Por que é acusada a ciência económica de comportamentos autistas? Por que não existiu a esperada reforma? Reardon (2012) aponta quatro razões fundamentais: a primeira é a propensão dos indivíduos, e aqui, claro, estão incluídos os académicos, para ficarem presos aos seus hábitos e rejeitarem, quase visceralmente, o que possa perturbar a sua «ordem»⁶⁵; segunda, e relacionada com a primeira, é o facto de existir uma certa, e compreensível, relutância em admitir que o trabalho realizado foi em vão⁶⁶; terceira, o bloqueio de qualquer tipo de reforma, levado a cabo pelas instituições basilares da economia neoclássica⁶⁷; quarta e última, aparecendo como a cola que junta as três anteriores, o ensino da economia – a verdadeira explicação para «por que os economistas não podiam prever a crise recente: por que ignoram paradigmas alternativos; por que aderem obstinadamente a políticas falhadas; e por que marginalizam e provocam os discordantes» (Reardon, 2012:4).

⁶⁴ Pessoa, Fernando (1966 [1924]), *Páginas de Estética e de Teoria Literárias*, Lisboa, Ática, p.30.

⁶⁵ Reardon (2012) aponta Francis Bacon como defensor desta tese que enuncia.

⁶⁶ «Ironicamente, para uma disciplina que se reclama da racionalidade, é difícil para os seus profissionais estabelecidos abdicarem das suas crenças de toda uma vida em favor de um novo paradigma. E, lamentavelmente, as limitações míopes e fundamentalistas da sua educação impede a compreensão das várias alternativas.» (Reardon, 2012:3,4)

⁶⁷ Reardon (2012) refere-se aos departamentos universitários, às associações, às revistas científicas, aos sistemas de classificação, aos manuais de economia, e mesmo à própria narrativa.

É sobre esta última razão, que, no fundo, é um pouco de todas as anteriores, que agora nos debruçamos, através da análise dos currículos da licenciatura de economia, para que possamos compreender quanto do que nos encontramos a discutir acerca da ciência económica, isto é, quanto da tecnicização da ciência económica, tem vindo a ser transferido para o ensino da economia.

i) *Case-study*: Os currículos das licenciaturas de economia em Portugal

Para que possamos analisar os currículos das licenciaturas, e já que o porquê está respondido, é nos necessário esclarecer o quê, quando, onde e como da questão. Começamos. O quê são os planos curriculares, as cadeiras que são lecionadas e/ou disponibilizadas aos alunos de uma licenciatura de economia.

O quando é, na primeira alínea desta parte, no ano letivo de 2012/2013, sendo que estes planos têm, normalmente, algum prolongamento no tempo. Porém na segunda alínea, visto tratar-se de uma análise evolutiva, o período tratado é, *grosso modo*, o de 1990 até à atualidade, sendo que as datas exatas em análise variam consoante a universidade porque os seus programas foram modificados em diferentes momentos.

O onde é, na primeira alínea, nas licenciaturas de economia das universidades públicas portuguesas⁶⁸ (ISCTE-IUL, Universidade dos Açores, Universidade da Beira Interior, Universidade de Évora, Universidade do Minho, Universidade do Porto, ISEG-UTL, Universidade de Aveiro, Universidade do Algarve, Universidade de Coimbra, Universidade da Madeira, Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro⁶⁹) juntamente com as Universidades Católica de Lisboa e do Porto⁷⁰. Na segunda alínea, porque as universidades públicas portuguesas são, ao mesmo tempo, muitas e com um peso muito diverso, procuraremos as cinco principais universidades, leia-se, as que mais alunos inscritos tiveram no ano de 2012/2013. No entanto, tal não nos foi possível, por completo, uma vez que não nos foram disponibilizados, apesar de repetidas solicitações, os dados para a UNL, razão pela qual nos limitámos às quatro restantes.

O como requer mais alguma atenção. Para que se pudesse verificar qual as tendências seguidas pela formulação dos currículos, decidimos adotar uma metodologia de classificação das cadeiras lecionadas, através do seu agrupamento em tipologias previamente definidas.

⁶⁸ Ver Gráfico 1.

⁶⁹ De aqui em diante, designadas pelas suas siglas. Pela mesma ordem, ISCTE, UAç, UBI, UEv, UM, UP, ISEG, UAv, UAlg, UC, Uma, UNL e UTAD.

⁷⁰ Respetivamente, Cat L e Cat P.

Estas tipologias foram, em parte, retiradas do trabalho levado a cabo pelo coletivo de estudantes PEPS-Economie⁷¹ (2013).

As tipologias que utilizamos para agrupar as cadeiras ou ECTS são as seguintes: Micro/Macroeconomia, que visa conter as cadeiras que, como o nome indica, lecionam temas de micro e macroeconomia, os quais, pelo seu peso, merecem um lugar de relevo; Técnicas Quantitativas, na qual se inserem cadeiras que sejam principalmente de carácter matemático ou estatístico, como Econometria, Cálculo e Análise de Dados, bem como as próprias Matemática e Estatística; Abordagens Refletivas, onde se podem encontrar cadeiras que sejam de natureza questionadora ou problematizadora das questões económicas, bem como cadeiras que tenham como objetivo a introdução e análise da própria ciência económica, como as cadeiras de Pensamento Económico; Interdisciplinaridade, que contém as cadeiras que, tipicamente, estão à margem da ciência económica, isto é, outras áreas autónomas do conhecimento, mesmo quando nelas sejam levantados problemas relacionados com a economia, como é o caso da Sociologia ou da História; Gestão, que é o grupo de cadeiras relacionadas com a área empresarial e organizativa; Abordagem Temática, onde se procuram reunir os grandes temas da ciência económica, como a Economia do Trabalho ou a Economia Internacional; Técnicas de Expressão, que visa cobrir as cadeiras que tenham como objetivo o ensino de técnicas de escrita, exposição e pesquisa típicas da ciência económica; Profissionalização, que engloba as cadeiras viradas para a inserção no mercado de trabalho; e, por fim, não sendo uma verdadeira tipologia, uma vez que não prescreve uma certa área lecionada na economia, mas sim um grupo de cadeiras que se podem também elas dividir nas tipologias indicadas, encontramos as Optativas, que são o conjunto de cadeiras que, de forma mais ou menos livre, os estudantes podem escolher. Parecem-nos ser estas as áreas em que se podem dividir as cadeiras da licenciatura de Economia.

Embora, maioritariamente, o nome da cadeira seja bastante translúcido quanto àquilo que é o conteúdo dessa mesma cadeira, para que pudéssemos vincular cada cadeira a uma tipologia, foi-nos necessário olhar para o seu plano programático para que não incorrêssemos em erros neste aspeto⁷².

⁷¹ *Pour un enseignement pluraliste dans le supérieur en économie*. Reiteramos, aqui, o agradecimento ao coletivo PEPS-Economie, pelo trabalho realizado e pela ajuda e disponibilidade prestadas.

⁷² Por exemplo, se nos tivéssemos limitado ao nome das cadeiras, ao analisar o currículo do ISEG, poderíamos ter considerado que a cadeira de Economia I e Economia II seriam cadeiras introdutórias à ciência económica e, como tal, parte da tipologia de Abordagens Refletivas. No entanto, bastará

Dizemos que a metodologia de agrupamento em tipologias foi em parte, e não totalmente, retirada do tal trabalho realizado pelo PEPS-Economie, pois, como poderá ser observado no Gráfico 10, a tipologia denota algumas diferenças da mencionada, especialmente tendo em vista, a distinção que imprimimos entre as tipologias de Micro/Macroeconomia e de Técnicas Quantitativas: muito embora, o mais das vezes, os programas da primeira tenham um cariz que se encontra muito perto da pura modelização, não nos parece conceptualmente correto confundi-la com a segunda. É que mesmo que na prática exista uma certa tendência, observada nas cinco principais universidades, para uma tecnicização destas cadeiras, a sua essência, de facto, não é técnica. Por outro lado, julgamos que uma tipologia com este peso deverá estar por si só, para que esse mesmo ónus seja inteligível, isto é, não desejamos incorrer no risco de não ser claro o peso destas cadeiras, por estarem diluídas em outra tipologia mais abarcante.

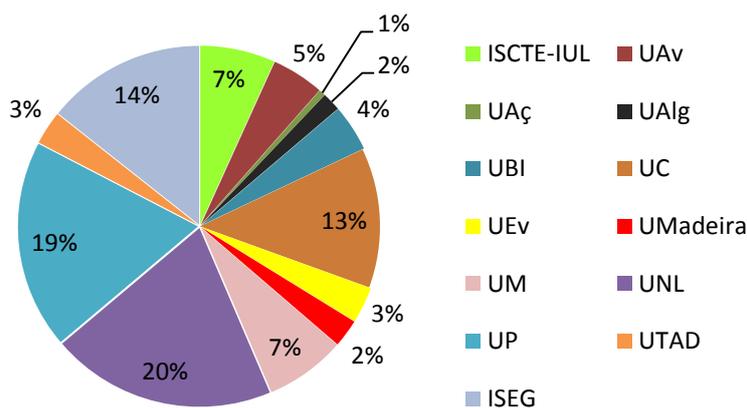


Gráfico 1 – Distribuição dos alunos inscritos na licenciatura de Economia no ano letivo 2012/2013 por Universidades públicas portuguesas

a) *Análise dos Planos Curriculares em vigor (2012/2013)*

Vejamos, então, os resultados que nos foi possível obter através de tal metodologia.

Como podemos observar, o Gráfico 2 e o Gráfico 3 indicam-nos a distribuição do total dos ECTS⁷³ ou das cadeiras pelas tipologias, respetivamente. Tal distinção revela-nos que não

observar o programa dessas cadeiras e correspondente bibliografia para que nos apercebamos de que são, na verdade, disciplinas de Micro/Macroeconomia.

⁷³ Os ECTS são o Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (European Credit Transfer and Accumulation System) que «exprimem a quantidade de trabalho que cada módulo exige relativamente ao volume global de trabalho necessário para concluir com êxito um ano de estudos no

existe uma diferença significativa naquilo que ambos são capazes de nos demonstrar, o que quer dizer que existe alguma equidade entre os ECTS que cada cadeira tem. Na sua grande maioria⁷⁴, as licenciaturas de economia possuem 30 cadeiras, cada uma com 6 ECTS, perfazendo o total legislado de 180 ECTS. Por esta razão, e porque julgamos a comparação necessária estar aqui plasmada, nos gráficos subsequentes a estes observamos apenas a distribuição por ECTS.

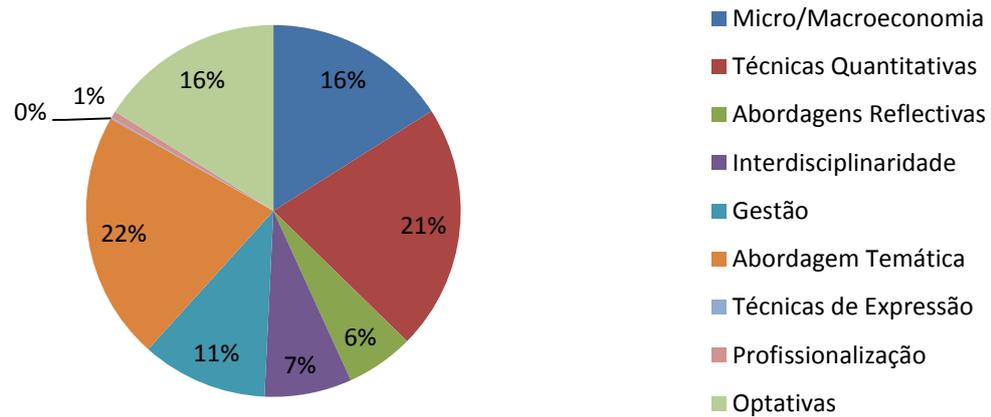


Gráfico 2 – Distribuição dos ECTS por tipologia (c/ optativas)

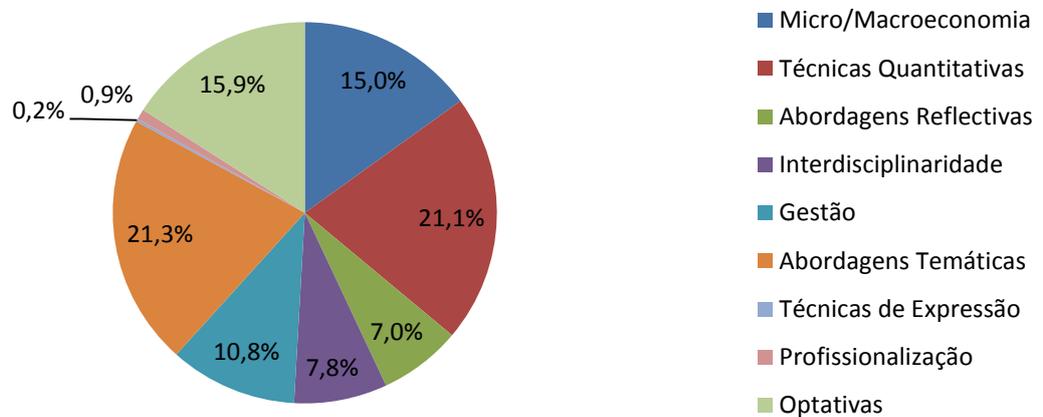


Gráfico 3 – Distribuição das cadeiras por tipologia (c/ optativas)

estabelecimento e não se limita apenas às horas de frequência.» (Consultado e citado através do *site* da DGES: <http://www.dges.mctes.pt/dges/pt/estudantes/processo%20de%20bolonha/objectivos/ects>)

⁷⁴ Excepto a UC (33), UMa (24), UNL (26) e UP (32).

Através destes gráficos é-nos possível entender o grande peso, entre os 15 e os 16%, da tipologia de Micro/Macroeconomia, especialmente se pensarmos que apenas se referem a dois temas de cadeiras: a microeconomia e a macroeconomia. Na verdade, embora sejam realmente apenas dois temas, deve ter-se em conta que, embora teoricamente sejam apenas duas cadeiras, elas se prolongam ao longo do currículo através separações em diversos níveis⁷⁵. Por aqui podemos, mais uma vez, reiterar o que já foi dito acerca do papel que estas cadeiras detêm nos currículos das licenciaturas, uma das razões pelas quais nos pareceu incontornável que olhássemos mais atentamente para os seus programas e, até, bibliografia.

Olhando para as tais cinco «principais» universidades, podemos denotar uma semelhança em termos de conteúdos programáticos destas cadeiras, mas também da própria bibliografia recomendada. Todas têm como pedras basilares os modelos do paradigma da escolha racional, com pouco enfoque em autores como Keynes, nenhuma referência a modelos de tipo marxista, e apenas uma (UNL) dedica um dos seus pontos programáticos à busca de uma resposta para a ciência económica depois da crise de 2008. Quanto à bibliografia, importa apenas mencionar que ela, maioritariamente, se repete nas cinco universidades, com especial enfoque para os manuais de Varian (2010), Blanchard (2010) e Mankiw (2012).

Voltando à análise gráfica, deparamo-nos com uma enorme fatia atribuída às Técnicas Quantitativas, apenas separada por 0,2% das Abordagens Temáticas, no Gráfico 3. A proximidade, ou melhor, a quase igualdade, de relevância atribuída a estes dois tipos leva-nos a dois tipos de considerações. A primeira, é que, realmente, são estas as duas tipologias que assumem, no seu seio, a maior quantidade de cadeiras, mas que tal não se deve confundir com diversidade, isto é, embora haja um número de cadeiras semelhante nestas tipologias, o conteúdo das Técnicas Quantitativas é assaz mais homogêneo face à diversidade de cadeiras que compõem as Abordagens Temáticas, o que acentua o peso da primeira em relação à segunda. A outra consideração que vale a pena fazer, e que é em parte retirada da primeira, é que as Técnicas Quantitativas representam, todas elas, apenas uma forma de análise económica, a quantificação, e que estas cadeiras, mais do que analisar a economia, se debruçam, de forma exclusiva, sobre a análise, sobre os próprios instrumentos de análise quantitativa que estão disponíveis à economia; ao passo que, as Abordagens Temáticas visam abranger as diferentes áreas económicas por excelência – como a industrial, a pública, a

⁷⁵ Exemplo disto são as denominações de cadeiras como Microeconomia I e II, Introdução à Microeconomia, ou Microeconomia Avançada.

monetária, a financeira, e, no nosso caso, a portuguesa e/ou europeia – abarcando as diversas análises que delas podem ser feitas, bem como diversos debates, o que não poderá ser dito sobre as Técnicas Quantitativas. Cabe, no entanto, fazer uma ressalva quanto às cadeiras que se encontram nesta tipologia, no caso português: o panorama destas é pouco heterogéneo, quando comparamos a lista destas cadeiras, de universidade para universidade, e existe apenas uma área reduzida, dentro dos temas lecionados, que se relacione com áreas de debate da realidade atual, isto é, existe pouco enfoque em cadeiras como Economia do Desenvolvimento ou Economia Europeia.

Por outro lado, pode ver-se que as Abordagens Refletivas não ocupam lugar algum de relevo nestes planos, provando que existe, de facto, um afastamento entre o ensino e o poder do questionamento, isto é, sem prejuízo das outras cadeiras nas quais se presta o debate sobre a sua temática, existem poucas cadeiras cujo propósito máximo sejam os grandes debates da economia. Mais grave, no entanto, é que esse afastamento traduz também a falta de discussão sobre o que é a própria ciência económica, o que, no limite, nos leva a ter, perdoe-se o exagero, estudantes que passaram três anos a estudar uma coisa que não sabem bem o que seja.

Também a interdisciplinaridade, a aprendizagem de disciplinas conexas à economia, não se revela com muita força, à exceção de uma dessas disciplinas, como veremos de seguida. Existe, por isso, um abandonar da suposta inter-relação das ciências sociais e humanas, dando quase apenas a conhecer aos alunos o ponto de vista económico da realidade, aliás, o ponto de vista do paradigma da escolha racional.

Como mencionámos, existe uma disciplina que, embora não seja ciência económica, decidimos não incluir na Interdisciplinaridade, visto o seu peso ser tal que iria, por um lado, tornar difícil a compreensão da falta de interdisciplinaridade que referimos, e por outro, levar à não compreensão da sua dimensão nos currículos. Falamos, claro, da gestão que, sozinha, tem mais importância do que a soma de todas as restantes disciplinas que não sejam a ciência económica. Obviamente, existe uma ligação estreita entre a economia e a gestão⁷⁶ mas este estreitamento de relações está relacionado com a tecnicização da economia e a sua tentativa de afastamento do que sejam as ciências sociais.

⁷⁶ Inclusivamente, existem universidades, como é o caso da UNL ou da Cat L, cujo primeiro ano da licenciatura é partilhado entre o curso de Economia e Gestão.

Note-se ainda a quase inexistência de cadeiras de Técnicas de Expressão e de Profissionalização, o que não deixa de ser interessante em cursos que cada vez mais clamam a sua adaptação ao mercado de trabalho.

Acerca das optativas, e porque nos anteriores gráficos apenas retiramos que à volta de 16% destes currículos são deixados na mão do estudante, pode observar-se o leque de tipologias de cadeiras que os estudantes têm para si disponíveis, através do Gráfico 4.

Manifestamente, todos os dados dos anteriores gráficos se devem à junção de todo o nosso universo de análise mas, no entanto, não existe uma total homogeneidade entre as universidades, o que nos leva a apresentar o Gráfico 5, no qual se podem ver certas diferenças entre as várias licenciaturas, como seja o agravamento da diferença que existe entre Técnicas Quantitativas e Abordagens Temáticas, com privilégio da primeira – em cursos como o da UBI, ISEG, UMa ou Cat. L, ou privilegiadamente da segunda, como é o caso do ISCTE, UTAD, UAv ou Cat. P; ou o maior peso da Interdisciplinaridade na Cat. P, ou da Abordagem Refletiva da UTAD.

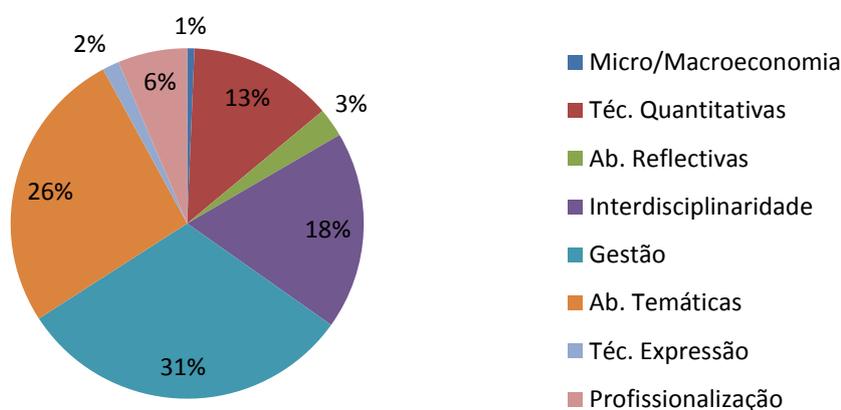


Gráfico 4 – A distribuição de ECTS das cadeiras optativas por tipologia

O Ideólogo com Pele de Tecnocrata

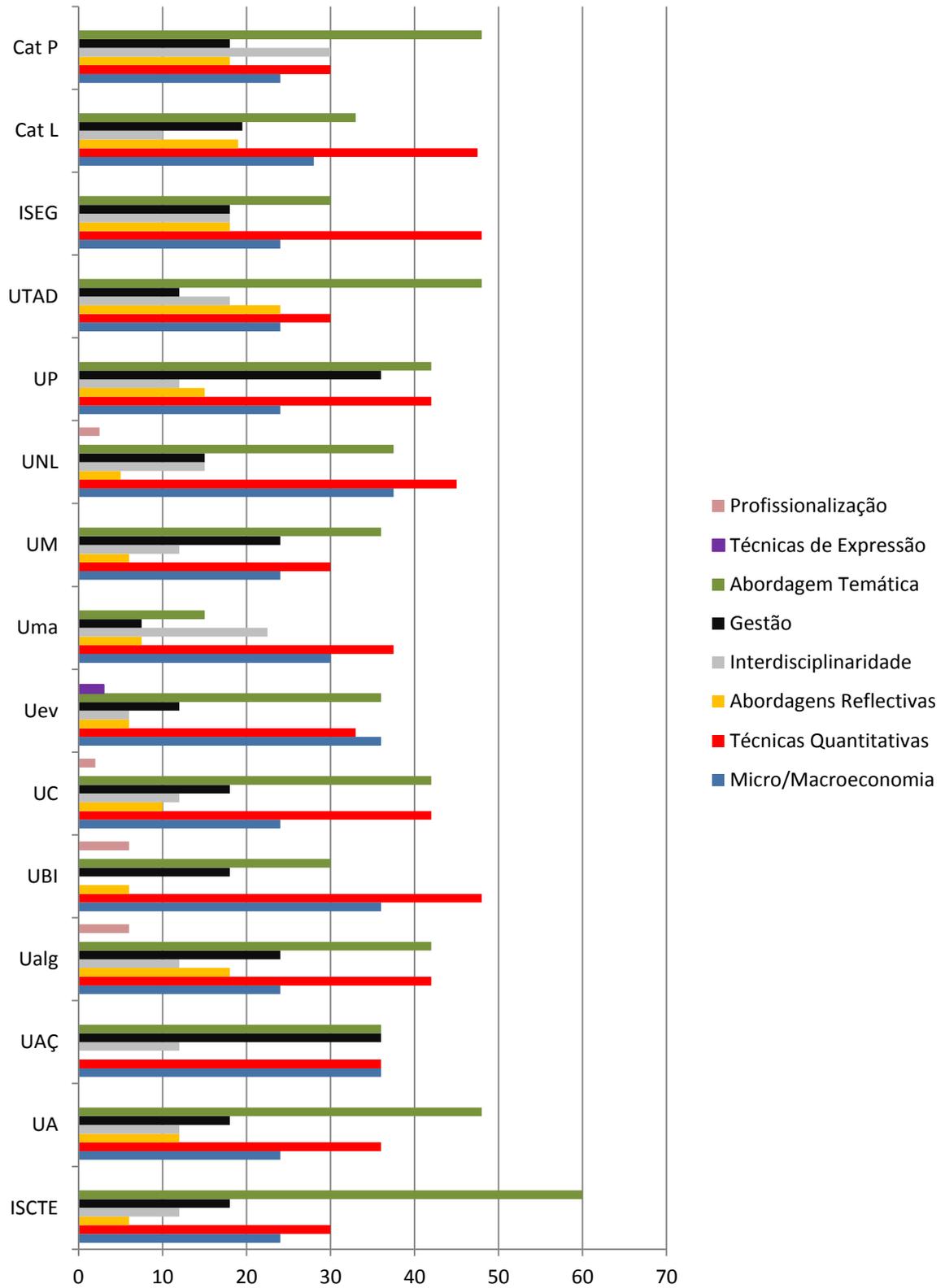


Gráfico 5 - Distribuição dos ECTS das tipologias por Universidade⁷⁷

⁷⁷ Os gráficos correspondentes à distribuição de ECTS por tipologia de cada Universidade encontram-se no Anexo A.

b) *A evolução dos planos curriculares nas Universidades*

Interessa-nos agora verificar como tem vindo a ocorrer a mudança, se é que houve, dos planos curriculares. Para o efeito, os Gráficos 6, 7, 8, e 9, pretendem dar a conhecer as modificações que ocorreram no peso das tipologias⁷⁸.

Ao olhar para estes gráficos, cabe ressaltar que estas datas contêm em si duas grandes mudanças da estrutura curricular da licenciatura de economia: uma, é a redução de anos da licenciatura de 5 para 4, que ocorreu por completo por volta de 2003 na UP e UC, mas que tinha já sido efetuada nos anos 90 no ISEG e no ISCTE; e outra, a implementação do Processo de Bolonha, que se tornou definitiva entre 2007 e 2008, que trouxe consigo mais uma redução de anos de licenciatura, agora de 4 para 3. Ambas as reduções tornaram evidentes a necessidade de reduzir o curso de Economia ao essencial, o que levou a uma reflexão exaustiva, por parte do corpo docente destes cursos, sobre o assunto. Agora, olhando para os planos de 2012/2013, podemos dizer que aquilo que se julgou essencial está bastante visível aos olhos.

De forma muito sintética, gostaríamos de chamar a atenção para os aspetos que julgamos fulcrais nestas evoluções. No Gráfico 6 (UP), atente-se ao aumento do peso da tipologia de Gestão de 3,8%, em 1987, para 20% em 2012; o facto de haver uma coincidência, em 2012, das Técnicas Quantitativas e de Abordagens Temáticas, que tinham como ponto de partida, 16,6 e 28,4%, respetivamente; e as quedas acentuadas da Interdisciplinaridade e das Abordagens Refletivas.

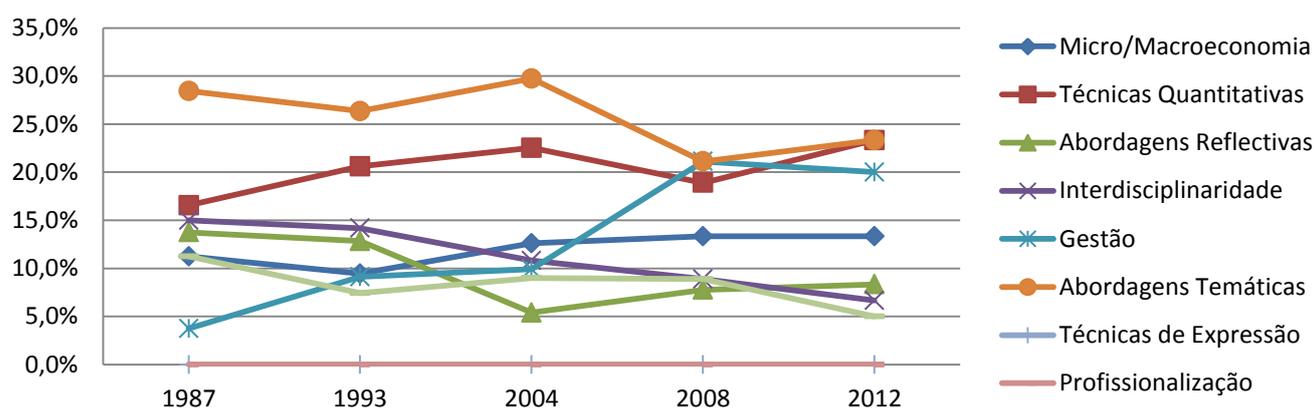


Gráfico 6 - Evolução do peso das tipologias de cadeiras na licenciatura de economia da Universidade do Porto

⁷⁸ Gostaríamos ainda de fazer menção das diferentes formas como se avaliou o peso das disciplinas. Se agora temos os ECTS, anteriormente tínhamos os créditos, o que não levanta grande problema. Antes dos créditos, não havia peso diferenciado das cadeiras, a única diferenciação era se se tratava de uma cadeira anual ou semestral – pelo que, para ilustrar esta diferença, atribuímos pesos de 2 e 1, respectivamente, para poder avaliar mais corretamente a carga de cada cadeira.

No Gráfico 7 (ISEG), note-se a queda das Abordagens Temáticas, para quase metade do seu peso inicial, de 30 para 16,7%; o ano de 2003 que foi, simultaneamente, um pico para as Optativas e uma quebra nas Abordagens Temáticas e Refletivas e nas Técnicas Quantitativas; e a subida progressiva da Micro/Macroeconomia. De relevo, até pelo pico que atinge no gráfico, é também o comportamento das cadeiras Optativas, cujo valor máximo é atingido no período anterior à implementação do Plano de Bolonha, e consequente redução de número de anos, de 4 para 3.

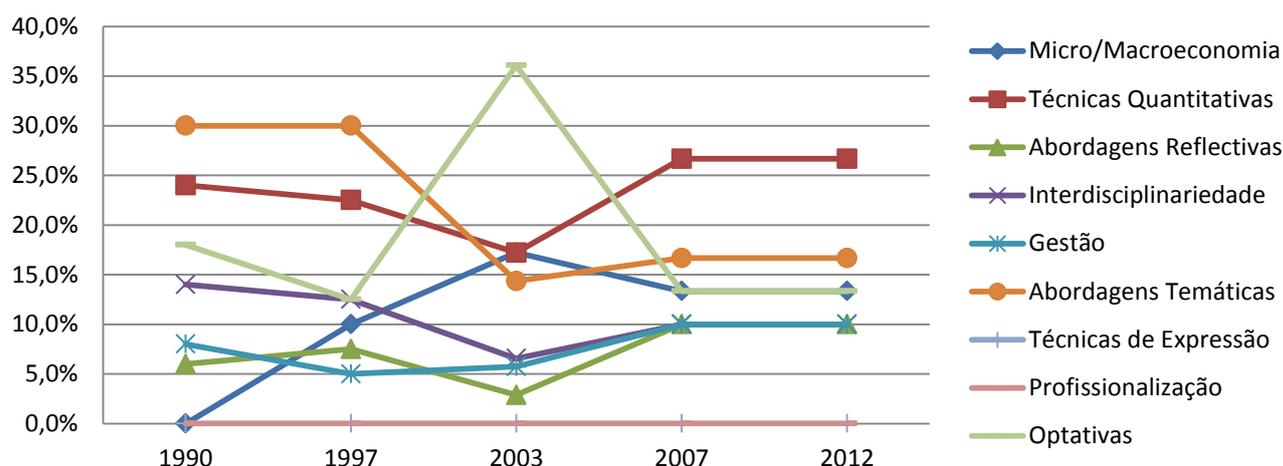


Gráfico 7 - Evolução do peso das tipologias de cadeiras na licenciatura de economia do ISEG

No Gráfico 8 (ISCTE), aparece-nos como fundamental, o sempre alto valor das Abordagens Temáticas e a acentuada queda das Abordagens Refletivas e da Interdisciplinaridade, que, no caso da primeira foi de 14 para 3,3%.

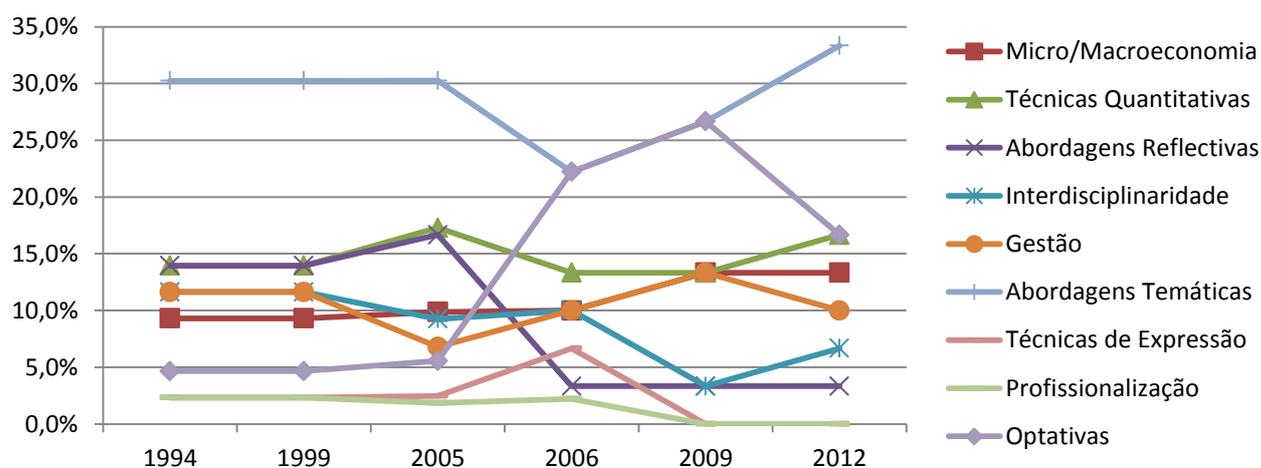


Gráfico 8 - Evolução do peso das tipologias de cadeiras na licenciatura de economia do ISCTE

Para finalizar, no Gráfico 9 (UC), podemos examinar a respetiva queda e subida da carga de Abordagens Temáticas e de Técnicas Quantitativas que, de 34,7 e 16,3%, passaram ambas

para 23,3%; a aparição, ainda que muito envergonhada das Técnicas de Expressão e da Profissionalização; e o aumento das cadeiras de Micro/Macroeconomia, de 6,1 para 13,3%.

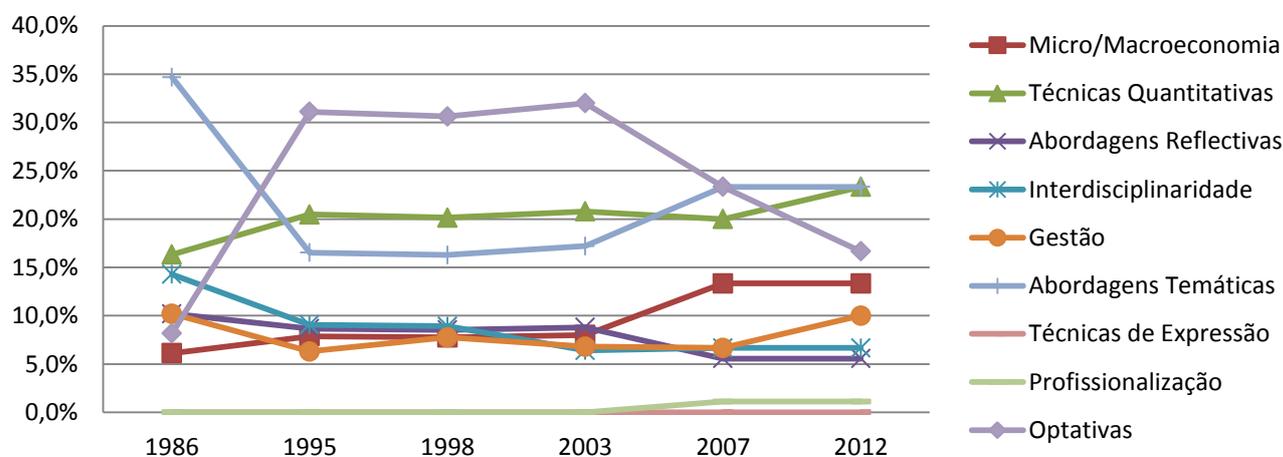


Gráfico 9 - Evolução do peso das tipologias de cadeiras na licenciatura de economia da Universidade de Coimbra

ii) Os casos francês, de Harvard e da London School of Economics (LSE)

Pintado que está o quadro português, olhemos agora para o mundo, mais especificamente para a Universidade de Harvard e para a London School of Economics and Political Science (LSE), por serem exemplos de relevo do panorama anglo-saxónico – o panorama que a universidade portuguesa aponta como aquele a seguir – e pelo prestígio que estas instituições detêm, que se alarga também à área da Economia; e para o caso francês, pela sua proximidade geográfica e cultural com Portugal e pelo estudo acerca do exemplo francês feito pelo PEPS-Economie.

Começemos pelo fim – começemos por França. No Gráfico 10 estão plasmados os resultados da análise das 54 licenciaturas francesas, sem considerar as cadeiras optativas como uma tipologia, razão pela qual os valores portugueses aos quais estes serão comparados, são também aqueles que obteríamos sem considerar as Optativas. Nele, é-nos possível ver que, na linha do exemplo português, 43% das cadeiras são de índole técnica⁷⁹, são abordagens técnicas quantitativas, o que abrange as nossas duas tipologias de Micro/Macroeconomia e de

⁷⁹ Num quadro português análogo, ou seja, em que também não se incluíssem as cadeiras optativas e em que se fundisse o que nós definimos como cadeiras de Micro/Macroeconomia com as cadeiras de Técnicas Quantitativas, o resultado seria ainda superior: 44,48%. Note-se ainda nas «abordagens quantitativas (matemáticas, estatísticas, da econometria, da análise de dados), que pesam em cerca de 20% do total dos ensinamentos dispensados» (PEPS, 2013:8), o que é inferior ao caso português, uma vez que as Técnicas Quantitativas, se não se considerarem as Optativas, perfazem um total de 25,5% do total do currículo.

Técnicas Quantitativas. Também o peso das Abordagens Refletivas é bastante aproximado (5% em França para 7% em Portugal).

Tudo o mais difere do nosso *case-study* português: as Abordagens Temáticas, com 12% face aos 25% em Portugal, não estão, de todo, na luta pelo primeiro lugar, mas o surpreendente é que não estão também na corrida pelo segundo ou terceiro lugar, já que, nestes lugares, figuram a Gestão (14% em França e 13% em Portugal) e – não deixando de provocar admiração – as Técnicas de Expressão (14%), que mal conseguem encontrar alguma visibilidade em Portugal, que demonstram apenas 0,13% do total dos currículos. As diferenças podem também ser encontradas na importância atribuída à Profissionalização (3% para 0,7% em Portugal) e à Interdisciplinaridade que tem o dobro do peso em Portugal.

É caso para dizer que, se a França está à frente de Portugal em muita coisa, a tecnicização da economia é certamente uma delas. Resta é saber se será à frente ou que frente é essa.

No Gráfico 11, verificamos que as universidades que exibem um currículo mais homogêneo quanto ao peso de cada tipologia são as universidades de Bordéus e de Nantes, ao passo que as que se encontram «dominadas» por uma tipologia são: Universidade de Toulouse e Lille II (Técnicas Quantitativas), Mulhouse (Gestão) e Paris 7 (Abordagens Refletivas). É importante, também, que se observe que, comparando com o caso português, no qual existe uma grande homogeneidade entre as Universidades, França demonstra uma maior diversidade de tipos de Universidade, existindo, como já dissemos, algumas que se encontram em polos opostos.

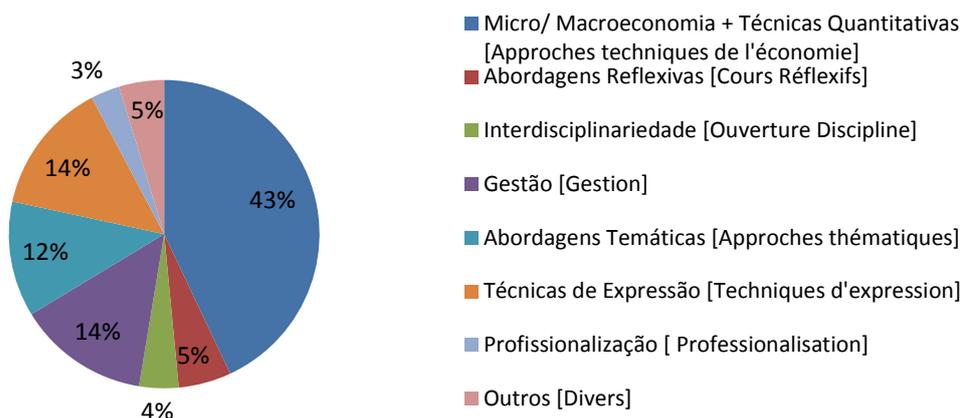


Gráfico 10 – Distribuição dos ECTS por tipologia pelas universidades francesas (Fonte: PEPS (2013:9))

O Ideólogo com Pele de Tecnocrata

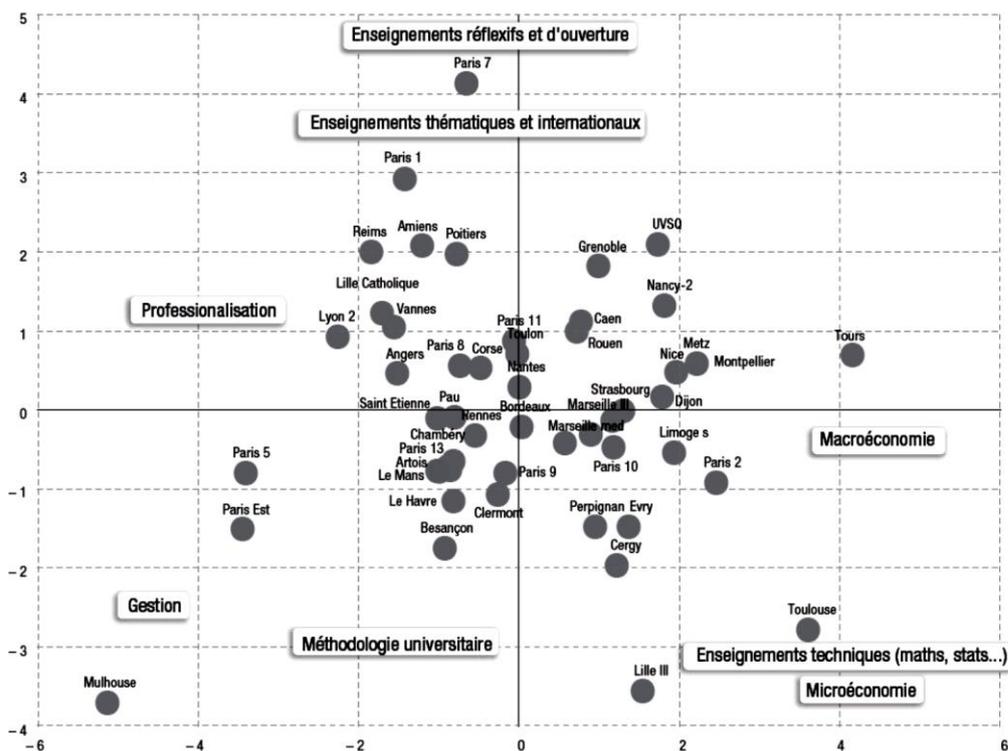


Gráfico 11 – Distribuição das universidades francesas por tipologia de cadeiras com maior peso dos seus currícula (Fonte: PEPS (2013: 20))

No caso da LSE, haverá que ter em conta que o número de cadeiras é muito mais reduzido do que aquele que encontramos em Portugal, pois em vez das aproximadamente 30 cadeiras, lidamos apenas com 14, sendo que dessas apenas 6 são obrigatórias. Devido a esta grande diferença, apresentamos os Gráficos 12 e 13 em número de cadeiras e não em percentagem, para que essa disparidade em relação a Portugal possa ser mais imediatamente perceptível.

A LSE apresenta, assim, um currículo no qual mais de metade das cadeiras são de opção do estudante, isto é, ele poderá determinar e diferenciar a sua licenciatura de forma muito mais clara do que é possível ao aluno português.

Na LSE, muito embora metade das seis cadeiras obrigatórias sejam Técnicas Quantitativas, dentro da panóplia de cadeiras de opção, esta tipologia, com 21%, fica bem longe do valor que as Abordagens Temáticas apresentam, 59%. Acautele-se que, não estamos a querer significar que a técnica tem pouco relevo na LSE, o que seria incorreto pois ela sobressai (possuindo 3 cadeiras de entre as 6 cadeiras obrigatórias) juntamente com a Micro/Macroeconomia (que detém 2 cadeiras) e as Abordagens Refletivas (que se revela através de uma cadeira, de entre as obrigatórias), o que denota a importância atribuída às áreas

técnicas no âmbito das cadeiras obrigatórias para que se possa concluir a licenciatura⁸⁰; estamos apenas a referir o facto de nas 8 cadeiras que pode escolher, o estudante terá essencialmente disciplinas de Abordagens Temáticas. Saliente-se, por fim, o reduzido peso da Gestão, da Interdisciplinaridade e das Abordagens Refletivas no seio das Optativas, bem como a inexistência, quase à semelhança de Portugal, de Técnicas de Expressão e Profissionalização.

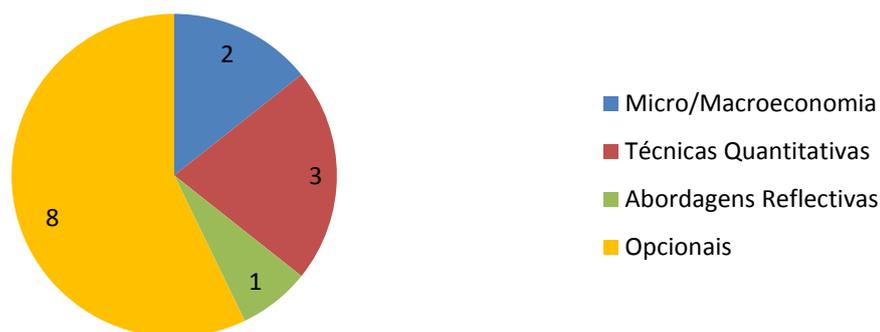


Gráfico 12 – Distribuição das cadeiras por tipologia na London School of Economics

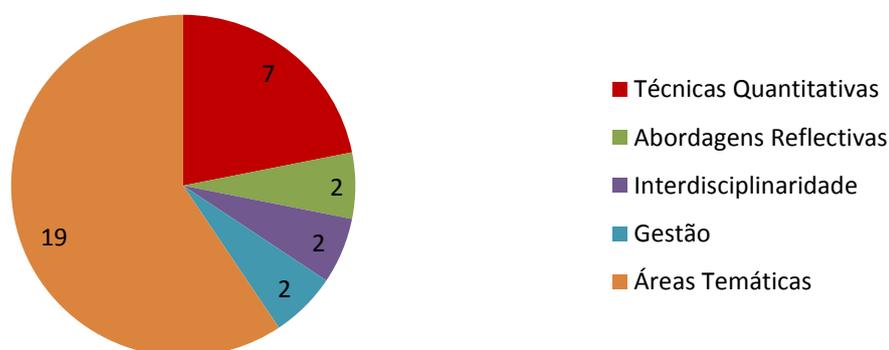


Gráfico 13 - Distribuição das cadeiras opcionais por tipologia na London School of Economics

Ora, se o sistema da LSE era diferente do português, o de Harvard é ainda mais. A universidade norte-americana funciona numa lógica de liberdade quase total de escolha das cadeiras por parte dos alunos: cada departamento dentro da universidade oferece uma quantidade de cadeiras da sua área ou de áreas que considere adjacentes, cabendo ao aluno fazer as suas opções, para que no final se possa designar um *major* em economia ou um *concentrate in economics*, como é apelidado em Harvard. Dentro das cadeiras oferecidas, terá

⁸⁰ O grau académico de licenciatura corresponde, no panorama anglo-saxónico, ao Bachelor's Degree, vulgo BA Degree.

de completar cadeiras nas áreas de teoria económica, temas de economia e matemática, que terão de corresponder a uma certa avaliação mínima, que é revista anualmente, tendo em conta os anos anteriores.

Posto isto, olhando para o Gráfico 14, reconhecemos bastantes características da LSE, e tentando-o comparar ao caso português, reparamos que difere em quase tudo. A fatia que pertence às Abordagens Temáticas⁸¹, perfaz 55% das cadeiras oferecidas, mais do quántuplo das cadeiras de Técnicas Quantitativas (10%), sendo também surpreendente o facto de o peso da tipologia de Abordagens Refletivas (19%) ser quase o dobro dessas. Note-se, também, que o peso da Micro/Macroeconomia (10%) não é muito exacerbado face às demais tipologias e que não é dado espaço a cadeiras de Técnicas de Expressão, Profissionalização ou de Gestão, sendo que estas últimas não configuram das áreas lecionadas porque são objeto de outro departamento (o departamento de *Management* ou Gestão), no qual os alunos poderão frequentar essas cadeiras.

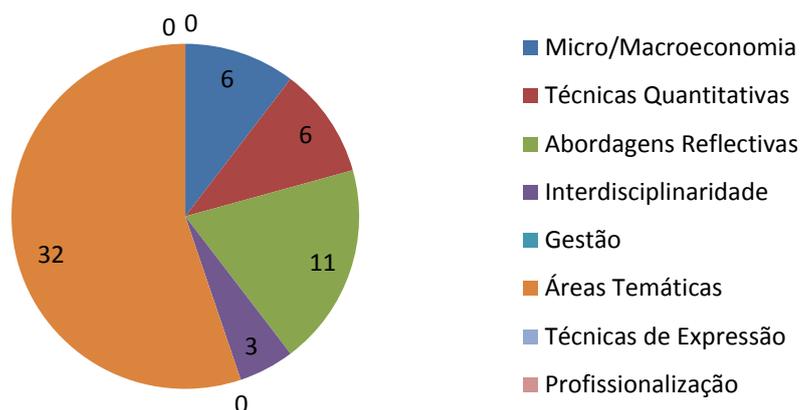


Gráfico 14 - Distribuição das cadeiras por tipologia na Harvard University

Visto como está o «mundo», é fundamental que façamos um reparo ao que foi anteriormente dito: dizíamos nós, por ser o repetidamente afirmado, que a universidade portuguesa corre para reproduzir o que o mundo anglo-saxónico faz. Sabemos agora que tal está muito distante da verdade, que as suas diferenças são gritantes, que as áreas mais privilegiadas nesse ensino, são as que em Portugal, continuamente, se relegam para segundo

⁸¹ Há que ressaltar que, a par com o superior peso que representam, comparativamente com Portugal, também a diversidade de cadeiras que se encontram no seio desta tipologia é superior, podendo ser encontradas algumas cadeiras referentes à Economia do Desenvolvimento, bem como cadeiras dentro dos temas da economia da saúde, do trabalho, da imigração, da integração europeia e da família.

plano, que a interdisciplinaridade vive nesses currículos – resta saber se vive o pluralismo também.

Portugal tenta realmente reproduzir algo que se faz «lá fora»; caminha a passos largos para o mundo francófono e, talvez, para aquilo que o anglo-saxónico foi em tempos, mas não para o que é hoje.

iii) O ensino face à problemática da tecnicização da ciência económica.

O que é que nos demonstram estes resultados? Sem grande surpresa, indicam-nos, pelo menos em Portugal e em França, que aquilo que se passa na ciência económica se reflete no ensino, ou melhor, socorrendo-nos mais uma vez da ideia de Soros (2010) de reflexividade, podemos aqui vislumbrar um certo ciclo, quiçá vicioso, entre a ciência económica e o ensino superior, o que tem vindo a fortalecer o processo de tecnicização da ciência económica e do ensino.

Exposta que está a situação atual do ensino da ciência económica resta-nos agora interrogar quais os seus problemas, mais especificamente, que problemas revela à luz daquilo que é o nosso objeto de estudo, à luz da problemática do que é a ciência económica, e como tal, do que deveria ser ensinado na licenciatura em economia.

Como pudemos observar anteriormente, existe uma tendência para a tecnicização do ensino da economia, que o separa progressivamente do seu próprio objeto de estudo. As técnicas quantitativas têm um papel preponderante nos currículos, a microeconomia e a macroeconomia estão muito perto, como é defendido por PEPS (2013), de serem reduzidas, também elas, a meras disciplinas técnicas, a compostos de modelos, afastando-se da realidade, afastando-se da própria ciência económica.

Ora, tal afastamento não tem passado despercebido, nem à comunidade científica, nem ao próprio público-alvo deste ensino: os estudantes de licenciatura. Como ilustração disto, podemos apontar o movimento⁸² PAE (Post-Autistic Economics) que «em França, em junho de 2000, (...) publicou uma petição na *web* a protestar contra a falta de realismo no ensino da economia; contra o “uso incontroado” da economia e o tratamento da matemática como “um fim em si”, com o resultado de que a economia se tornou uma “ciência autista”, perdida em mundos imaginários; contra a dominação repressiva da teoria neoclássica e as abordagens derivadas dela no currículo da economia universitária; e o estilo dogmático de ensino de

⁸² A par com este movimento, há também que referir o trabalho do WEA (World Economics Association) que foi incansável no debate deste tema, quer através das suas publicações, quer através das conferências que organiza.

economia que não deixa espaço para o pensamento crítico e reflexivo» (Fullbrook, 2002:14). Clamava-se, já então, por um novo ensino da economia, por um regresso à ciência económica e pelo tratamento correto do neoliberalismo e das teorias neoclássicas, isto é, claro que estas pertencem aos currículos académicos, mas o contrário – os currículos académicos pertencerem-lhes – é que, de todo, não deverá ser assumido como uma verdade.

Toda a desadequação da ciência económica com a realidade tornou-se muito mais clara com a crise de 2008: desligou-se da realidade, numa atitude típica da personagem das tiras de Mafalda de Quino, a Susaninha, que confrontada com os problemas que assolavam o mundo, se recostava e suspirava: «Ainda bem que o mundo é lá tão longe!». Mas o mundo não é assim tão longe. Aliás, como já referimos, a ciência económica tem um papel fulcral, não só na análise do mundo, como na ação que imprime nele, devido à sua reflexividade. As mesmas técnicas provadamente falhadas, continuaram a ser lecionadas, salvo o pontual acerto de «contas», para que não fosse tão gritante. Já Alfred Marshall, aqui citado por Reardon (2012:2), afirmara que as «condições económicas estão a mudar constantemente e cada geração olha para os seus próprios problemas na sua maneira própria», embora pareça que não se tivesse atentado muito à mudança das condições, conquanto se continue a ensinar como se o mundo tivesse permanecido exatamente igual. Se assim é, se está igual, se não se assume que algumas das teorias dos modelos sustentados pela maioria dos economistas falharam, também isso nos diz muito sobre a incapacidade dos economistas de analisar o mundo.

O certo é que não houve uma real readequação do ensino da economia. «É apenas um ligeiro exagero dizer que os estudantes são ensinados como se nada tivesse mudado nos últimos cinco anos» (Coyle, 2013:2), o mundo mudou mas o ensino não quis ver essa mudança, ou por outra, não fez sequer um exercício de *mea culpa* acerca do sucedido.

Mais uma vez, houve quem não se consignasse⁸³ e, no manifesto anti-Mankiw, como ficou célebre, em novembro de 2011, os alunos de Harvard escreviam que os «licenciados de Harvard desempenham papéis importantes nas instituições financeiras e na configuração da política pública em todos o mundo. Se Harvard não conseguir equipar os seus estudantes com uma vasta e crítica compreensão da economia, as suas ações tenderão a causar dano ao sistema financeiro global. Os últimos cinco anos de turbulência económica têm sido prova

⁸³ Esta questão prima pela sua atualidade e aparece como tema de debates e conferências, como é o caso das conferências realizadas pelo ESF (European Science Foundation), em Junho de 2012 e Fevereiro de 2013, sob os títulos «The Resilience of Neoliberalism in Europe» e «Making Europe: The Social Sciences and the Production of European Integrations», respectivamente.

bastante disto», demonstrando, desta forma, a sua compreensão da responsabilidade imputada aos economistas e do papel reflexivo que a ciência económica detém.

Se levantámos já o problema da distanciação da ciência económica da realidade, há também que notar o afastamento da própria ciência económica em relação ao ensino, especialmente do ensino ao nível da licenciatura. Queremos com isto dizer que, embora de forma minoritária, existem ramos da ciência económica que estão em contraste com a «ideologia técnica» das correntes neoliberais, que se apresentam como heterodoxias no seio da ciência económica, mas que essas áreas acabam por não conseguir chegar à esfera das licenciaturas. «Embora a investigação excitante tenha há muito estado na raiz da economia comportamental, na economia institucional e na economia do desenvolvimento e na agenda do bem-estar, isto não ganhou grande relevância no currículo básico» (Coyle, 2013:1), o que acaba por condicionar, não só a sua difusão – a difusão de novos pontos de vista acerca do problema económico –, como também a própria existência destes ramos, pois «quem não vê, é como quem não sente», isto é, não se poderá esperar que haja florescimento de áreas da economia com que os alunos só se deparam – quando chegam a deparar-se – ou numa fase mais avançada do seu percurso académico (para aqueles que decidem prosseguir nos seus estudos e investigações) ou aqueles que decidiram investigar estas áreas à margem do seu currículo. Claro que deve a investigação ser parte importante da vida de um estudante de licenciatura, mas esta é normalmente feita no parâmetro do seu currículo, e o afastamento que tem sido imposto às correntes heterodoxas do âmbito das licenciaturas é de tal forma grande que, no limite, é tão plausível esperar que um aluno de economia esteja a par dessas investigações como dos avanços na física quântica – até poderá saber, mas é coisa do acaso.

A falta de pluralismo no ensino da economia é mais grave, pois não se trata de haver uma fraca articulação com as disciplinas vizinhas: a falta de pluralismo revela-se dentro da própria economia, sendo lecionada uma visão parcelar da economia, de uma só corrente – sendo ainda pouco pluralista dentro dela. Mesmo nessa corrente, a falta de disciplinas refletivas que observamos não priva os alunos apenas (como se tal não fosse suficientemente grave) da observância de outras visões económicas; priva-os, sim, de uma capacidade de compreender verdadeiramente o paradigma neoliberal, pois dos seus autores quase que se limitam a aprender os modelos, a técnica que deles pode ser extraída ou que estes descreveram. E se não se compreender a teoria, a ideologia que neles está, não se pode, de forma intelectualmente honesta, concordar ou discordar, apenas se reproduz. Fossem estes currículos um «maquiavélico plano» consciente e propositado dos economistas neoliberais, o que não cremos de todo em todo ser, e eles seriam um péssimo plano, uma vez que, no evoluir dos

anos, levaria à queda do neoliberalismo, pela falta de capacidade de defesa que os futuros técnicos do neoliberalismo terão face a uma coisa que nem compreendem, nem tampouco concordam ou discordam, apenas se limitam a executar.

Muitas vezes, porém, este tipo currículos é defendido com o argumento de ser aquilo que o mercado de trabalho pede: técnicos. Sobre este tema existem várias objeções que são necessárias serem feitas.

Primeiro, não nos parece razoável aceitar que a ciência económica seja totalmente subjugada ao que são as supostas exigências do mundo empresarial (ou de um setor público tecnicizado) – onde está a tal objetividade e imparcialidade que os economistas tanto clamam? – até porque isso limita a evolução da ciência económica: a formação de meros técnicos, embora possa resultar para a solução dos problemas imediatos, limita, ou melhor, arranca pela raiz a capacidade de questionamento e de problematização (e resolução) dos desafios futuros, num futuro até bem próximo. A esta objeção liga-se, portanto, aquilo que deve ser o ensino superior, pois ele não terá como função exclusiva, nem talvez sequer prioritária, a formação profissional dos seus alunos. O objetivo fundamental da Academia deverá ser, então, o conhecimento; neste caso, o conhecimento da ciência económica. Não estamos, no entanto, a afirmar que este deve estar desligado do mundo, e nesse mundo, claro está, estará também o mercado profissional. «A identidade do ensino superior não necessita de ser escorada numa essência metafísica, constituindo a resistência crítica a dadas práticas e a dados discursos, mas uma boa base a partir da qual é possível pensar o ‘superior’ deste tipo de educação. Não se pretende, pois, assumir o papel do filósofo-rei, denunciado por Clark (1996), mas o de contribuir para o dissenso crítico em relação, por exemplo, ao pós-modernista *anything goes*» (Magalhães, 2006:35). É importante haver uma conexão entre as universidades e as empresas. Essa conexão não significa que o ensino superior se converta numa rampa de lançamento que aterre apenas no mundo empresarial preexistente, deverá antes ser um trampolim para o mundo.

Segundo, uma economia que pretenda criar técnicos, já perdeu, pois quer concorrer num ramo que não é o seu, isto é, o estudante de economia, no limite, não terá grandes hipóteses nesse mercado de trabalho para o qual a sua educação superior foi moldada: não só não é verdadeiro economista, como não é técnico suficientemente bom, face àqueles que tiveram uma formação na área das ciências exatas, que terão um melhor desempenho na «área técnica» da economia. Existe mesmo quem defenda que este tipo de ensino conduz a não só «a obstinada ignorância das ciências sociais [mas também das] ciências físicas, em particular

da física e da matemática» (Reardon, 2012:6), o que significará que esta técnica não os reveste, de facto, da ciência exata.

Terceiro, e talvez mais importante, nada garante que o mercado queira realmente economistas que sejam técnicos. Segundo Coyle (2013:3), os empregadores de economistas apontam como falhas destes não terem conhecimento prático acerca dos dados que tratam, a sua incapacidade de traduzir resultados técnicos em informação para não-economistas, o facto de não compreenderem as limitações dos modelos económicos, a falta de pluralismo no seu conhecimento e a sua dificuldade em combinar raciocínio dedutivo e indutivo. Quer isto dizer que o embuste para os estudantes de economia é quase total: formam-nos como se forma muito técnico sob o nome da ciência económica, garantindo-lhes uma posterior adequação ao mercado que também falha.

* * *

É claro que o mercado necessita de técnicos, mas não deve esperar, nem espera, encontrar esses técnicos sob a pele se pretensos economistas.

Explanada a problemática, pensamos que nos falta apenas apontar algumas das sugestões de resolução do problema, tendo sempre em conta que «não existe só um caminho para a verdade em economia. Nem existe apenas uma via correta para ensinar economia. Pelo contrário, cada abordagem ajuda ao conjunto. Os estudantes, no entanto, aprendem mais e ficam com uma imagem mais simpática do assunto, se a sua formação económica se basear na realidade» (Rankin, 2002:13).

Autores como Reardon (2012) ou Fullbrook (2002) pensam que a solução terá de passar pela adoção de uma metodologia mais pluralista, porque através desta se assegura a vitalidade e a inovação (até pelo fluxo de ideias que proporciona); porque é consistente com a democracia, e a democracia das ideias é aquilo que deverá corresponder ao ideal de universidade; porque permite aos alunos confrontar diferentes pontos de vista, e optar pelo seu; porque não existe um paradigma que possa realmente reivindicar a sua universalidade; porque melhora as capacidades de aprendizagem dos alunos (a ideia de um ensino mais *well-rounded*); porque é capaz de gerar paixão pela economia (o que um ensino monista não alcança, conseguindo apenas, quando muito, uma ligação profunda a um paradigma, que se explica pelo desconhecimento de qualquer contraditório); e porque deve a economia estar preocupada em melhorar o mundo e, para tal, há que ter uma noção de justiça, de valores acerca dele.

A melhor solução que podemos apontar é que se ensine, verdadeiramente, ciência económica. Como julgamos ter vindo a demonstrar até aqui, a ciência económica é uma ciência social, é valorativa – e é isto verdade para as correntes mais *mainstream* e para as mais heterodoxas – e está pejada de ideologia que deve ser desmascarada. Deverão por isso estar presente nos currículos, e de forma notória, as ideias económicas, desde a sua história, a sua filosofia, a sua sociologia, até às suas teorias, ideologias e modelizações.

Deverão abolir-se as áreas matemáticas da economia? Deverão suprimir-se as técnicas quantitativas? Não, mas deverá porventura haver uma redução do seu peso e, mais importante, deverá haver um redobrado cuidado com elas, no sentido de demonstrar o que está para além do modelo, até porque «mesmo se todas as teorias e modelos forem falsos, uma vez que simplificam, podem ainda servir a nossa busca da verdade. Mas não podem ser irrealistas ou falsas à força. A falsidade e o irrealismo têm de ser qualificados» (Syll, 2013:2).

Conclusão

Somos, agora, chegados ao fim desta investigação. No entanto, jamais poder-se-ia apelidar de investigação, se não buscasse atingir uma conclusão, ou várias conclusões. Muito embora, tenha sido nosso objetivo ir deixando claras as conclusões retiradas, no decorrer do trabalho, cabem agora as conclusões finais, que são mais do que a soma das partes, juntamente com o mencionar de algumas das lacunas, as que nos são conscientes e por demais presentes, e o apontar de problemáticas futuras. Diz-se que, em tempo de guerra, não se limpam armas: é por isso que, finda que está a nossa guerra, a nossa análise da questão a que nos propusemos, temos agora o dever de limpar as tais conclusões que estão já no seio do trabalho.

Limpemos, então, as armas.

A ciência económica, pela mão das suas correntes *mainstream*, e na ânsia de se destacar das demais ciências sociais e de se firmar no plano científico, procurou revestir-se da objetividade característica das ciências exatas, ignorando que tal não era. Procurou ligar-se completamente à racionalidade, através da aderência ao paradigma da escolha racional, pois via neste uma possibilidade de observação objetiva, isto é, de tornar o agente que observava em racional, o que tornaria – como por osmose – a sua observação também racional e, portanto, julgavam-na que mais objetiva. Infelizmente, para o paradigma, a realidade teimava em apresentar um agente mais complexo, que podia não ser puramente racional, nem sequer instrumentalmente racional.

A objetividade é uma característica da maior importância para as ciências e a própria definição de Robbins (1932) apontava esse caminho. No entanto, a objetividade é um conceito de alcance complexo e que se permite a inúmeras confusões, sendo a mais fatal de todas a colagem deste à expurga de considerações valorativas: a julgar por autores como Myrdal, o próprio método científico – aquilo que permite a ciência – está assente na existência de uma estrutura conceptual e teórica *a priori*, o que quer dizer que as apreciações de valor são parte inerente da ciência, parte das questões que coloca; o contrário disto seria o caos. Mas não é apenas nas perguntas e no método que usa, que a ciência económica acolhe valorações – elas estão também presentes nos resultados, nas conclusões que retira da realidade observada.

Dizemos que as valorações estão também presentes nos resultados, não só pela influência do método, mas pela característica reflexiva, em relação à realidade, da ciência económica. Ela não pode requerer a objetividade dos resultados das ciências exatas porque a sua questão é

humana, o que faz que o seu pensamento seja parte do assunto e tem, por isso, uma função cognitiva e manipulativa da realidade que analisa.

Outra das confusões com a qual a ciência económica se viu a braços foi a interpretação que fez do debate do positivismo e dos limites deste, que parece não ter compreendido. Como nos diz Putman e Walsh (2012:1), neste assunto «os economistas capturaram uma ideia vital (como ela lhes parecia) e seguiram com ela», ignorando posições diferentes que apontavam para a possibilidade de discussão racional dos valores, que os retirava de um campo da total ininteligibilidade, ao mesmo tempo que lhe atribuíam capacidade de integrar alguma objetividade, afastando-os da completa subjetividade.

Nesta busca pelo *value-free*, e tendo em conta a capacidade reflexiva da ciência económica e dos seus impactes na realidade, esta fica mais próxima da imoralidade do que da amoralidade, que tanto persegue, uma vez que, não conseguindo atingir a amoralidade, e fugindo, de forma inconsequente, à ética, se torna refém de considerações acerca da realidade que ficam no limiar da imoralidade.

Vendo a sua possibilidade de exatidão como um horizonte cada vez mais longínquo, ou por outra, embora, tendencialmente, ignorando os problemas que o afastavam dessa exatidão, a ciência económica vira-se para a matematização e para a técnica, melhor, para o aperfeiçoamento e sequente alargamento do espectro da técnica, assumindo, de forma errónea, que estes seriam imunes às considerações valorativas e ideológicas. Ora, como tal não se verifica, estes apenas são mais um logro com que a ciência económica se depara, tendo, no entanto, uma séria agravante: o facto de serem o disfarce ideal para impor cargas valorativas e ideológicas, e como tal, discutíveis, à ciência económica, ao mesmo tempo que impedirem o seu debate do alto da sua suposta exatidão e *value-free*.

Já se adivinha, então, que a separação entre dois tipos de posições acerca do problema económico, o separar de águas entre a economia positiva e a economia normativa, não só não resolve o problema da objetividade, como deixa desprotegida a ciência económica, uma vez que relegando esta para uma posição positiva que não se realiza, abre as portas para que a ideologia a assalte, fazendo-se passar por uma questão supostamente objetiva: as técnicas quantitativas e a modelização.

Por estas razões, é que fazemos o apelo para que se regresse à análise da teoria económica, principalmente, se a partir dela se criam modelos e técnicas que tornem pouco inteligíveis, ou mesmo de impossível compreensão, os valores que nelas estão plasmados.

Foi com esse objetivo, que nos prestámos à análise e confronto de teorias que por vezes são apontadas como *value-free*, nas quais encontramos diversas questões, não só valorativas

mas até ideológicas, que são necessárias trazer ao debate da ciência económica, se queremos uma ciência que se possa assim chamar e que seja responsável no seu impacte na realidade. Urge um regresso aos fundamentos teóricos da economia e urge que se retire a capa técnica, quando esta serve para toldar o reconhecimento de debate.

Se assim não for, continuaremos a assistir, de forma mais ou menos impávida, à penetração desta forma técnica da ciência económica no ensino da economia, que é uma forma de ela própria se fortalecer, devido à relação circular entre a ciência económica e o seu ensino.

Como observámos no *case-study* português, este é já um problema atual que nos pode ser revelado através dos planos curriculares presentes e da evolução destes: ainda que as Abordagens Temáticas surjam como a maior «fatia» destes currículos, existe, cada vez mais, uma preponderância para as Técnicas Quantitativas; uma tecnicização das cadeiras de Micro/Macroeconomia, a par com uma homogeneidade dos seus conteúdos programáticos e da sua bibliografia, que não são capazes de demonstrar o pluralismo das investigações feitas na ciência económica; e uma fraca importância atribuída a Abordagens Refletivas e à Interdisciplinaridade.

As licenciaturas de Economia em Portugal, com as devidas exceções à regra, estão cada vez mais a ensinar técnica económica na vez de ciência económica, porque limitam a compreensão da teoria, das valorações subjacentes e da ideologia latente, restringindo a possibilidade de debate intelectualmente honesto, dando-lhe apenas a possibilidade de reproduzir os modelos aprendidos.

De forma inconsciente – não julgamos ser parte de um plano elaborado – está-se a proteger a continuidade da técnica, ao mesmo tempo que se acena de lenço branco à ciência, o que, no limite, porá também em causa a própria técnica, já que esta tem uma natureza mais precível do que a ciência e deixará de se poder apoiar na ciência para se fazer valer.

Poderia dar-se o caso improvável de este ser um problema do panorama português, mas se este está numa situação distante dos exemplos da London School of Economics e da Universidade de Harvard, o caso português encontra-se bem colado àquilo que é o panorama francês. A tecnicização do ensino da Economia não é um caminho para o mundo anglo-saxónico, como é apresentada, pelo menos, não para o atual.

Por tudo isto, é importante que se repense o plano de estudos das licenciaturas e os conteúdos programáticos das cadeiras, tendo sempre em vista que o pluralismo no ensino é um mecanismo fundamental para a abertura de debate científico.

Infelizmente, por nossa parte, deparámo-nos com alguns entraves à nossa investigação. Não cremos, no entanto, que tal a torne inválida e desprovida de interesse para as considerações que nos propusemos fazer.

A nossa investigação tem, conscientemente, algumas lacunas que gostaríamos de apontar como motivo de investigações futuras. Exemplo disso é a hipótese de haver uma progressiva tecnicização da forma como são lecionadas as cadeiras da tipologia de Abordagens temáticas; a possibilidade de haver uma ponte entre aquilo que são os planos atuais, portugueses e franceses, com os que foram em tempos os anglo-saxónico; a situação do ensino e da investigação económica no período pós-licenciatura; o papel do ensino da economia no seio de outras licenciaturas; e o qual a importância que os rankings e os financiamentos à investigação detém na estipulação do rumo da ciência económica.

Como tentámos sempre demonstrar, a ciência económica, por mais esforços que haja nesse sentido, não se encontra encerrada numa torre de marfim e, por isso, toda a matéria que, no decurso desta investigação, tentámos trazer à colação, reflete na realidade económica e social.

Terminamos com um aviso que, não sendo nosso, é também nosso, pois já o filósofo Søren Kierkegaard avisava para se ter cuidado com os falsos profetas que se apresentam com pele de lobo quando por dentro são cordeiros, pois são tão, ou mais, perigosos que os lobos em pele de cordeiro. O mesmo se pode dizer acerca dos economistas que se apresentam como técnicos quando são, na verdade, profundos ideólogos.

Fontes

1) Planos de Estudos:

Plano de estudos do ISCTE-IUL no ano lectivo de 2012/2013

Plano de estudos da Universidade do Açores no ano lectivo de 2012/2013

Plano de estudos da Universidade da Beira Interior no ano lectivo de 2012/2013

Plano de estudos da Universidade de Évora no ano lectivo de 2012/2013

Plano de estudos da Universidade do Minho no ano lectivo de 2012/2013

Plano de estudos da Universidade do Porto no ano lectivo de 2012/2013

Plano de estudos do ISEG-UTL no ano lectivo de 1990/1991, 1997/1998, 2003/2004, 2007/2008, 2012/2013

Plano de estudos da Universidade de Aveiro no ano lectivo de 2012/2013

Plano de estudos da Universidade do Algarve no ano lectivo de 2012/2013

Plano de estudos da Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1995/1996, 2012/2013

Plano de estudos na Universidade da Madeira no ano lectivo de 2012/2013

Plano de estudos na Universidade Nova de Lisboa no ano lectivo de 2012/2013

Plano de estudos na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro no ano lectivo de 2012/2013

Plano de estudos na Universidade Católica de Lisboa no ano lectivo de 2012/2013

Plano de estudos na Universidade Católica do Porto no ano lectivo de 2012/2013

2) Diário da República, II Série, nº215 de 18 de Setembro de 1986

nº 211 de 14 de Setembro de 1987

nº 180 de 3 de Agosto de 1993

nº153 de 5 de Julho de 1994

nº99 de 28 de Abril de 1999

nº281 de 5 de Dezembro de 1998

nº124 de 29 de Maio de 2003

nº73 de 26 de Março de 2004

nº3 de 5 de Janeiro 2005

nº181 de 19 de Setembro de 2006

nº176 de 12 de Setembro de 2007

nº146 de 30 de Julho de 2008

nº133 de 13 de Julho de 2009

Bibliografia

- Aristóteles (2006 [s.a]), *Ética a Nicómaco*, Lisboa, Quetzal Editores
- Bausmans, Marcel (2005), *How Economists Model the World Into Numbers*, London Routledge
- Benmelech, Efraim e Claude Berrebi (2007), «Human Capital and the Productivity of Suicide Bombers», *Journal of Economic Perspectives*, 21(3), pp. 223-238
- Bentham (1982 [1789]), *Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, Glasgow, Fount Paperbacks
- Block, Walter (1975), «Value Freedom in Economics», *The American Economist*, 19, pp. 38-41
- C. Caldas, José (2011), «Esta Economia Para Quê?» em Reis, José e João Rodrigues (orgs.), *Portugal e a Europa em Crise: Para Acabar com a Economia de Austeridade*, Lisboa, Actual.
- C. Caldas, José e Victor Neves (2012), «The Meaning of Objectivity: What can we learn from Robbins and Myrdal?» em C.Caldas, José e Victor Neves (orgs.), *Facts, Values and Objectivity in Economics*, London, Routledge
- C. Caldas, José *et al.*(2007), «Rethinking Economics : The Potencial Contribution of the Classics», *Cambridge Journal of Economics*, 31, pp. 25-40
- Callon, Michel (1998), *The Laws of the Markets*, London, Routledge
- Callon, Michel (2007), «What does it Means to Say That Economics is Performative?» em Muniesa, Fabian *et al.* (eds.), *Do Economists Make Markets: On the Performativity of Economics*, New Jersey, Princeton University Press
- Centemeri, Laura (2012), «The Contribution of the Sociology of Quantification to a Discussion of Objectivity in Economics» em C.Caldas, José e Victor Neves (orgs.), *Facts, Values and Objectivity in Economics*, London, Routledge
- Chamberlim, William H. (1937), *A False Utopia*, New York, The Macmillan Company
- Christophers, Brett (2012), «Games and Prizes in the Economic (and Geographical?) Performance of Markets: Nobel, Shapley, and Roth», *Environment and Planning*, 44, pp. 2542-2545
- Coyle, Diane (2013), «The State of Economics and the Education of Economists», comunicação apresentada nas *Conferências World Economics Association, The Economics Curriculum: Towards a Radical Reformation*, em Março de 2013.

- Dow, Sheila (2012), «Moral Hazard and the Banking Crisis» em C.Caldas, José e Victor Neves (orgs.), *Facts, Values and Objectivity in Economics*, London, Routledge
- Drakopoulos, Stavros A. (1997), «Origins and Development of the Trend Towards Value-Free Economics», *Munich Personal RePEc Archive*, pp.1-18, disponível em <http://mpira.ub.uni-muenchen.de/15245>
- Espada, João Carlos (2004), *Direitos Sociais de Cidadania: Uma crítica a F.A. Hayek e Raymond Plant*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda
- Friedman, Michael (2001), *Dynamics of Reason*, CSLI Publications
- Fullbrook, Edward (2002), «The Post-Autistic Economics Movement: A Brief History», *Journal of Australian Political Economy*, 50, pp. 15-23
- Guala, Francesco (2006), «Has Game Theory Been Refuted?», *Journal of Philosophy*, 103, pp. 239-263
- Gutenschwager, Gerald (2012), «Is Economics a Value Free Science?», comunicação apresentada nas *Conferências World Economics Association, Economics and Society: The Ethical Dimension*, em Fevereiro de 2012
- Hands, D. Wade (2007), «The Future of Economics?», *Register Lecture*, University of Puget Sound, pp. 1-17, disponível em <http://ssrn.com/abstract=1076818>
- Hands, D. Wade (2012), «The Positive-Normative Dichotomy and Economics» em Mäki, Uskali (ed.), *Philosophy of Economics*, Amsterdam, Elsevier
- Hanfling, Oswald (2013), «Logical Positivism» em Shanker, Stuart et al. *Routledge History of Philosophy*, London, Routledge
- Hausman, Daniel e Michael McPhearson (1996), *Economic Analysis and Moral Philosophy*, Cambridge, Cambridge University Press
- Hayek, Friedrich (1960), *Constitution of Liberty*, London, Routledge
- Hayek, Friedrich (1976), *Law, Legislation and Liberty*, London, Routledge
- Hayek, Friedrich (2009 [1944]), *O Caminho para a Servidão*, Lisboa. Edições 70
- Hume, David (1739), *A Treatise of Human Nature*, Oxford, Clarendon Press
- Jackson, Matthew (2013), «Economic Engineering and the Design of Matching Markets: The Contributions of Alvin E. Roth», *The Scandinavian Journal of Economics*, 111(3), pp. 619-639
- Johnson, Eric J. e Daniel Goldstein (2003), «Do Defaults Save Lives?», *Science Magazine*, 302, pp. 1338-1339

- Koslowski (1993), *The Good and the Economical: ethical choices in economics and management*, Berlin, Springer-Verlag
- Krugman, Paul (2009), «How Did Economists Get it So Wrong?», publicado em *New York Times*, a 2 de Setembro de 2009
- Laughlin, J. Laurence (1885), *Principles of Political Economy*, London, The Project Guttenberg
- Mill, John Stuart (1885), *Principles of Political Economy*, London, The Project Guttenberg
- Mill, John Stuart (2005 [1871]), *O Utilitarismo*, Lisboa, Gradiva
- Mill, John Stuart (2010 [1959]), *Sobre a Liberdade*, Lisboa, Edições 70
- Miller Jr., Fred (1983), «Rationality and Freedom in Aristotle and Hayek», *Reason Papers*, 9, pp. 29-36
- Mirowski e Nik-Khah (2007), «Markets Made Flesh: Performativity, and a Problem in Science Studies, augmented with Consideration of the FCC Auctions» em em Muniesa, Fabian et al. (eds.), *Do Economists Make Markets: On the Performativity of Economics*, New Jersey, Princeton University Press
- Muniesa, Fabian e Michel Callon (2008), «La Perfomativité des Sciences Économiques», *Centre de Sociologie de L'Innovation*, 10, pp. 1-23
- Myrdal, Gunnar (1969), *Objectivity in Social Research*, London, Pantheon Books.
- Myrdal, Gunnar (1990 [1930]), *The Political Element in the Development of Economic Theory*, London, Transaction Publishers
- Nik-Khah (2006), «What the FCC Auctions Can Tell Us About The Performativity Thesis», *Economic Sociology*, 7 (2), pp. 15-21
- Nussbaum, Martha (2004), «Mill Between Aristotles & Bentham», *Daedalus*, 133(2), pp. 60-68
- PEPS-Economie (2013), «L'enseignement de L'Economie dans Le Supérieur : Bilan Critique et Perspectives», *L'Économie Politique*, 58, pp. 6- 23
- Pessoa, Fernando (1966 [1924]), *Páginas de Estética e de Teoria Literárias*, Lisboa, Ática
- Putman, Hilary e Vivian Walsh (eds.) (2012), *The End of Value Free Economics*, London, Routledge
- Rankin, Keith (2002), «Autistic Economics?», *Journal of Australian Political Economy*, 50, pp. 10-13
- Ratzinger, Joseph (2009), «Market Economy and Ethics», comunicação apresentada num simpósio em Roma, *Church and Economy in Dialogue*, em 1985

- Rawls, John (2002 [1971]), *Uma Teoria de Justiça*, São Paulo, Martins Fontes
- Reardon, Jack (2012), «A Radical Reformation of Economics Education: Educating Real World Economists», *Real World Economics Review*, 62, pp. 2-18
- Reis Novais, Jorge (2006), *Direitos Fundamentais: Trunfos Contra a Maioria*, Coimbra, Coimbra Editora
- Robbins, Lionel (1932), *An Essay on The Nature and Significance of Economic Science*, New York, NYU Press.
- Robbins, Lionel (1981), «Economics and Political Economy», *American Economic Review*, 71, pp. 1-10.
- Rodrigues, João e Ana C. Santos (2009), «Economics of Social Engineering? Questioning the Performativity Thesis», *Cambridge Journal of Economics*, 33, pp. 985-1000
- Roth, Alvin (2006), «Repugnance as a Constraint on Markets», *National Bureau of Economic Research*, pp. 1-26, disponível em <http://www.nber.org/papers/w12702>
- Roth, Alvin (2008), «What Have We Learned From Market Design?», *Economic Journal*, 118(3), pp. 285-310
- Santos, Ana C. (2011), «Behavioural and Experimental Economics: Are They Really Transforming Economics?», *Cambridge Journal of Economics*, 35, pp. 705-728
- Sedas Nunes, Adérito (1971), *Questões Preliminares Sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- Sen, Amartya (1970), *Collective Choice and Social Welfare*, San Francisco, Holden-Day
- Sen, Amartya (1977), «Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory», *Philosophy and Public Affairs*, 6(4), pp. 317-344
- Sen, Amartya (2012 [1988]), *Sobre Ética e Economia*, Coimbra, Almedina
- Soros, George (2010), *As Palestras de George Soros na Central European University*, Coimbra, Almedina
- Syll, Lars P. (2013), «Economics Textbooks – Anomalies and Transmogrification of Truth», comunicação apresentada nas *Conferências World Economics Association, The Economics Curriculum: Towards a Radical Reformation*, em Março de 2013
- Tavares, Gonçalo M. (2007), *Aprender a Rezar na Era da Técnica*, Lisboa, Caminho
- Thaler, Richard e Cass Sunstein (2009), *Nudge*, New Haven, Yale University Press
- Weintraub, E. Roy (2012), *How Economics Became a Mathematical Science*, Durham NC, Duke University Press

Whitford, Josh (2002), «Pragmatism and the Untenable Dualism of Means and Ends: Why Rational Choice Theory Does Not Deserve Paradigmatic Privilege», *Theory and Society*, 31, pp. 325-363

Wittgenstein, Ludwig (1995 [1961]), *Tratado Lógico-Filosófico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Anexos

Anexo A – A distribuição de ECTS pelas tipologias de cadeiras nas Universidades Portuguesas

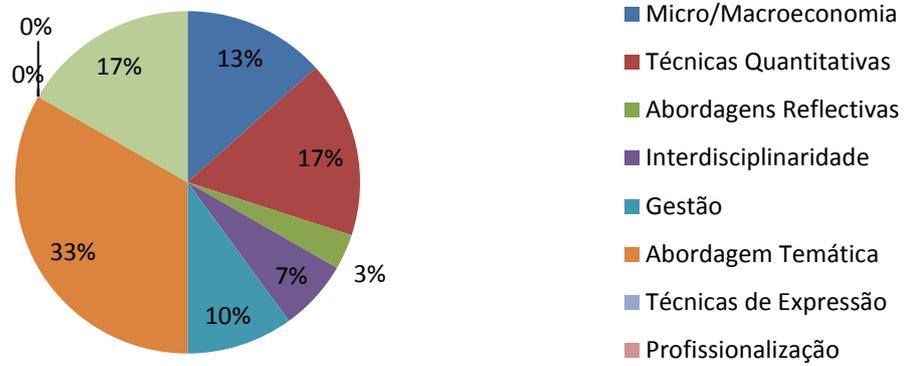


Gráfico 3 - Distribuição dos ECTS por tipologia no ISCTE-IUL

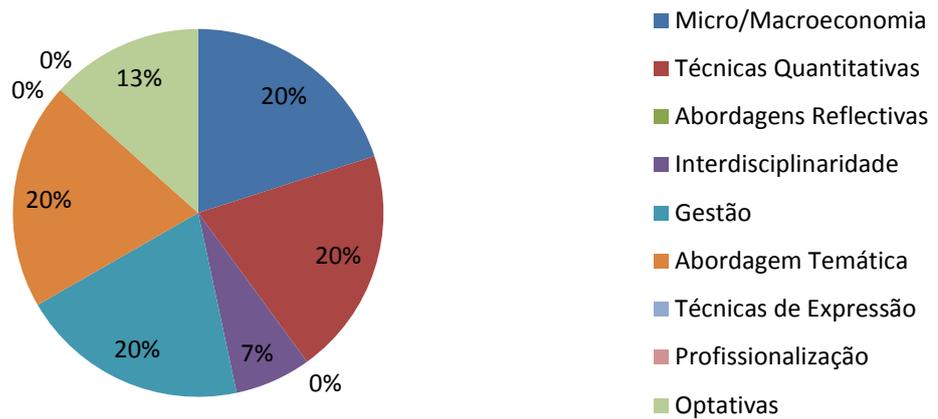


Gráfico 2 - Distribuição dos ECTS por tipologia na Universidade dos Açores

O Ideólogo com Pele de Tecnocrata

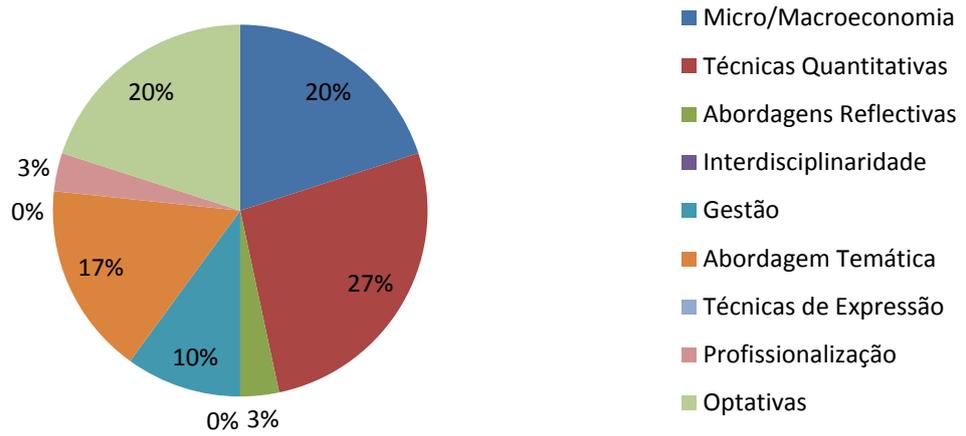


Gráfico 3 - Distribuição dos ECTS por tipologia na Universidade da Beira Interior

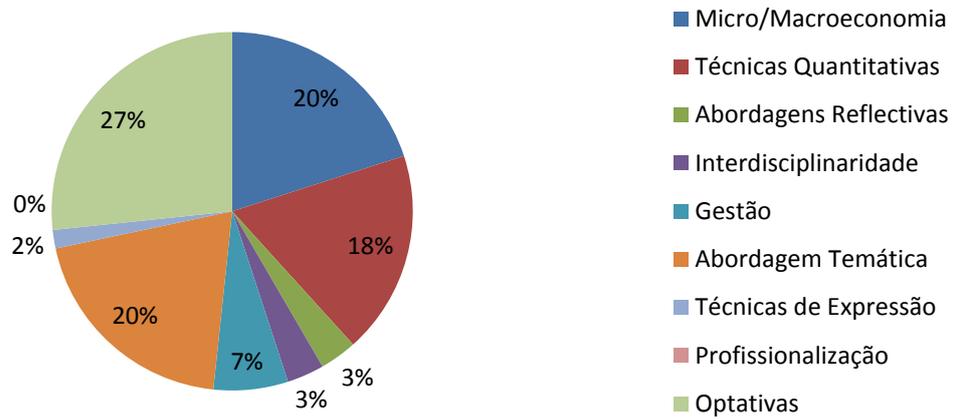


Gráfico 4 - Distribuição dos ECTS por tipologia na Universidade de Évora

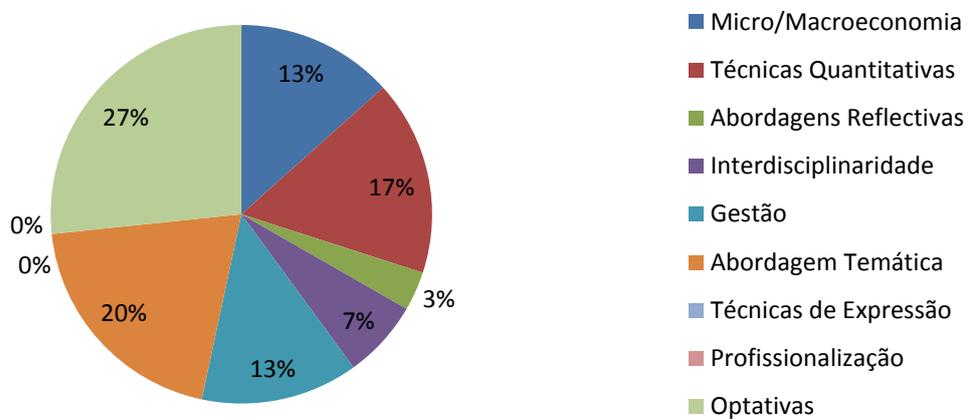


Gráfico 5 - Distribuição dos ECTS por tipologia na Universidade de Minho

O Ideólogo com Pele de Tecnocrata

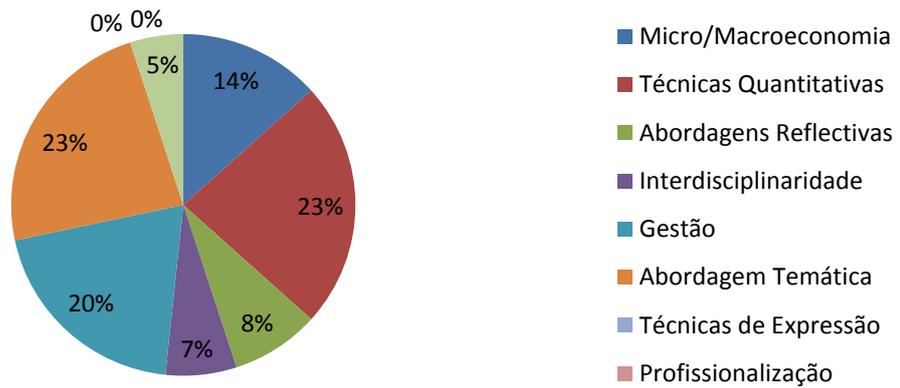


Gráfico 6 - Distribuição dos ECTS por tipologia na Universidade do Porto

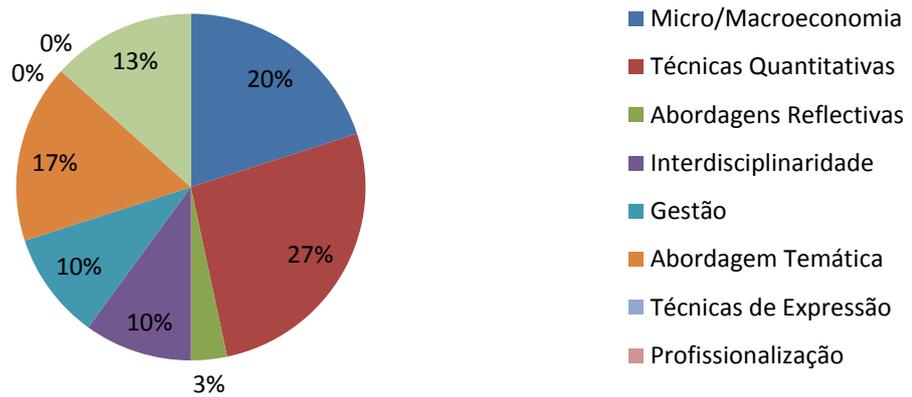


Gráfico 7 - Distribuição dos ECTS por tipologia no ISEG-UTL

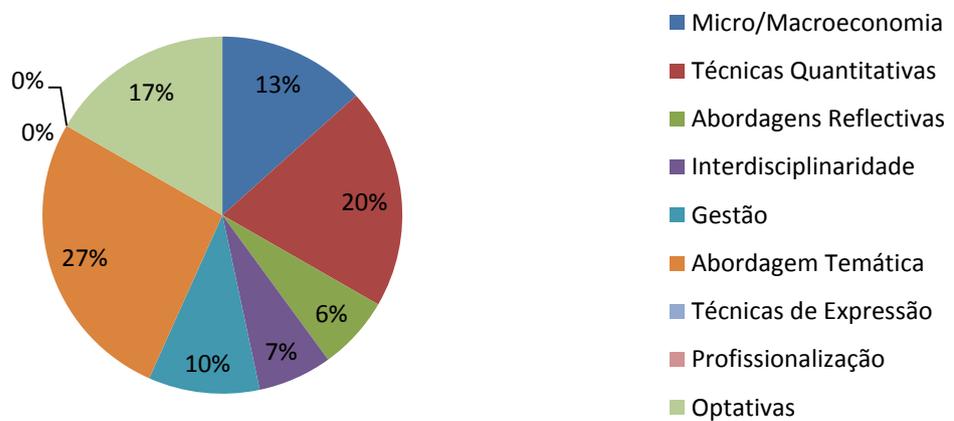


Gráfico 8 - Distribuição dos ECTS por tipologia na Universidade de Aveiro

O Ideólogo com Pele de Tecnocrata

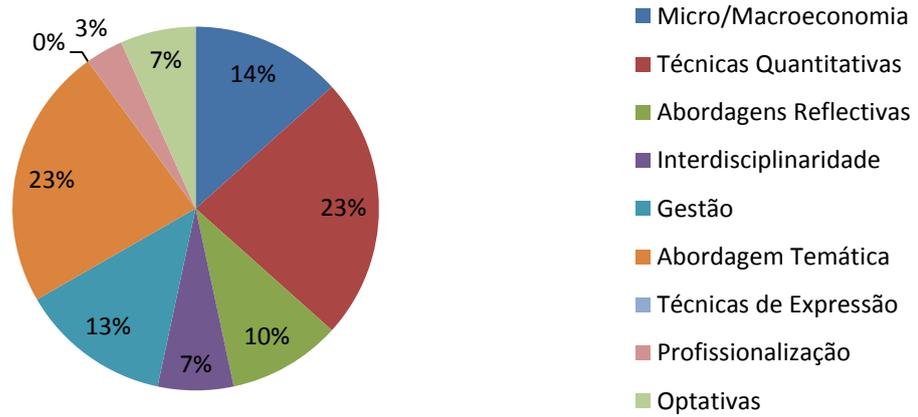


Gráfico 9 - Distribuição dos ECTS por tipologia na Universidade do Algarve

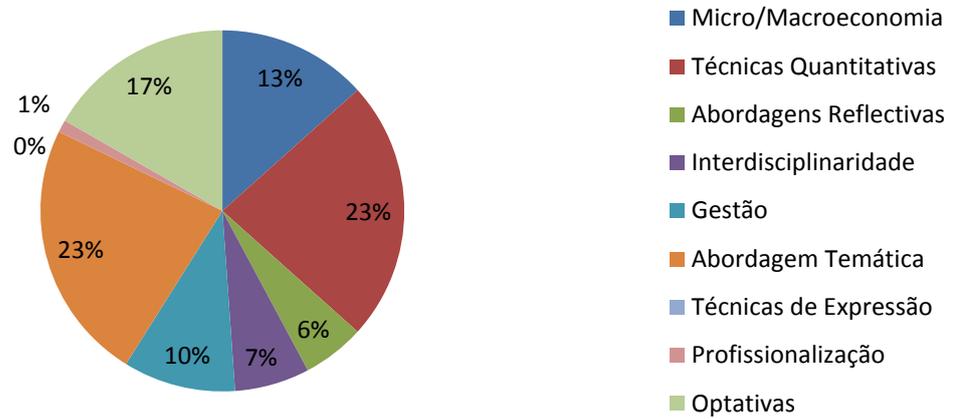


Gráfico 10 - Distribuição dos ECTS por tipologia na Universidade de Coimbra

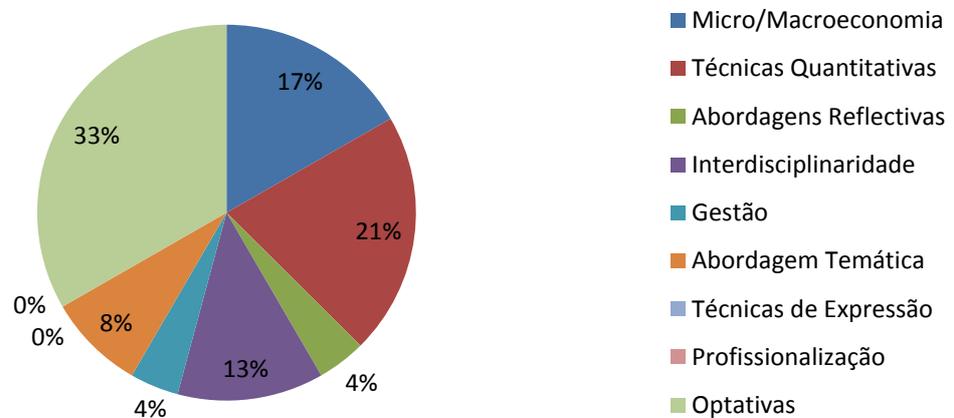


Gráfico 11 - Distribuição dos ECTS por tipologia na Universidade da Madeira

O Ideólogo com Pele de Tecnocrata

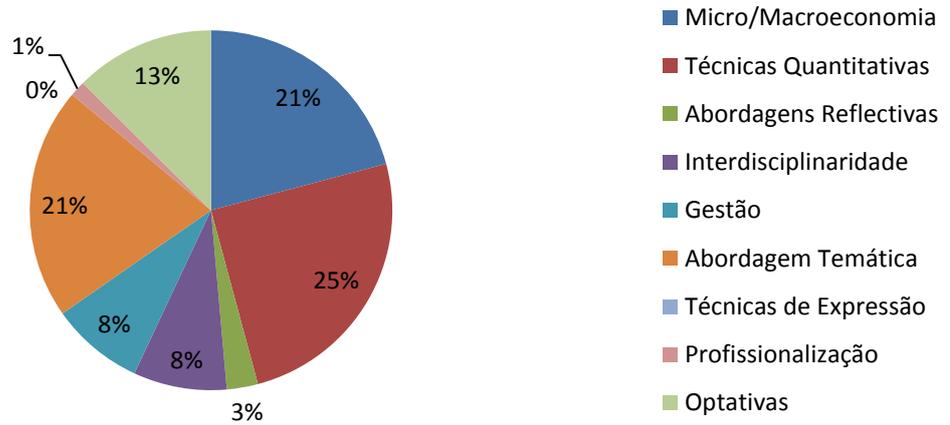


Gráfico 12 - Distribuição dos ECTS por tipologia na Universidade Nova de Lisboa

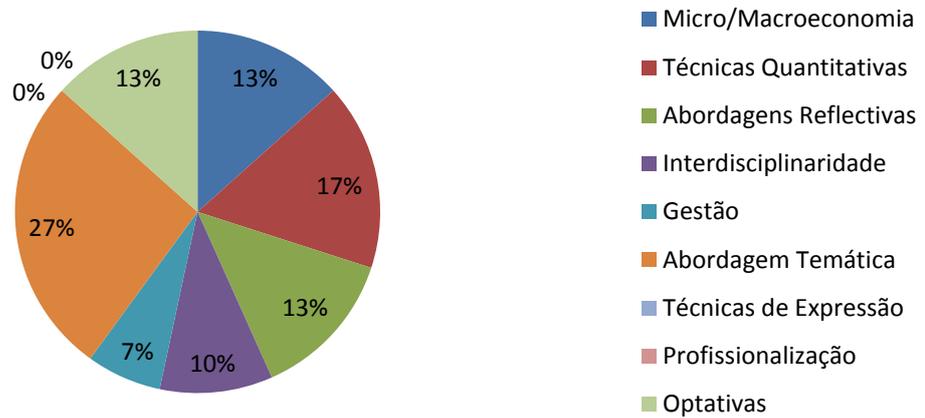


Gráfico 13 - Distribuição dos ECTS por tipologia na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

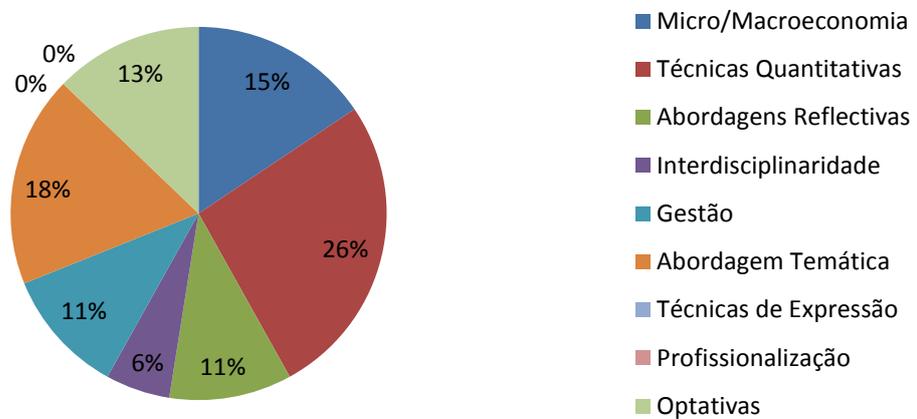


Gráfico 14 - Distribuição dos ECTS por tipologia na Universidade Católica de Lisboa

O Ideólogo com Pele de Tecnocrata

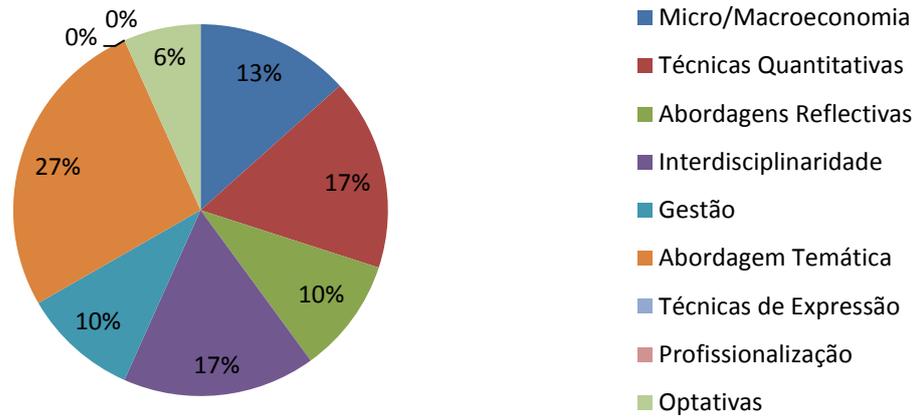


Gráfico 14 - Distribuição dos ECTS por tipologia na Universidade Católica do Porto